

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/FCH
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GIOVANE DA SILVA LOZANO

**TRABALHADORES FRONTEIRIÇOS:
AMBULANTES PARAGUAIOS NAS RUAS DE FOZ DO IGUAÇU/PR**

Dourados/MS

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/FCH
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GIOVANE DA SILVA LOZANO

**TRABALHADORES FRONTEIRIÇOS:
AMBULANTES PARAGUAIOS NAS RUAS DE FOZ DO IGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, como exigência para obtenção do título de MESTRE em Sociologia, sob a orientação do Professor Doutor Marcílio Rodrigues Lucas.

Dourados/MS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L925t Lozano, Giovane Da Silva
TRABALHADORES FRONTEIRIÇOS: : AMBULANTES PARAGUAIOS NAS RUAS DE
FOZ DO IGUAÇU/PR [recurso eletrônico] / Giovane Da Silva Lozano. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Marcílio Rodrigues Lucas.
Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados,
2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Trabalhadores ambulantes. 2. Tríplíce fronteira. 3. Trabalho. I. Lucas, Marcílio
Rodrigues. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Giovane da Silva Lozano

**TRABALHADORES FRONTEIRIÇOS:
AMBULANTES PARAGUAIOS NAS RUAS DE FOZ DO IGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, como exigência para obtenção do título de MESTRE em Sociologia, sob a orientação do Professor Doutor Marcílio Rodrigues Lucas.

Dourados – MS, 07 de novembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Macílio Rodrigues Lucas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFGD
Presidente

Profa. Dra. Alzira Salete Menegat
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFGD

Prof. Dr. Leandro Baller
Programa de Pós-Graduação em História/UFGD

AGREDECIMENTO

Quero deixar registrado o meu agradecimento em primeiro lugar aos meus familiares e agregados pelo apoio incondicional e por sempre darem força nas minhas escolhas e acreditarem em mim: Avó Mariana, Mãe Maura, Tias Maria Helena, Marta, Tia Maria Luiza, Márcia, Tios Martin e Tio Marcos; as primas e primos Mônica, Mariana, João Marcos, Mateus, Marcelo, Marcos Paulo, Vinicius, Pedro Henrique, Bianca, Maria Sofia, Bruno, Maria Julia, Breno e Murilo, Tia Eidi, Matilde, Claudemir, Giani, Leomar e Luana.

Agradeço aos amigos: Aislan, Cesar, Cíntia, Eric, Fiama, Gabriel, Helen, Isaias, Janaína, Jorge, e junto a esses a todos estudantes, pesquisadores e professores que compõe o Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais – LAFRONT, que ao longo da vida acadêmica, dividimos casa, participamos de viagens, encontros e eventos acadêmicos.

É importante agradecer também as trabalhadoras e trabalhadores da administração, copa, limpeza, secretarias, segurança e técnicos que fazem as universidades funcionarem.

Aos professores e instituições de ensino público a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, na qual fiz a minha graduação em Ciências Sociais em Licenciatura e Bacharel. A Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, pelo aprendizado com as professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, mesmo em meio a uma pandemia, assistindo as aulas por meio de uma plataforma de comunicação remota foi muito gratificante ter sido estudante dessas professoras e professores.

Agradeço aos colegas de turma pelo companheirismo na caminhada, e em especial ao Vinicius pela amizade, atenção e conversas as vezes aleatórias para não ficarmos presos na ansiedade no processo de construção do texto.

À Professora Alzira e o Professor Leandro por terem aceitado participar desse processo, na banca de qualificação em alertando, apontando, indicando e puxado a orelha, as contribuições foram mais que necessárias. Ao Professor Marcílio, pela atenção, compreensão, conversa, dedicação, paciência preocupação e orientação. Sou muito agradecido!

Por fim, duas pessoas que sempre estiveram junto comigo, por primeiro, Seu Juca (José Dal Piva Sobrinho), em meio a tempestades sempre se manteve alegre, motivado e contagiando ao seu redor. O Bob (Robert José Lozano Dal Piva) pelos momentos de alegrias, alívios e descontração. Em segundo, mas não menos importante, a Jéssica, companheira em todos os momentos compartilhando as introspecções, tristezas, alegrias e euforias, sempre afetuosa, atenciosa, forte e parceira. O meu muito obrigado por dividir a sua vida comigo!

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio financeiro.

RESUMO

O presente texto tem por finalidade analisar o fluxo, as práticas, estratégias e organizações adotadas pelos trabalhadores Paraguaio pendulares nas ruas de Foz do Iguaçu/PR. Diariamente esses sujeitos atravessam a Ponte Internacional da Amizade para trabalharem nas ruas da cidade de Foz do Iguaçu/BR como ambulantes. A mobilidade pendular caracteriza-se pelo ir e vir cotidiano de uma população entre o local de residência e onde irá desenvolver suas atividades, sejam elas relacionadas ao comércio, estudo, trabalho ou lazer. Este fenômeno, pode ser observado entre cidades em que há uma zona metropolitana, e ainda, nas regiões de fronteira internacional, especificamente com alta densidade populacional, como é o caso da Tríplice Fronteira estudada Brasil, Paraguai e Argentina. Para análise, foi utilizado um conjunto de autores e pesquisadores que contribuem no debate sobre fronteiras, como José de Souza Martins, pesquisou os conflitos e a luta pela terra, José Lindomar Coelho Albuquerque, estudou os filhos de brasileiros nascido em território paraguaio, Eric Gustavo Cardin, Cíntia Fiorotti Lima, Ana Carolina Torelli Marquezzine, entre outros que discutem o impacto do capitalismo e ação do Estado na vida do trabalhador fronteiriço e na região de fronteira. O desenvolvimento desse trabalho utilizamos como forma de análise as fontes oficiais referente as leis do município de Foz do Iguaçu desde a sua emancipação e posteriormente usamos a ferramenta Google Alerta indicando palavras-chave que traziam informações sob as questões de ambulantes e fronteira, com a pandemia que se alastrou pelo mundo indicamos a COVID-19 junto com as palavras-chave pra que possamos referenciar de como os trabalhadores ambulantes fronteiriços se adaptaram e comportaram durante a pandemia. Mesmo havendo uma legislação na qual esses trabalhadores são amparados, ainda passam por momentos de constrangimento e falta de proteção, correndo o risco de perder suas mercadorias e de ser presos.

Palavras-chave: Trabalhadores Ambulantes. Tríplice Fronteira. Trabalho.

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo analizar el flujo, las prácticas, las estrategias y las organizaciones adoptadas por los trabajadores itinerantes paraguayos en las calles de Foz do Iguaçu/PR. Diariamente estos sujetos cruzan el Puente Internacional de la Amistad para trabajar en las calles de la ciudad de Foz do Iguaçu/BR como vendedores ambulantes. El desplazamiento al trabajo se caracteriza por el ir y venir diario de una población entre su lugar de residencia y el lugar donde desarrollará sus actividades, ya sean de comercio, estudio, trabajo u ocio. Este fenómeno se puede observar entre ciudades donde existe un área metropolitana, y también, en las regiones fronterizas internacionales, específicamente con alta densidad poblacional, como es el caso de la Triple Frontera estudiada Brasil, Paraguay y Argentina. Para el análisis se utilizó un conjunto de autores e investigadores que contribuyen al debate sobre las fronteras, como José de Souza Martins, que investigó los conflictos y la lucha por la tierra, José Lindomar Coelho Albuquerque, estudió a los hijos de brasileños nacidos en territorio paraguayo, Eric Gustavo Cardin, Cíntia Fiorotti Lima, Ana Carolina Torelli Marquezine, entre otros, quienes discuten el impacto del capitalismo y la acción del Estado en la vida de los trabajadores fronterizos y en la región fronteriza. El desarrollo de este trabajo utilizamos como forma de análisis las fuentes oficiales referentes a las leyes del municipio de Foz do Iguaçu desde su emancipación y posteriormente utilizamos la herramienta Alerta de Google indicando palabras clave que trajeron informaciones sobre las cuestiones de los vendedores ambulantes y la frontera, con la pandemia que se ha extendido por todo el mundo, indicamos COVID-19 junto con las palabras clave para que podamos referirnos a cómo los vendedores ambulantes en la frontera se han adaptado y comportado durante la pandemia. A pesar de que existe una legislación en la que se apoya a estos trabajadores, aún pasan por momentos de vergüenza y desprotección, corriendo el riesgo de perder sus bienes y ser detenidos.

Palabras-clave: Vendedores ambulantes. Triple Frontera. Trabaja.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	19
Tabela 2 –	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	20
Figura 2 –	26
Figura 3 –	26
Figura 4 –	29
Figura 5 –	30

LISTA DE SIGLAS

CIDACS – CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTOS PARA SAÚDE

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

IBEGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA

ITTC – INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PY – PARAGUAY

PR – PARANÁ

PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PUC – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UTI – UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. O PODER PÚBLICO E A DISCIPLINARIZAÇÃO DO USO	12
2.1.A formação do espaço urbano de Foz do Iguaçu: ocupação e regulamentação.....	12
2.2.A marcha para oeste e a construção da Ponte da Amizade	21
2.3.A construção de Itaipu e a (re)configuração dos bairros e espaços.....	27
3. OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO ESTADO NA MARGEM DA FRONTEIRA.....	38
3.1.A fronteira do legal e do ilegal	38
3.2.A tentativa de controle do contrabando	44
3.3.A fronteira na margem do Estado	48
4. A FRONTEIRA E OS TRABALHADORES FRONTEIRIÇOS EM FOZ DO IGUAÇU.....	54
4.1.A fronteira, suas dinâmicas e suas contradições.....	54
4.2.As especificidades da fronteira Brasil-Paraguay em Foz do Iguaçu.....	60
4.3.O trabalhador fronteiriço.....	64
4.4.As especificidades do trabalhador ambulante em Foz do Iguaçu.....	68
4.5.As restrições e impactos da pandemia para os trabalhadores ambulantes.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
6. BIBLIOGRAFIA.....	86

1. INTRODUÇÃO

Existem várias formas de migração, porém para esse trabalho iremos nos concentrar em um único tipo migratório, que ocorre diariamente nas mais variadas regiões. A Demografia, a Geografia e a Geografia Humana o denominam como movimento pendular ou migração pendular, que advém de um deslocamento rotineiro, onde homens e mulheres deixam suas cidades de origem para se inserirem em outro território jurídico durante parte de seu dia para desenvolverem ou utilizarem de serviços não disponíveis em sua localidade primária.

Esse fluxo é visualizado, por exemplo, em grandes cidades que, em seu entorno possui pequenos municípios, comunidades, vilas, que servem de alojamento para essas pessoas, constituindo assim, no que Ricardo Ojima, Robson Bonifácio Silva e Rafael H. Moraes Pereira (2008) chamam de “cidades dormitório”. Assim como Cristiano Stamm (2005) em sua dissertação, intitulada “O fenômeno entre cidades de porte médio: o caso de Cascavel e Toledo (PR)”, demonstra esse fenômeno de “cidades dormitório”, a título de exemplo, a região oeste paranaense, mais precisamente as cidades de Toledo e de Cascavel, na qual as duas fazem o papel de “cidades dormitório” de forma recíproca, pois os dois municípios recebem pessoas tanto para o estudo, para adquirir um serviço ou mesmo para desempenhar alguma atividade laboral.

Este movimento pendular comumente visualizado entre as cidades pertencentes, a uma mesma zona metropolitana, também pode ser observado nas regiões de fronteira internacional. Nestes casos, o tipo *migração pendular* se mistura com aquilo que foi denominado de *migração limítrofe ou fronteira*. Semelhantemente a aquilo que ocorre na relação entre as cidades metropolitanas e os seus municípios satélites, visualiza-se entre os municípios fronteiriços da região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina um constante ir e vir de seus moradores (LOZANO, 2018, p. 885).

Esse processo transfronteiriço é comum em várias fronteiras. Nos limites do Brasil com o Uruguai encontramos aqueles trabalhadores que são identificados como *passadores*, *quileros* ou *chiveros*, que correspondem aos que passam peque as quantidades de mercadorias de um país para revender no outro. Na fronteira entre Argentina e Bolívia e Argentina e Paraguai essa prática de comprar mercadorias e

revender no país vizinho, na maioria das vezes é feita por mulheres que são conhecidas como *paseras*. Na fronteira entre Chile, Bolívia e Peru, tais atividades são desempenhadas pelos *caseros*, prática antiga, do período colonial, quando a aristocracia dos países solicitava aos trabalhadores das casas que buscassem os mantimentos que faltavam nos países vizinhos.

No caso do Brasil observa-se que essa grande mobilidade de trabalhadores na busca de rendimentos nas cidades vizinhas estava diretamente relacionada com o fato de que o ganho econômico era muito maior do que o possível no mercado de trabalho brasileiro. Contudo, este movimento de pessoas na fronteira não é exclusivo dos brasileiros em direção ao Paraguai. Também existem trabalhadores Paraguaio que diariamente atravessam a Ponte da Amizade para trabalhar no lado brasileiro. Há Paraguaio e Paraguaio que se deslocam para a cidade de Foz do Iguaçu para trabalharem na construção civil, como babás, carregadores, diaristas, zeladores e na prostituição. Para essa pesquisa, será analisada especificamente a realidade de trabalhadores ambulantes Paraguaio que vendem produtos como biscoitos, especiarias, erva-mate e frutas nas ruas de Foz do Iguaçu.

As estratégias utilizadas para realização deste estudo envolvia pesquisa de campo, com iniciativas de observação *in loco* da dinâmica cotidiana destes trabalhadores – realizadas desde o período de realização do trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais. Inicialmente, este projeto previa a realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa. No entanto, o contexto de pandemia impôs restrições que nos levaram a uma mudança de planos. Além disso, foi realizada pesquisa e análise de documentos, especialmente leis e normativas relativas ao uso do espaço urbano em Foz do Iguaçu, bem como notícias de jornais que envolvem esta questão e a realidade específica dos trabalhadores ambulantes. Por último, destaca-se a importância de ampla revisão bibliográfica, tendo como foco pesquisas e reflexões sobre realidades ligadas a fronteiras, questões ligadas ao uso do espaço público e dinâmicas de trabalho especialmente marcadas pela informalidade.

Ainda em relação à pesquisa bibliográfica, destacamos dissertações e teses produzidas na região de fronteira, que tratam da "mobilidade transfronteiriça de trabalhadores". Coronel (2013), por exemplo, analisa os trabalhadores que saem do lado brasileiro (Foz do Iguaçu/BR) para trabalhar no lado paraguaio (Ciudad del

Este/PY), especialmente em lojas de eletroeletrônicos, informática, roupas, supermercados e shoppings. Cardin (2010), por sua vez, analisa as diversas ocupações relacionadas ao "circuito sacoleiro"¹ como na passagem de "muamba"² por "laranjas"³, "sacoleiros"⁴ e "barqueiros"⁵ e, até mesmo, no tráfico de produtos ilícitos como cocaína, crack, maconha, heroína, algumas bebidas alcoólicas proibidas e armas.

Elen Davi (2008) em seu texto "Trabalhadores na "fronteira": experiência dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este (1990/2006)" estudou as experiências, modos de viver e as relações de trabalho dos sacoleiros e laranjas na cidade de Foz do Iguaçu/BR. Na ocasião, ela se propôs a tratar a relação desses trabalhadores com os órgãos públicos e privados (Receita Federal, Prefeitura e a imprensa jornalística), mas também, visualizando as estratégias de trabalho, de ocupação dos espaços e a relação com a cidade.

O estudo realizado por Rosana Pinheiro-Machado (2005), "A garantia soy yo": Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguay)" trata do circuito sacoleiro. A autora observa os sacoleiros e descreve as atividades e as estratégias deles ao se deslocarem de Porto Alegre/BR até o município de Ciudad del Este/PI para comprar mercadorias e revende-las no "camelódromo"⁶ na cidade de origem. Já em sua tese de doutorado, "Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguay-Brasil" (2009) ela amplia a compreensão do circuito sacoleiro ao valorizar a origem dos produtos vendidos no Paraguay e as relações sociais

¹ "Circuito Sacoleiro: o termo identifica as relações entre os diferentes sujeitos sociais responsáveis pelo percurso trilhado pelas mercadorias disponibilizadas no mercado Paraguaio e que entram no Brasil de forma ilegal" (CARDIN, 2010, p. 182).

² "Gíria utilizada para identificar mercadorias de contrabando" (CARDIN, 2010, p. 182).

³ "Os laranjas são os trabalhadores contratados informalmente para transportar determinada quantidade de mercadoria em troca de um valor previamente determinado, que é conhecido como "cota". Esse serviço possui a função de auxiliar os sacoleiros na travessia dos produtos adquiridos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Polícia e da Receita Federal" (CARDIN, 2010, p. 181).

⁴ "Os sacoleiros correspondem aos trabalhadores que estabelecem as relações comerciais entre os empresários que atuam no Paraguay e os pontos de venda e distribuição das mercadorias adquiridas no país vizinho por todo o território brasileiro. Eles são, ao mesmo tempo, os atravessadores e os distribuidores no Brasil dos inúmeros produtos disponibilizados no mercado paraguaio, atuando de forma autônoma ou para um "patrão", que administraria o dinheiro e os contatos necessários para a boa lucratividade da ocupação" (CARDIN, 2010, p. 182).

⁵ "Refere-se ao trabalhador que transporta as mercadorias contrabandeadas por meio de barco pelo Rio Paraná" (CARDIN, 2010, p. 181).

⁶ "Corresponde a um espaço onde os vendedores ambulantes vendem suas mercadorias, geralmente são produtos importados legais ou ilegais da fronteira entre Brasil e Paraguai" (CARDIN, 2010, p. 72).

estabelecidas entre os trabalhadores de diferentes nacionalidades por meio da negociação das mercadorias.

Embora não seja sobre Ciudad del Este, observa-se estudos sobre o deslocamento de trabalhadores na fronteira de Guaíra/BR com Salto del Guairá/PI. Na pesquisa desenvolvida por Teresa Itsumi Masuzaki (2010) “As condições de Trabalho dos Brasileiros no Comércio em Salto del Guairá – Paraguay”, nota-se a constituição de uma divisão internacional do trabalho e a reorganização dos fluxos de trabalhadores da região. Destacando a mobilidade entre as cidades vizinhas, Salto del Guairá/PY, Mundo Novo/BR e Guaíra/BR, além das condições de trabalho dos sujeitos que cruzam a fronteira para fornecer sua força de trabalho nas empresas e lojas.

Há também o texto de Cíntia Fiorotti (2005) “História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguay (1960-2015)” sobre a constituição da classe trabalhadora na fronteira de Salto del Guairá/PI, Guaíra/BR e Mundo Novo/BR. O estudo, demonstra como os trabalhadores da região vão se formando simultaneamente ao processo de criminalização da circulação de mercadorias na fronteira e sua definição. Enquanto a fronteira não possuía uma fiscalização rigorosa, o fluxo de trabalhadores era facilitado e a necessidade de se adaptarem às normatizações do mercado de trabalho era menor. Por outro lado, conforme o controle e a definição dos limites são fortalecidos, os trabalhadores vão se constituindo como classe.

Fernando Rabossi (2011) em sua tese “Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira”, esboça sobre as dinâmicas das relações comerciais no micro-centro da Cidade del Este, e ainda, narra o fluxo de pessoas, a compra e venda de mercadorias, a estrutura física além de outras atividades. Centrado nos *mesiteros*⁷ vendedores de rua, analisando aspectos para compreensão o comércio de rua, as dinâmicas da construção do espaço e as práticas adotadas para compreender as relações entre espaço, negócios e legalidade.

Além destas pesquisas a respeito de dinâmicas de trabalho que envolvem a travessia da fronteira, deve-se destacar outras que focam a história e as contradições da formação da cidade de Foz do Iguaçu, especialmente a respeito do uso do espaço

⁷ “Vendedor de rua que, à diferença de um ambulante, trabalha localizado em um lugar específico. O nome deriva da *mesita* desmontável sobre a qual coloca a mercadoria” (CARDIN, 2010, p. 182).

público. Nesse sentido, o texto de Danilo George Ribeiro (2015), intitulado “Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção do espaço urbano em Foz do Iguaçu”, investiga as lutas sociais no processo de produção do espaço urbano na cidade, tendo como fio condutor as transformações urbanas e apropriação do espaço. Aparecida Darc de Souza (2009) desenvolve a sua tese “Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)” com base na formação econômica e social de Foz do Iguaçu. Analisando o processo de produção e reprodução da memória, buscando discutir a construção da memória dominante em contrastes com as narrativas de vida dos trabalhadores na cidade.

Atualmente, o fluxo migratório diário pode ser observado dentro de diversas perspectivas, no qual se destacam leituras macro e microsociológicas, mas também abordagens mais contemporâneas que visam relacionar variáveis estruturais com aspectos vinculados a vida cotidiana dos sujeitos. No nosso caso, a pesquisa tem o objetivo de analisar o fluxo, as estratégias, organização e práticas dos trabalhadores Paraguaios na fronteira entre Brasil e Paraguay. Os sujeitos pesquisados são ambulantes de nacionalidade Paraguaia que atuam nas ruas do município de Foz do Iguaçu/BR, sendo os agentes da mobilidade pendular transfronteiriça.

Nesse sentido, o estudo tem por objetivo demonstrar a relação com o espaço público e os trabalhadores locais, como acontece o processo de ocupação e organização das vias públicas, a regulamentação e fiscalização por parte do governo municipal a essas práticas de trabalho, e ainda, como os órgãos de fiscalização locais abordam o problema ao longo dos anos e traçar o perfil de quem são esses sujeitos trabalhadores, a partir das suas ações e relações, e quais as estratégias que utilizam para burlar as fiscalizações da Polícia Federal, Receita Federal, do Estado e do município.

A estrutura desta dissertação está dividida em três capítulos. Em relação ao conteúdo, no primeiro capítulo, buscando uma contextualização histórica, tratará de apresentar a cidade de Foz do Iguaçu, sua formação e transformação ao longo dos anos, desde a sua fundação enquanto colônia militar, passando pelo período da ditadura militar e a construção de grandes obras como a Ponte da Amizade e a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e o processo de redemocratização do ano de 1991 aos dias atuais.

O segundo capítulo abordará às práticas adotadas pelos trabalhadores que compõe a economia informal fronteiriça e a presença do Estado na região fronteiriça. Estas práticas são principalmente relacionadas ao Circuito Sacoleiro a informalidade e a presença do Estado na região fronteiriça, a partir das análises das relações burocráticas quanto das práticas que envolvem os agentes fronteiriços. Partindo do pressuposto que o Estado enquanto instituição está distante dessa região, muitas vezes agindo somente em momentos específicos para o controle e manutenção – presença jurídica -, não considerando os sujeitos da localidade – os agentes fronteiriços e suas práticas. A fim de problematizar está ausência do Estado se faz necessário analisar o desempenho do mesmo da fronteira para o centro.

Para o terceiro capítulo, faremos uma discussão sobre o conceito de fronteira e sua dinâmica, apresentando os trabalhadores ambulantes na região fronteiriça que será estudada. Para além disso, versaremos sobre o impacto da pandemia do Covid-19 (SARS-CoV-2), pois esses trabalhadores dependem da rua e da cidade para terem renda e com o “fechamento das cidades” e das fronteiras devido a quarentena, impossibilitou muitos trabalhadores de saírem as ruas e atravessarem a Ponte da Amizade para comercializarem e venderem seus produtos.

2. O PODER PÚBLICO E A DISCIPLINARIZAÇÃO DO USO DO ESPAÇO URBANO EM FOZ DO IGUAÇU

Em busca de uma contextualização histórica da realidade vivenciada pelos trabalhadores ambulantes, o objetivo desse capítulo é analisar o papel do Estado no processo de construção do espaço urbano do município de Foz do Iguaçu entre 1914 e 2020, principalmente no que diz respeito ao uso das vias públicas. Para tal análise, utilizamos as leis do município, além do estudo e utilização de outras pesquisas já realizadas sobre a temática de interesse. Em grande medida, o levantamento das fontes primárias ocorreu por meio de pesquisas no site www.leismunicipais.com.br e na Secretaria Administrativa do município de Foz do Iguaçu.

Em um primeiro momento, realizamos um levantamento no conjunto de leis do município de Foz do Iguaçu publicado entre os anos de 1914 e 2014. O objetivo foi encontrar e utilizar aquelas que diziam respeito diretamente a estrutura urbana o uso dos espaços públicos e a (re)configuração dos espaços. Nesse sentido, no primeiro momento faremos uma apresentação da formação e dos aspectos gerais da urbanização em Foz do Iguaçu; segundo momento será debatido a questão da urbanização e a regulamentação do espaço urbano, em qual sentido e de que forma isso pode ter afetado os trabalhadores e os cidadãos; o terceiro momento, a discussão será em torno de apresentar a marcha para oeste, no qual o interesse de ocupar e demarcar território além de disso incentivar o desenvolvimento das regiões e econômico e posteriormente a construção da Ponte da Amizade que futuramente estabelecia uma integração cultura, econômica e política com o Paraguay; por fim, no quarto momento será tratada sobre a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e o seu impacto na a formação configuração dos bairros e dos espaços em Foz do Iguaçu.

2.1 A formação do espaço urbano de Foz do Iguaçu: ocupação e regulamentação

O processo histórico de formação do município de Foz do Iguaçu faz-se em meio a interesses divergentes e conflitos entre projetos distintos pensados para a região. Ainda no final do século XIX, trabalhadores conhecidos como “Obrageros, mensus e colonos” na região, pesquisado por Rui Wachowicz (1982), trouxeram

registros sobre os primeiros movimentos de exploração econômica desta região de fronteira pelo sistema de *Obrages*⁸. Ao mesmo tempo em que havia a exploração de recursos naturais como madeira em toro e erva-mate por empresas estrangeiras argentinas (associadas ao capital inglês) decorria seu impacto sobre as terras ocupadas pelas populações nativas da região.

As empresas que organizavam a exploração dos recursos naturais e das forças de trabalho, contratavam grande parte da população nativa de origem indígena (guarani) da região, entre outros trabalhadores recrutados pelas empresas, a maioria vindos da Argentina e do Paraguai. Nesse sentido, conforme Rui Wachowicz, não havia por parte destas empresas o interesse de contribuir com o desenvolvimento de práticas agrícolas na região com o regime de pequenas e médias propriedades.

O Brasil nesse momento estava se despontando como uma possível potência latino-americana, fazendo comércio majoritariamente com os ingleses, no entanto, outro país também estava se destacando no comércio internacional, o Paraguai. Mas ainda o Paraguai tem um problema, não teria saída para o mar. Com a posse de Francisco Solano López como presidente do Paraguai, começou uma aproximação com os federalistas argentinos de Urquiza, essa aproximação possibilitou aliança com os *blancos*, que governavam o Uruguai, e acabou desagradando presidente da Argentina. Essa aliança possibilitava a navegação do Paraguai e utilizar o porto de Montevideu para escoar suas mercadorias.

Por outro lado, havia os *colorados* outro grupo político que defendia o livre comércio e a livre navegação nos rios do Bacia Platina, isso agradava os interesses do Brasil, assim, demonstrando uma aproximação ideológica com os argentinos. Os *blancos* tinha uma política anti-brasileira.

Com o conflito político entre esses dois grupos o Brasil decidiu apoiar os *colorados*, o qual o Paraguai era contrário, dessa forma contrariando e desagradando o presidente paraguaio, e com isso, os *blancos* convenceram o presidente que Brasil iria invadir e ocupar o território uruguaio e o próximo seria o território paraguaio.

⁸ “A chamada *obrages* foi uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino ou Paraguai. [...] Seu objetivo precípua era a extração de erva mate, nativa da região, bem como da madeira em toros, abundante na mata nativa, subtropical. [...] Como o controle geo-econômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os obrageros desta nação os principais responsáveis pela introdução desse sistema em território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e mato-grossense.” (WACHOWICZ, 1982, p.44).

Mesmo com as advertências do Paraguay em relação a invasão no Uruguay, Brasil ignorou e apoiou a invasão por interesses econômico, no qual viabilizou os *colorados* no poder.

Após esse ocorrido, Paraguay em represália com o ataque em Uruguay, decidiu atacar o Brasil em novembro de 1864, eclodindo na Guerra do Paraguay. “Paraguai declarou guerra ao Brasil, invadindo a região de Mato Grosso, zona de disputa entre colonos e seus respectivos governos há mais de 200 anos” (MOTA, 1995, p. 243). Para além dos interesses mercadológicos e de acesso as vias fluviais, a Guerra do Paraguay, também foi marcada pelas questões de limite fronteiriços e territoriais.

A guerra do Paraguay foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. [...]. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. [...]. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar o seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, graças a uma aliança com os blancos uruguaios e os federalistas argentinos representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionados pelos blancos e por Solano López [...]; para o Império, a guerra contra o Paraguay não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiro entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López (DORATIOTO, 2002: 93).

Por isso, para Rui Wachowicz, a fundação da Colônia Militar em 1889 pode ser compreendida como núcleo fundador, caracterizado pela tentativa do Estado brasileiro de demarcação de um limite “político e social” decorrente da localização geográfica nas fronteiras territoriais com a Argentina e o Paraguay. Para ele, havia necessidade de ocupação e incorporação econômica da região, até então explorada pelas frentes argentinas e paraguaias de extração de erva-mate e madeiras. Em outras palavras, a criação da colônia vinculou-se diretamente com um processo de ocupação nacional e de defesa da soberania em um território que vinha sendo explorado por sujeitos de diferentes nacionalidades.

Em certa medida, a percepção do autor referente a importância embrionária da colônia estava vinculada ao papel desempenhado pela mesma no processo de ocupação regional ao incentivar a distribuição de terras para o povoamento e para produção agrícola. De acordo com Rui Wachowicz, em 1905 a região da colônia era pouco povoada, aproximava-se a mil habitantes, sendo a maioria de trabalhadores

braçais de “origem Paraguaia (guarani) e argentinos”. Haviam em torno de 58 famílias, 33 considerados estrangeiros e 20 brasileiros. (WACHOWICZ, 1982, p.24).

Esta experiência de territorialização encerra-se em 1910, momento em que foi criado “na sua antiga sede, o distrito denominado Iguaçu, sob a jurisdição do município de Guarapuava” (DARC, 2009, p. 22). Conforme pesquisa no site da prefeitura, a criação do município de Foz do Iguaçu ocorreu por meio da Lei N. 1383 de 14 de março de 1914, decretado pelo antigo Congresso Legislativo do Estado do Paraná⁹. No entanto, a denominação na época ainda era de Iguassú ou Vila Iguassú, somente a partir do ano de 1918 que a cidade passa a ser chamada de Foz do Iguaçu¹⁰.

Em referência a mudança de palavra no nome da cidade foi verificado nas leis, ou em qualquer outro documento oficial não se encontra referência sobre a origem do atual nome ou sobre os motivos que levaram as alterações. Nesse sentido, uma das palavras que dá nome a cidade, Iguaçu, é de origem tupi-guarani, que significa – água grande, fazendo referência ao conjunto de 275 quedas de água. Parece óbvio, que a denominação está relacionada ao ponto geográfico onde ocorre a junção do Rio Iguaçu com o Rio Paraná. Dentro da lei de criação há um parágrafo único que diz:

“A séde e divisão do novo Município são as mesmas do actual districto judiciário, isto é, a partir da Foz do Iguassú pelo rio Paraná acima até o Piquiry, por este acima até as suas cabeceiras e deste ponto por uma recta até as cabeceiras do rio Tormentas, por este abaixo até o rio Iguassú, e por este abaixo até a Foz do Paraná, observando o disposto no art. 64 da Constituição Federal”.

Levando em consideração a citação acima, podemos acreditar que o nome reconhecido atualmente faz referência ao encontro de dois rios ou do deságue de um rio em outro, como podemos observar o Rio Iguaçu desaguando no Rio Paraná. Todavia, muito mais significativo do que a origem do nome é refletir como, ao longo de toda história do município, foi sendo costurada a relação entre militares e civis.

As dificuldades e os interesses diferentes sobre um projeto de município pensado para Foz do Iguaçu, principalmente por parte das forças armadas e a

⁹ Link da Lei da criação do município de Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=1626>

¹⁰ Em 1914 sob a LEI N. 1383 de 14 de março O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e sancionou a lei seguinte: Art. 1.º - Fica elevado à categoria de Município, com a denominação de Iguassú, o distrito judiciário desse nome, a ex-colônia militar. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/turismo/%3Bjsessionid%3De0c9fcfb7052d4b8cf18db3262?idMenu=1694>

realidade vivida pelos moradores e as classes dominantes locais, entravam em conflito. Desde a sua emancipação, a administração pública de Foz do Iguaçu oscilava entre prefeitos militares e civis, no entanto essa relação era conturbada, pensando no crescimento, desenvolvimento e progresso da cidade. A maioria dos militares não queriam viver e permanecer no local, diferente dos civis, estes por sua vez, preferiam se estabelecer e constituir família. A relação dos militares com a população local era mínima, nos mandos e desmando dos militares atuando como prefeitos não davam satisfação dos seus atos de gestão, por sua vez os cidadãos para não se indispor e não afrontar permaneciam alheios e desinteressados pela política do município. (LIMA, 2001).

Em uma conjuntura complexa, onde os esforços de povoamento iniciados com a Colônia Militar não obtinham os resultados almejados e os interesses das diferentes frações de classe divergiam, surgiam esforços em normatizar as práticas e os usos da cidade, como, por exemplo, o Código de Postura em 1914, por parte da Câmara Municipal de Foz Iguaçu, e as Leis Municipais criadas entre 1915 e 1937¹¹. Contudo, o fracasso da colônia em povoar a região e garantir a nacionalidade brasileira não forçou apenas a criação de normatizações locais, mas despertou preocupações em instâncias políticas mais elevadas, o que refletiu diretamente na criação do Território do Iguaçu.

O Código de Posturas do município serve para regular e estabelecer normas, políticas administrativas e penalizar aqueles que por ação, omissão infringirem as leis e os regulamentos do município. O conjunto de documentos referente as leis municipais que foram levantados abrangem 4.697 arquivos em PDF entre leis, decretos e códigos de posturas disponibilizados pela Secretaria Administrativa do município. No intuito de organizar a análise da massa documental, estabelecemos uma ordem cronológica que nos permitisse verificar os autores e os demais envolvidos no processo de elaboração das leis, visando iluminar os elementos presentes na constituição do espaço urbano de Foz do Iguaçu entre 1914 e 1963, no entanto, não ficamos preso na ordem cronológica no desenvolvimento do texto, podendo assim ter uma fluidez na construção do texto sem ficarmos amarrados a determinados períodos e datas.

¹¹ Lei Nº. 8, de 4 de novembro de 1914 - Código de Postura; Lei Nº. 12, de 7 de julho de 1915; Lei Nº. 21, de 24 de abril de 1916; Lei Nº 30, de 16 de junho de 1917; Lei Nº 17 (Projeto Nº. 20) de 1937;

Durante os 49 anos que precederam a eclosão do golpe de 1964, a prefeitura de Foz do Iguaçu teve sua administração oscilando nas mãos de militares e civis. Por 16 anos a gestão ficou com os militares, os prefeitos civis mantiveram a posse de prefeitos por 33 anos.

Durante a elaboração do primeiro Código de Posturas de Foz do Iguaçu, a câmara legislativa municipal contava com 9 “camaristas”. A maioria desses “camaristas” era ligado ao comércio e aos militares, esses então representando a elite local e os interesses comerciais na região. No livro do Perci Lima, Foz do Iguaçu e sua história (2001, p. 35) ele elenca alguns nomes que deram início ao comércio na cidade, tais como: Jorge Schimmelpfeng, coronel e prefeito do município, Fulgêncio Pedroso de Almeida, major e comerciante junto com seu irmão Accácio Pedroso e Sara Sottomaior Pedroso filha de Ignácio de Sá Sottomaior, ou seja, seriam essas pessoas que iriam regulamentar e normatizar os espaços urbano da cidade. (TRIBUNA PR, 2006, p. 0).

As leis do município de Foz do Iguaçu sobre a utilização e a ocupação das vias públicas e sobre o comércio de um caráter mais geral, inclusive sobre o trabalho ambulante, encontra-se de maneira incipiente no primeiro Código de Postura do município do ano de 1914. O código apresenta uma série de normas administrativas municipais e aplica penas aos infratores que infringirem a legislação e os regulamentos do município. No primeiro Código de Postura de Foz do Iguaçu, lei nº. 8, de 4 de novembro de 1914, consta:

Título I – limpeza da vila e tranquilidade e segurança pública – Capítulo I.
Art.º. 3º. É proibido nas ruas e praças sob a pena de 10\$000 réis de multa e ser feita a remoção, concerto e limpeza a custo do infrator:
§ 1º. Deitar ou depositar fragmentos de vidros e outros objetos que possam molestar os transeuntes;
§ 2º. Danificar de qualquer modo o leito das ruas e praças;
§ 3º. Escrever, pintar figuras, fazer borrões e riscos na paredes;
(...)
Art.º. 5º. É proibido nas ruas e praças sob a pena de 5\$000 réis a 30\$000 réis de multa, além de mais em que incorrer:
§ 1º. Amarrar animais nos postes públicos, ou tê-los de modo pisarem nas calçadas;
§ 2º. Amarrar animais;
§ 3º. Conduzir gado bravo;
§ 4º. Levar animais a galope com exceção dos soldados da Cavalaria em serviço urgente;
§ 5º. Disparada de animais, quer de carros, quer de montaria.

O trecho do código de postura apresentado e elaborado pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu em meados da década de 1910 apresenta-se nitidamente contrário a um modo de vida rural presente nos costumes da população local e da classe trabalhadora na região. Isto se mostra na restrição da presença de animais em espaços públicos destinados para estruturação e consolidação de um possível “centro urbano”. Os tipos de trabalho desenvolvidos no início do século XX, estavam associados a um modo de vida rural, onde as trocas de mercadorias entre brasileiros e argentinos se davam entre produtos agrícolas, cultivados localmente.

A discussão presente na tese da historiadora Aparecida Darc de Souza (2009), traz um pouco sobre estas trocas ao explorar entrevistas com moradores de Foz do Iguaçu no intuito de problematizar a constituição da memória da cidade. Em sua pesquisa há entrevistados que mencionam a troca de laranjas produzidas por brasileiros pelas maçãs produzidas por argentinos. Outro exemplo, é a produção de leite por pequenos agricultores brasileiros, sendo vendidos e trocados por produtos industrializados na Argentina. Evidentemente, o transporte destas mercadorias de origem rural era realizado por tração animal no início do século XX.

Ainda, conforme a autora, da mesma forma, havia a circulação das moedas dos três países articulada a comercialização das mercadorias produzidas localmente entre as três cidades fronteiriças. Não havia um abastecimento somente a partir de um mercado vindo dos grandes centros urbanos. A economia e a produção local envolvendo as cidades fronteiriças eram importantes para suprir as necessidades locais. Conforme Aparecida Darc de Souza (2009), os próprios relatórios das direções da Colônia Militar em 1913 traziam a necessidade de buscar alimentos e bens necessário ao consumo do “outro lado” da fronteira. Não é somente o fato da existência de um decreto fundador do município em 1914 que irá transformar esta realidade regional num prazo de um ano.

Com base na bibliografia pesquisada e nos elementos assegurados no Código de Postura de 1914, podemos trabalhar com a hipótese de que o transporte por meio de carroças era comum, assim como suas locações deviam fazer parte das necessidades vividas pelos moradores locais para se deslocarem. O código de postura, ao proibir a presença de animais amarrados aos postes, indica que aquele projeto de cidade não incluía na sua parte central urbana a circulação de colonos e trabalhadores locais que faziam uso de animais para sua locomoção. Igualmente, isto

é expresso na preocupação que charretes ou carroções carregados poderiam causar danos para os leitos das ruas e praças. Contudo, os relatórios militares pesquisados por Aparecida Darc de Souza, de 1913, indicam que embora houvesse essa negação da ocupação do centro da cidade aos trabalhadores rurais e ao seu modo de vida rural, estes “urbanos” militares, dependiam e careciam das produções locais, principalmente agrícolas. Ou seja, há uma divisão muito clara dos lugares sociais de cada classe na proposta de cidade.

A disputa entre o rural e o urbano, o esforço em construir um imaginário de cidade moderna em contraposição as práticas sociais necessárias para a vida no campo não se restringiam a realidade de Foz do Iguaçu no começo do século XX. Cardin (2003), ao estudar a formação do espaço urbano de Uberlândia/Minas Gerais, observou a existência de questões muito similares àquelas que encontramos na realidade Foz do Iguaçu. Neste sentido, analisando os Códigos de Postura de 1903 e 1913 de São Pedro de Uberabinha, futura cidade de Uberlândia, o autor explora a grande preocupação da elite local em controlar a circulação e a criação de animais no perímetro urbano do município. Na análise dele, o objetivo das frações da classe dominante de Uberlândia era adequar a população local a uma realidade planejada, inserida em uma concepção de modernidade e de mercado.

Sobre a comercialização de mercadorias entre as cidades da tríplice fronteira, podemos observar pelo código de condutas de Foz do Iguaçu como isto era reconhecido oficialmente. Não suficiente, destaca-se também a presença de trabalhadores envolvidos nestas atividades, uma vez que, tentava-se organizar esta força de trabalho. O Código de Postura de 1914, apresenta no Título VI – Comércio, Art.º 53 e o Art.º 56 apontamentos referentes ao controle do mercado e a higiene necessária para a prestação de serviço daqueles que negociam produtos “avulsos”:

Art.º 53 – os atravessadores de gênero de primeira necessidade que os comprarem para fazer monopólio e venderem ao povo incorrerão na multa de 200\$000 réis.

(...)

Art.º 56 – Os que venderem avulsos gêneros líquidos e sólidos, são obrigados a conservar limpos as medidas, corpos e balanças sob pena de 10\$000 réis de multa.

Observa-se que neste primeiro código do município não se visualiza uma preocupação direta em relação ao trabalhador ambulante, por mais que o mesmo

compunha o cenário e estava ligado a esta atividade de compra e revenda de produtos de maneira informal na cidade. O termo “comércio ambulante” surge um ano depois na Lei N.º 12 de julho de 1915, referente a arrecadação da receita do município para o exercício de 1916, até este período, não havia taxaço e nem tributo em cima da atividade do “comércio ambulante”, situação que sofrerá alteração em curto tempo. No ano subsequente, na Lei N.º 30 de junho de 1917 para a renda e arrecadação do município, o “comércio ambulante” passou a ser tributado no valor de 50\$000 para cada trabalhador, havendo oscilações na taxa cobrada.

A simples forma em que o problema se insere nas preocupações locais corresponde a um elemento significativo para entendermos a formação do comércio e a velocidade de ação dos grupos econômicos representados na política. No final do século XIX e começo do século XX a região estudada sofria grandes dificuldades com o abastecimento de produtos básicos, que, em sua maioria, eram originados de Buenos Aires/Argentina e Assunção/Paraguay e comercializados por mascates. Tal situação fomentava um contexto onde a venda de porta em porta e aquela realizada nas vias públicas correspondiam a um cenário comum na paisagem local (LIMA, 2001).

Primeiramente, os esforços legislativos foram direcionados para a obstrução de organização de monopólios no abastecimento local e para o estabelecimento de um mínimo controle dos serviços prestados (situação que, embora pareça elementar, já garantia alguma restrição para os trabalhadores e comerciantes que atuavam em Foz do Iguaçu). Em um segundo momento, visualiza-se a tentativa de começar a controlar o oferecimento de mercadorias no município, criando os primeiros parâmetros de atuação e exigindo a formalização, via pagamento de impostos, de quem estava comercializando em Foz do Iguaçu.

Lima (2001), registra que “o primeiro comércio ambulante legal de que se tem registro, é o botequim ambulante de Casimiro Silva, que na época pagou a taxa de 5\$000 (cinco réis) no dia 23 de agosto de 1914, um sinal evidente que a fiscalização municipal era atuante”.

A partir de 1917 a prefeitura de Foz do Iguaçu passou a tributar o comércio ambulante¹². Até a década de 1930, o abastecimento da cidade era feito pela cidade

¹² Ao passar dos anos por meio das leis de regulamentação e da receita do município a taxa de imposto para os comerciantes ambulantes oscila. Como já citado em 1914 a cobrança da taxa era de 5\$000

de Puerto Aguirre na Argentina, pois as estradas eram precárias, de difícil locomoção e em tempos de chuva a cidade ficava praticamente ilhada dificultando o acesso pelas estradas brasileiras. Uma forma para manter o abastecimento seria por meio do comércio ambulante, já que esses trabalhadores compravam as mercadorias e revendiam nas ruas da cidade.

Observa-se que dentro das leis pesquisadas o termo “comércio ambulante” deixa de ser pautado no legislativo entre os anos de 1936 e 1970. O tema volta a ser abordado apenas no Código de Postura de 1970, onde possui um capítulo exclusivo, especificando quais as atribuições e como proceder para retirar a licença de comerciante ambulante. Posteriormente, em 1984, a Lei N.º 1208 de 17 de dezembro de 1984, regulamenta o exercício do comércio ambulante e atividades afins na cidade de Foz do Iguaçu. Duas novas tentativas de normatização e controle, ambas criadas durante a ditadura militar brasileira.

2.2 Marcha para oeste e a construção da ponte da amizade

Na década de 1930, o Brasil começou um projeto de expansão, ocupação e produção territorial, conhecido como a “marcha para oeste”, sob a gestão do então Presidente Getúlio Vargas. Neste sentido, com a intenção de desenvolver a economia, produzir outros produtos diversificados para a exportação e de ocupar com efetividade as regiões periféricas do país e proteger o território brasileiro.

A marcha para o Oeste consistiu em um projeto político brasileiro, lançado em 1938, formulado e implementado durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Apresentava como objetivo o preenchimento populacional do território do Brasil Central, com vistas à integração desses espaços ao restante do

(cinco réis), no entanto essa cobrança não foi encontrada nos documentos referentes as leis. Na lei nº 30, 16 de junho de 1917 o comércio ambulante, o trabalhador ambulante contribui com a receita da cidade pagando a quantia de 50\$000 (cinquenta réis), para o exercício financeiro de 1917 a 1918.

Para a receita do município em exercício financeiro de 1922 a lei nº 56, 2 de janeiro de 1922 passou a taxar o comércio ambulante em 500\$000 (quinhentos réis), dois anos depois sob a lei nº 77 de 20 de fevereiro de 1924 o imposto baixou para 100\$000 (100 réis), em 1926 teve outra baixa, na lei nº 88 de 24 de junho de 1926 a cobrança era de 50\$000 (50 réis), mesmo com essa baixa no mesmo ano pela lei nº 96 de 31 de dezembro de 1926 cobra-se 300\$000 (trezentos réis) dos comerciantes ambulantes. Em 1928 sob a lei nº 108 de 5 de janeiro o valor da taxa sobe para 480\$000 (quatrocentos e oitenta réis). No ano seguinte na lei nº 13 de 21 de janeiro de 1929 o imposto passa a ser de 300\$000 (trezentos réis), novamente a cobrança abaixa para 200\$00 (duzentos réis) na lei nº 147 de 4 de janeiro de 1930. No ano de 1936, na lei nº. 17 (Projeto Nº 20), do Regulamento da Receita para 1937, a taxa de cobrança passa para 30.000 réis por três dias e 5.000 réis por dia excedido.

território brasileiro, através da exploração econômica destes ambientes. (DIAS; MIZIARA, 2022, p. 4).

Dias e Miziara (2022) observam o progressismo varguista, exaltando em discursos emitidos pelo presidente Vargas, destacando a ocupação destas áreas como a “a mais alta tarefa do homem civilizado”

A marcha para o Oeste então se caracteriza como um instrumento político de fomento da expansão da fronteira demográfica e econômica no território do Brasil Central especificamente; pois foi utilizada no governo Vargas (1930-1945) como parte de um projeto de colonização. Conforme podemos ver em um fragmento do discurso do presidente Vargas proclamado no Rio Amazonas em 1942: “Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada” (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1942, p. 230).

Com isso, fomentou-se o nascimento de um conjunto de territórios distribuídos em regiões com baixa densidade demográfica. Para garantir e povoar o extremo oeste nacional, em 1943 foi criado o Território Federal do Iguazu, com sede em Foz do Iguazu.

A partir desse momento Foz do Iguazu passa a receber uma população migratória com o incentivo federal, com isso, a configuração política da cidade passa a se alterar, a elite da cidade em sua amplitude era formada por militares ou pessoas ligadas ao exército. Com a chegada dessa nova população esse grupo sofre modificações dentro do cenário político, ampliando a oscilação política entre os militares e os civis que migraram para a região, variações que serão comuns ao longo de parte significativa do século XX.

Alguns estudos indicam como primeiro passo para a reaproximação a ida de Getúlio Vargas à Assunção em 1941. Esta aproximação de Vargas pode ser interpretada como mais um passo de sua política conhecida por marcha para o oeste que se inicia em 1930 e termina em 1945. Márcio Gimene de Oliveira (2017), recorda o processo semelhante que havia ocorrido nos Estados Unidos da América, a marcha para o oeste o seu objetivo era de diminuir os vazios demográficos que existiam no país, a ideia era construir e preencher uma integração regional entre os extremos, de leste à oeste que eram considerados isolados:

A noção de "vazio" territorial atualizava o conceito de "sertão", entendido como um espaço abandonado que desde as denúncias de Euclides da Cunha vinha preocupando as elites brasileiras interessadas em construir uma nação. Por outro lado, as áreas ocupadas do Brasil eram vistas como um arquipélago, onde cidades ou regiões pouco tinham a ver entre si. A criação 1937 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) indica sem dúvida a importância das estradas como instrumento de comunicação entre as regiões e as cidades. (OLIVEIRA, 2017, p.1).

Na tentativa de uma aproximação mais consolidada Vargas em 1943, a dívida da Guerra da Tríplice Aliança e, a partir disso em 1945, passa a ser elaborado um estudo técnico para a construção de uma rodovia que sairia do Paraguai e chegaria ao Brasil:

Vargas assinou um decreto que perdoava a dívida da Guerra da Tríplice Aliança que o Paraguai ainda não havia quitado. Em 1945, o governo do Brasil enviou ao país vizinho um estudo técnico inicial sobre a construção de uma rodovia que sairia de Assunção, passaria por Coronel Oviedo e Puerto Franco e, finalmente, chegaria ao Brasil, traçando uma rota no sentido oeste-leste que permitiria a comunicação rodoviária daquela capital com os portos brasileiros, particularmente o de Paranaguá. Sua construção, contudo, somente veio a iniciar-se uma década 28 depois, já no governo de Stroessner. (SILVA, 2006, p. 57).

Este momento, pode se dizer que foi a primeira vez cogitado a ideia de construir uma ponte, para que assim ligasse as rodovias entre Paraguai e Brasil.

Com o início do governo do general Stroessner (1954), é possível perceber de forma mais nítida uma aproximação com o Brasil e um afastamento gradual com a Argentina. Há pesquisas que afirmam que a ascensão de Stroessner ao poder foi fundamental para este processo de reaproximação, por conta de sua afinidade pessoal com o Brasil e o tempo que passou com o exército brasileiro (DIAS JUNIOR, 2018, p. 28).

Nesse sentido, podemos analisar essa aproximação entre os dois países teve mais peso pela decisão do Presidente Stroessner do que qualquer outra, além disso o contexto possibilitou para tal decisão, ainda que havia dois outros países envolvidos no processo, Estado Unidos da América (EUA) e Argentina.

O autor Waldson de Almeida Dias Junior (2018, p. 29), aponta essa aproximação:

apesar de ter uma forte influência, não podemos creditar todo esse processo apenas à figura de Stroessner. Talvez sua participação tenha sido um impulso para desencadear a mudança de panorama que se aproximava. A política

pendular caracteriza-se por uma afinidade maior com uma nação e distanciamento de outra. Sendo assim, ao passo que se concretizava um alinhamento com o Brasil, percebe-se, por outro lado, um Paraguai cada vez mais distante da Argentina. Se no Paraguai temos o fortalecimento das relações com o Brasil, um afastamento em relação ao governo argentino e a procura de um alinhamento com os EUA, para o Brasil está reaproximação também pode ter sido vista com bons olhos, devido às pretensões e estratégias adotadas no período.

No segundo governo Vargas (1951-1954), e no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), no primeiro momento mantendo a política de estreitamento com os EUA, e posteriormente buscando o apoio econômico, político e tentando uma liderança no continente (CHEDID, 2010).

O Brasil já vinha demonstrando uma vontade de se tornar um líder no continente latino-americano, o apoio dos EUA seria importante para que isso acontecesse, além disso os investimentos externos contribuíram para o processo de industrialização brasileira.

Assim, destaca Chedid sobre a importância de se relacionar com o Paraguay:

A busca por uma ampliação efetiva das relações políticas e econômicas passou a ser um projeto político brasileiro. Nesse sentido, era preciso antes de tudo tratar de suas mediações e finalmente estabelecer um melhor e mais firme posicionamento dentro da América Latina. Para tanto, diminuir a dependência paraguaia em relação à Argentina era um dos pontos que deveria ser trabalhado com urgência (CHEDID, 2010, p.39).

Outro ponto a ser destacado por Dias Junior (2018, p. 30) diz respeito à continuidade da “marcha para oeste”, iniciada no período Vargas e mantida no governo JK, com o interesse de levar o ‘desenvolvimento’ para o interior do país”.

Dias Junior (2018, p. 30-31) ressalta que “este processo histórico possa ser visto enquanto um importante argumento para justificar a proximidade de duas figuras aparentemente tão contrastantes como Stroessner e JK”. Ainda podemos observar a diferença entre esses dois presidentes “um ditador autoritário, com uma postura extremamente antidemocrática e, por outro, um presidente eleito de forma democrática, associado a uma imagem progressista” (DIAS JUNIOR, 2018, p. 30-31).

Segundo Ricardo Wahrendorff (1996, p. 108-109), as políticas de aproximação do governo JK para América Latina atendiam a dois objetivos principais, um de natureza política e outro de natureza econômica. Conforme BATALHA E DUARTE (2010), explica sobre as diretrizes da Operação Pan-Americana (OPA), que buscava

promover a união da América Latina na defesa do desenvolvimento econômico e apoiar as iniciativas desenvolvimentistas formuladas na região, com apoio do capital estadunidense.

Em suma, o objetivo da mesma era de que os EUA assumissem um compromisso de cooperação para a erradicação do subdesenvolvimento na América Latina. A lógica era de que, atraindo as atenções do país para os países latino-americanos, seria possível obter maiores créditos no sistema político, o que acarretaria a adesão de Washington a um bloco multilateral empenhado na fuga do subdesenvolvimento. É possível elencar alguns dos artifícios para os quais a OPA concretizaria tamanho fim: a) introduzir investimentos financeiros nas regiões mais carentes do continente; b) proporcionar assistência técnica para maximizar a produtividade e a implementação dos investimentos realizados; c) conservar os preços das commodities comercializadas pela América Latina; d) promover a liberalização institucional internacional; e) procurar a constante ampliação da pauta de recursos disponíveis. Dois fatores, ainda assim, são determinantes na compreensão da OPA: a preferência por capitais públicos e a busca pela multilateralização, a fim de incluir todas as nações da região no projeto, dada a sua magnitude (BATALHA e DUARTE, 2010, p.4).

Nesse sentido de incentivar, fomentar a industrialização a América Latina e assim expandir o mercado local. Segundo Silva, “desse cenário, e no que concerne às relações do Brasil com o Paraguai, o governo de Juscelino Kubitschek demonstrou firme interesse em realizar as obras de construção da ponte internacional que ligaria os dois países” (SILVA, 2006, p. 64).

A construção tinha por finalidade unir uma rodovia que ligasse, de forma direta e indireta, Assunção ao porto de Paranaguá no Brasil. Deste modo, isso traria para o Paraguai acesso ao Oceano Atlântico, dando outra opção e diminuindo a dependência que havia sobre a bacia do Prata, ou seja, a ponte abriria uma nova rota para a exportação de seus produtos sem depender da Argentina.

Sobre a construção da Ponte da Amizade, DIAS JUNIOR, explica:

O tratado para a construção de uma ponte que ligasse as rodovias Concepción Pedro Juan Caballero à BR-277 foi assinado em 1956, com início das obras no mesmo ano. Em 1957, a obra ganha intensidade. Uma ação muito importante do governo Paraguaio foi a criação, em 1957, de uma cidade às margens do rio Paraná, no local onde se começava a construção da ponte. No início, a cidade chamou-se Puerto Flor de Lis, depois, Puerto Presidente Stroessner, em homenagem ao ditador Paraguaio, em seguida, passou a chamar-se Ciudad Presidente Stroessner, chegando ao que é conhecida atualmente, Ciudad del Este, em virtude do fim do regime em 1989 (DIAS JUNIOR, p. 32).

Portanto, a Ponte da Amizade foi considerada uma das maiores pontes já construída e moderna da sua época, utilizando do concreto armado e da técnica de balanços sucessivos. Com 552,4 metros de extensão, largura de 13,5 metros, as pistas de rolagem com largura e 9,5 metros, 78 metros de altura do fundo do rio e 32 metros a partir do nível normal, tendo o vão livre de 290 metros (MASCARENHAS, 2020). Um fluxo aproximado de 500.000 pessoas e veículos atravessa a ponte por ano¹³, para comprar produtos eletrônicos, perfumes, vestuários entre outras mercadorias e fazer turismo de compra.

Entre os anos de 2014 e 2016 foi realizada reformas estruturais na ponte pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), como troca de placas de concreto, pintura, iluminação, instalação de grades de ferro nas duas laterais, do lado das vias dos carros e do parapeito e cobertura para os pedestres. As grades servem para dois propósitos: primeiro, para que não aconteça suicídios; segundo para evitar e conter que os laranjas joguem as mercadorias na margem antes de chegar na aduana brasileira para serem fiscalizados.

Assim, a Ponte Internacional da Amizade ligaria os dois países, “a construção significava um avanço nas relações entre os dois países, podendo ser pensada enquanto um marco cultural, dinâmica, econômico, físico e social, nas relações Brasil–Paraguai” (DIAS JUNIOR, p. 32).

Se na área da infraestrutura as coisas estavam andando, nos outros campos não ficavam atrás, como destaca Silva:

Nesse mesmo ano, o Brasil firmou tratados com o Paraguay na área cultural, com o objetivo de promover atividades de teatro, feiras, literatura, artes plásticas, ao mesmo tempo que abriu uma Missão Cultural em Assunção e construiu o Colégio Experimental Paraguay-Brasil, que deveria trabalhar com o Instituto Cultural Brasil-Paraguay, localizado em Assunção (SILVA, 2006, p. 65).

Para tanto, um obstáculo perceptível, e um caráter muitas vezes hierárquica do Brasil em relação ao Paraguay, pode ser entendido pelo seu tamanho territorial ou pelo seu maior poderio econômico. Os motivos são diversos que podem influenciar, para Dias Junior (2018, p. 32) “o ponto é que Brasil e Paraguay não são tratados em

¹³<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/transito-na-ponte-da-amizade-e-de-quase-40-mil-veiculos-por-dia-diz-pesquisa.ghtml>.

posição de igualdade dentro desta relação, sempre apontando uma dependência do Paraguay em relação ao Brasil, ou uma superioridade brasileira sobre o Paraguay”.

Outro ponto a ser notado e ajuda nessa rivalidade é a questão da lembrança ainda da Guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870). Essa recordação do período histórico pode ser entendida como uma justificativa o afastamento entre os dois países. Lembrar

A recordação desse período da história pode ser entendida como uma justificativa o afastamento entre os dois países. Fazer-se lembrar da guerra podem ser um elemento de resistência na relação entre os dois países, confirmando a proposta de que a política de reaproximação ainda seria, sobretudo, em aspectos políticos e econômicos, mas não em termos culturais e ideológicos.

2.3 A construção de Itaipu e a (re)configuração dos bairros e espaços

Nos anos de 1965 a 1990 o Brasil sofreu restrições relativas aos direitos civis e políticos e, ao mesmo tempo, um aumento da repressão por meio do Estado, expresso em processos de criminalização, censura e violência extrema por parte do governo militar que obteve o poder por meio de um golpe. Para Lara e Silva (2015), o golpe de 1º de abril de 1964 obteve adeptos de vários setores da sociedade brasileira, tais como Igreja Católica, classe média nacional e internacional, industriais e proprietários de terras. As propostas de promoção da justiça social, soberania nacional, valorização dos direitos trabalhistas, defesa das reformas agrárias, tributária, urbana, educacional e eleitoral que até então o Presidente da República João Goulart (PDT) estava desenvolvendo não tinha agradado políticos, latifundiários, industriais. Partindo deste descontentamento, a elite econômica, política e a igreja se organizaram com os militares para expulsar João Goulart da presidência, junto a outros líderes esquerdistas.

Para Jose Paulo Netto (2014, p. 74):

O regime derivado do golpe do 1º de abril sempre haverá de contar, ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-la tão somente como uma ditadura militar — se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um de seus traços peculiares, é inegavelmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia os interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido

como uma forma de autocracia burguesa (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como ditadura do grande capital (conforme a análise de Octávio Ianni). O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas [...] — foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, conferiu a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus agentes, ‘gringos’ e brasileiros).

Netto (2014) aponta outro fator garantidor da continuação do regime militar: “a criação de aparato repressivo e rede de informação, para garantir a implementação da política de desenvolvimento econômico assentada no planejamento e na força militar do Estado” (NETTO, 2014, p. 87). Borges (2015) também sinaliza para a questão da militarização e a truculência de como o regime decorria ao longo dos anos, junto com o desenvolvimento industrial atraindo empresas transnacionais.

A manutenção do regime durante 21 anos pode ser entendida observando a existência de um conjunto de razões, entre elas destacamos: 1) o medo de um modelo ideológico, político e social comunista, o que garantia a união de uma gama de grupos conservadores da sociedade brasileira; 2) os grandes investimentos que estavam sendo realizados, como, por exemplo, a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e; 3) o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto, fomentando o discurso ideológico do suposto “milagre econômico”.

Para além desses três, há outros aspectos que merecem ser destacados. Os Atos Institucionais (1º ao 5º), foram um esforço grande dos militares para que pudessem legitimar de forma jurídica a ditadura, “limitando o Parlamento e estabelecendo as regras eleitorais restritas e indiretas, com bipartidarismo legal, fechamento de partidos de esquerda, perseguição, prisão e banimento, da vida política, os líderes políticos, sindicais, estudantis e intelectuais da época” (BRASIL, 1964).

Em linhas gerais, a conjuntura política nacional insere novamente os militares em um lugar de relevância na política e na economia de Foz do Iguaçu. O município que teria sua origem vinculada a uma colônia militar e que sofreu um processo de intervenção durante a constituição do Território do Iguaçu, novamente experimenta a gestão militar de sua administração durante os anos de 1964 a 1985, ano em que ocorre o processo de eleição do primeiro prefeito dentro do modelo democrático-

liberal, Dobrandino Gustavo da Silva. Lembramos que durante todo o período de existência da ditadura os prefeitos do município eram indicados pelo governo militar.

Como destaca Danilo George Ribeiro (2016), o embate no quadro político da cidade entre a velha elite militar e a nova elite comercial se finda em 1964 com o golpe militar, já que a partir de 1968 os prefeitos passam a ser nomeados diretamente pelo Governo do Estado, subjugado ao Presidente da República, fortalecendo o grupo ligado ao exército.

Desde a sua criação, Foz do Iguaçu passou por várias transformações, modificações, do próprio nome a mudanças estruturais urbanísticas. Na década de 1980, observa-se a instalação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, que atraiu um considerado número de trabalhadores para o município, sendo que muitos fixaram residência e criaram outros bairros em torno da Usina. Outro fenômeno a ser notado é o crescimento de compra nas lojas em Ciudad del Este na década de 1990, novamente transformando a cidade e lhe garantindo outros olhares. Paralelo a estes movimentos, observa-se o processo de consolidação do setor turístico, que efetivamente ganhará centralidade apenas no começo do século XXI.

Até a ocasião do golpe, o município de Foz do Iguaçu tinha sua economia diretamente vinculada ao ciclo madeireiro, prática residual, herdada dos períodos extrativistas que garantiram a exploração territorial da região entre o final do século XIX e XX. Como sinaliza Luiz Eduardo Penna Catta (2001), o município, antes da construção da hidrelétrica de Itaipu, correspondia a um pequeno vilarejo, com um comércio dependente da Argentina e com vínculos sociais intensos devido à baixa demografia apresentada. Na pesquisa que realizou, seus interlocutores apresentaram uma visão saudosista dos anos anteriores à usina, já que a primeira metade do século XX seria marcada por uma imensa tranquilidade, sendo representada no imaginário de seus interlocutores como um “paraíso”.

Entretanto, em meados da década de 1970 este cenário bucólico começou a sofrer rápidas transformações. Com objetivos de garantir a produção de energia elétrica para abastecer o parque industrial em expansão nas grandes metrópoles brasileiras e reorganizar a geopolítica da América do Sul, ao trazer o Paraguai para a órbita de influência brasileira, o governo militar nacional elaborou e estabeleceu um acordo com o governo militar Paraguaio para a construção de uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, a Itaipu Binacional. O empreendimento garantiria a

autossuficiência hidrelétrica do Paraguai e a produção de aproximadamente 25% da energia consumida no Brasil.

Após diversos estudos sobre a capacidade energética do Rio Paraná e sobre o impacto territorial da construção, foi definido um ponto estratégico para as obras e para a formação do lago da represa que resolveria, entre outras questões, a grande maioria dos impasses que ainda existiam referente a demarcação da fronteira Brasil/Paraguai, principalmente na região onde se localizava as Setes Quedas, que desapareceram por completo assim que o lago se formou. Assim que foi anunciado início do empreendimento, a fronteira de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este sofreu modificações imediatas no campo e na cidade.

A relação da Itaipu com a cidade era de cunho político, havendo ainda a dependência econômica. A cidade estava subjugada a empresa, ao Estado e ao Governo Federal. Como era de praxe no município nesses vinte e um anos de ditadura militar, a indicação do prefeito acontecia geralmente pela direção da Itaipu por estar ligada aos militares, a qual fazia parte o grupo de elite foz iguaçuense, grupo este predominante no cenário.

O processo de construção da usina promove grandes alterações na paisagem. Como sinaliza Guiomar Inez Germani (2003, p. 21), neste período, imensas áreas, naturalmente preservadas, foram destruídas para a implantação destas obras, causando grandes impactos ambientais e sociais. No caso da construção da usina hidrelétrica de Itaipu foi preciso modificar todo o conjunto do patrimônio natural do rio Paraná para a construção do canal de desvio da barragem e da criação do reservatório de 1.350 km² em uma extensão de 170 km ao longo do rio, atingindo “8 municípios: Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu” (GERMANI, 2003, p. 51).

Segundo a autora Leila Regina Youssef Thaumaturgo (2012, p. 17) “de acordo com os dados da Itaipu (1994) a implantação da usina trouxe para esta região, um grande prejuízo ambiental com o alagamento de aproximadamente 1.050 km² de terras produtivas”. Germani (2003, p. 53-54) aponta que foram “expropriadas mais de 42.444 pessoas, incluindo 13 famílias de índios guarani, tiveram que sair das terras”.

Para Souza (2008), a produção do espaço, com a inundação de áreas para geração de energia elétrica, promove atividades econômicas diversas das atividades

predominantes antes da transformação, assim as características territoriais são apropriadas pelos governos municipais, estadual e federal que passar a ser explorado turisticamente. Além disso, a inundação cria e define identidades regionais, recriando novas forma de existência e sobrevivência.

Deve-se analisar que, para a construção da usina de Itaipu, agricultores e ribeirinhos foram desalojados, pois, tiveram suas terras e plantações alagadas, considerando que a construção da barragem, fez com que o rio Paraná fosse desviado do seu curso. Ainda, no processo de mudanças locais, houve também a remoção dos prostíbulos, que deram lugar a construção da Vila “A”.

Nesse processo de desterritorialização, perda de território do Estado e a perda de terras para o plantio e sustento, o agricultor ficou sem “chão”, pois não sabia muito o que fazer, para onde ir, para onde se locomover. Inicialmente, as intenções eram comprar uma propriedade mais barata aos arredores de Foz do Iguaçu ou até mesmo comprar terras no Paraguay.

Para refletir sobre a transformação urbana na cidade de Foz do Iguaçu, utilizaremos obras que trazem a discussão sobre o tema. A historiadora Maria de Fátima Ribeiro (2002) desenvolve o seu texto partindo da construção da Usina de Itaipu, focando naqueles que foram desapropriados e, por meio das suas memórias, constrói um contra discurso apontando que a Itaipu não foi somente desenvolvimento, mas que também houve abandono e degradação. A autora elenca três grupos que foram marginalizados e abandonados nesse processo: 1) agricultores, com as terras alagadas; 2) os prostíbulos, que foram removidos na construção das vilas para os trabalhadores, e; 3) os barrageiros, os que iam permanecendo, no entanto, havia uma certa dificuldade de se inserir na comunidade local.

Foram construídas 3 vilas, denominadas como: Vila “A”, Vila “B” e Vila “C”. A princípio foram utilizadas para abrigar engenheiros, administradores e operários. A primeira vila, foi construída para abrigar os trabalhadores que iriam servir no administrativo da empresa; a segunda, para os engenheiros e diretores; a terceira foi erguida para alojar os operários. Vale ressaltar que a construção da Vila “C” era precária, pois, os barracões foram construídos em concreto e telhado de zinco, em contra partida as Vilas “A” e “B” eram casas estruturadas e planejadas.

Na medida em que a Usina se desenvolvia, surgiram outros bairros próximos aos já construídos, pois, os trabalhadores que eram demitidos e temporários se

alojavam nos arredores, surgindo assim novos bairros. Dessa forma, a cidade transforma suas paisagens, ampliando de maneira significativa seu território com bairros e vilas estruturadas, passando a conter mercados, açougues, panificadoras entre outros serviços.

Ribeiro chama atenção para as meretrizes, pois, no processo de construção das vilas foram removidas duas vezes, estavam localizadas onde conhecemos atualmente como Vila “A” e próximo a cidade, logo não sendo lugares considerados adequados para esse tipo de atividade, assim foram deslocadas para a região de Três Lagoas, bairro situado a 13km do centro da cidade.

A região de Três Lagoas passou a receber os primeiros expropriados que tiveram as propriedades alagadas pelo reservatório, com isso também se criou uma divisão no bairro, do lado direito se alojaram os prostíbulos e do esquerdo os primeiros agricultores e familiares quer foram removidas. De forma geral, essa região passou a receber muitos desempregados, expropriados e desapropriados de antigos locais de moradia.

Aparecida Darc de Souza (2009) analisando a formação urbana e social de Foz do Iguaçu, partindo da década de 1970, com a construção da usina, por meio das memórias coletivas dos moradores, problematiza a configuração de cidade moldada e destinada a atrações turísticas.

Essa vocação trata-se de um mito, uma estratégia política das classes dominantes locais, na definição do turismo como principal atividade econômica para onde deveriam convergir os investimentos públicos municipais e federais, representados principalmente pela usina da Itaipu Binacional (RIBEIRO, p. 44).

Essa estratégia de transformar a cidade em um polo turístico reflete na organização das vias de acesso aos bairros periféricos e aos pontos turísticos da cidade. Mostra-se uma cidade preocupada mais com a aparência, preservando e mantendo avenidas, vias limpas e com paisagens bonitas, quando não conseguem retirar, ou deslocar prédios ou bairros, a saída é demolir edifícios e reconstruí-los, no caso de bairros que margeiam as vias principais de acesso aos pontos turísticos é encoberto por grandes áreas com árvores em frente.

Souza (2009) aponta para o impacto das grandes obras por meio das mudanças arquitetônicas que ocorrem na cidade, na tentativa de mostrar uma cidade

mais moderna, limpa, com prédios bonitos e elaborados. Essa configuração transforma o espaço da cidade em mercadoria, assim afastando e expulsando uma parcela da população que não tem condições de se manter no local e que passa a ser área nobre. O desenvolvimento também destrói um modo de viver, de ser e de se relacionar com a cidade e com os vizinhos.

Com a evolução populacional da cidade, as relações sociais vão se reestruturando, tendo outras configurações, e um pouco disso é devido ao crescimento populacional, a cidade muda, e os habitantes também mudam, passando a ter outros modos de sociabilidade.

Na tabela 1, podemos notar dois momentos de explosão demográfica significativos para a região: o primeiro em 1940 a 1950, Foz do Iguaçu passa a ter 16.412 habitantes, um crescimento percentual de 114%, esse contingente populacional é derivado do movimento migratório que se deu com a chegada dos europeus, sobretudo italianos e alemães, contudo, nesse período aumenta a migração nacional com a chegada de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, muito com a política da “marcha para oeste”, e, além disso, os preparativos para a construção da Ponte da Amizade. O segundo momento é a partir da década de 1960, mesmo com os incentivos, a migração estava sendo gradativa e ordenada. Em meados da década de 1970 para 1980 é o momento que mais se intensifica. Ao comparar a tabela, as décadas de 1970, 1980 e 1990 apresentam maior crescimento populacional, com o começo da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Tabela 1 – Evolução Populacional

EVOLUÇÃO POPULACIONAL*		
ANO	N.º HABITANTES	CRESCIMENTO %
1889	324 habitantes	-
1920	6.430 habitantes	1.884,57%
1940	7.645 habitantes	18,90%
1950	16.412 habitantes	114,68%
1960	28.080 habitantes	71,09%
1970	33.966 habitantes	20,96%
1980	136.321 habitantes	301,35%
1990	190.194 habitantes	39,52%
2000	258.543 habitantes	35,84 %
2001	266.771 habitantes	3,25 %
2002	272.939 habitantes	2,31 %
2003	279.620 habitantes	2,45 %
2004	293.646 habitantes	5,02 %
2005	301.409 habitantes	2,58 %
2007	311.336 habitantes	3,19%
2010	256.088 habitantes	-17,74%
2016	263.915 habitantes	2,97%

Fonte: IBGE. / Diário Oficial da União, 2016.

Com o crescimento econômico também vem a degradação e a exclusão. “A Itaipu Binacional teve papel preponderante na história econômica, social e política do município, pois o crescimento e a prosperidade devem a ela, mas, em compensação a usina deixou um legado de violência e miséria” Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável (PDDIS, 2017, p. 137). A Itaipu oferecia infraestrutura para seus trabalhadores, casas, transportes, segurança saneamento básico, no entanto havia outra parcela que não era correspondida pela empresa. Chegando ao fim da construção muitos trabalhadores foram demitidos, causando um impacto na vida desses operários.

Como consta Ribeiro (2015):

O fim do “ciclo de Itaipu” ao qual se referem os planos diretores do município é na verdade o fim da construção da barragem da usina, quando houve uma redução de empregos que foram gerados em sua construção, o que interferiu de forma significativa na vida de milhares de trabalhadores, seguido das demissões em massa encamadas nos três últimos anos das obras: 1982, 1983 e 1984 (RIBEIRO, 2015, p. 52-53).

Outra população que também sofreu com a construção foram os migrantes que devido a construção da hidrelétrica foram em busca de novas oportunidades de emprego. Não conseguindo posto de trabalho e conseqüentemente tendo que se amparar em atividades informais para garantir o sustento. Ainda, pela dificuldade de manter uma renda salarial e impossibilitando de comprar ou alugar uma casa a solução era de ocupar as barrancas dos rios Iguaçu e Paraná e outras áreas periféricas da cidade, dessa forma acentuando ainda mais a pobreza e aumentando o processo de favelização.

(...) esses trabalhadores não foram incorporados em maioria pela economia local e foram viver em favelas existentes ou criaram novas favelas com a ocupação de terrenos, ou foram viver nas áreas mais isoladas cujo preço da terra era mais acessível. Contudo, o fim da construção da usina não representa o estancamento dos fluxos migratórios de trabalhadores, que vieram procurar emprego em uma região de fronteira, que obteve no início dos anos 90 uma “abertura” econômica a partir da consolidação da área de livre comércio entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este (RIBEIRO, 2015, p. 53).

Como podemos notar pela tabela 1, após década de 1970 houve um crescimento expressivo da população, passando de 33.966 habitantes para 136.321 habitantes um aumento da populacional de 301,35%. Isso também favoreceu ao crescimento dos bairros periféricos e favelização.

Tratando do crescimento da população favelizada no município de Foz do Iguaçu, Catta (2009, p.331) observa que, “na metade de 1980 Foz do Iguaçu possuía 1506 famílias vivendo em favelas, o que correspondia segundo dados oficiais a 7.965 pessoas” (RIBEIRO, 2015, p. 158).

Com essa massa populacional que se estabelece na cidade, um inchaço urbano, precisaram se situar nas áreas periféricas, pois nos espaços urbanos mais centrais da cidade não daria conta de atender todo esse número populacional. Outro problema que acarretou a expansão periférica foi o comércio imobiliário crescente e o aumento de custo de vida, assim procurando outras atividades para se manterem e gerir suas vidas.

Nesse sentido, a usina ainda é responsável pelo crescimento do comércio ambulante. Com a chegada de trabalhadores na década de 1970, e na década de 1980 com números significativos de demissões, esses operários não conseguindo

adentrar na economia por meios legais, passam a se ocupar da informalidade e tangenciando ilegalidade, nesse caso o comércio ambulante.

A cidade entendendo o crescimento dessa atividade, e o número de pessoas passando a integrar esse posto de trabalho, foi preciso criar e elaborar leis que possam adequar essa população trabalhadora que estava na informalidade.

No ano de 1984 sob a Lei 1.208 de 17 de dezembro, a câmara municipal junto aprova e o prefeito Wádis Vitório Benvenuto sanciona a seguinte lei que regula o exercício do comércio ambulante e atividades afins na cidade de Foz do Iguaçu, e dá outras providências.

No tocante da lei ainda, o legislativo conceitua o comerciante ambulante.

Art. 1º Considera-se, para os efeitos desta Lei, comércio ambulante a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, em locais e horários previamente determinados, por profissional autônomo, sem vinculação com terceiros, quer sejam pessoas jurídicas ou físicas.

Art. 2º O comércio eventual caracteriza-se pela venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, de forma não permanente ou regular, por profissional autônomo, cujo período não poderá ser superior a quinze dias, licença renovável a critério da Comissão Permanente de Comércio Ambulante.

A partir dessa regulamentação também surge outros requisitos para atuação da atividade como o alvará de licença, sendo cobrada uma taxa que pode ser pago diariamente, mensalmente, semestralmente e anualmente. Assim como os comerciantes permanentes os ambulantes também pagam um tributo para a utilização do solo.

A atividade desenvolvida de venda de mercadorias nas ruas, calçadas e em pontos não fixos como lojas, comércios, prédios e galerias da cidade de Foz do Iguaçu teve um grande salto nas décadas de 1970 e 1980, com a construção e término da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Vendedores utilizavam barracas, mesinhas, lençóis, panos, papelões e até mesmo em cima de carrinhos de mão, assim se locomovendo pela cidade, tudo isso de forma improvisada e simples.

No entanto, havia um grande esforço das empresas e de alguns políticos da cidade na tentativa de retirar esses trabalhadores ambulantes das ruas, com o discurso que sujam e tornam a cidade feia aos olhos dos turistas. Esse esforço, esse embate de luta de retirada e exclusão dos comerciantes ambulantes é histórica na cidade de Foz do Iguaçu, desde a sua emancipação se recebe o trabalhador

ambulante, ou o mascate, aquele que vende de tudo e não tem ponto fixo para se estabelecer.

Nesse caso a população contribui para essa atividade, pois compram e solicitam tipos de mercadorias que não se encontram com facilidade no comércio, a partir disso alguns grupos de comerciantes e políticos tentam dificultar a atividade criando leis e aparatos para coibir e proibir a comercialização dos produtos ambulantes.

Nota-se que a referente lei de 1914, ainda hoje se aplica, mas ao longo do tempo houver alterações, como consta na Lei complementar Nº 7, de 18 de novembro de 1991. Algumas outras notificações foram acrescentadas, pensando ao longo do desenvolvimento da cidade, surgindo então, outras necessidades que precisavam ser atendidas.

Como podemos observa a seguir:

SEÇÃO III – DO TRÂNSITO PÚBLICO.

Art. 51 - O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 52 - É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

(...)

Art. 54 - É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoados:

I - Conduzir animais ou veículos em disparada;

II - Conduzir animais bravios sem a necessária precaução;

III - Estacionar veículos para comercialização e fazer reparos de qualquer natureza;

IV - Abrir engradados ou caixas comerciais;

V - Estacionar veículos nos canteiros centrais das vias públicas e calçadas;

VI - Lavagem de veículos nas vias públicas;

VII - Colar cartazes e panfletos nos postes, árvores e placas de sinalização localizadas em logradouros públicos;

VIII - Fixar faixas de promoções, propagandas e eventos em árvores e postes nos logradouros públicos;

(...)

Art. 57 - É proibido embarçar nos passeios e calçadas, o trânsito de pedestres ou molestá-los por quaisquer meios.

Percebe-se nos dois códigos de posturas citados acima que alguns artigos se aproximam, e pela necessidade são acrescentados outros. Pois a cidade cresce, se desenvolve e é preciso também ampliar as normas que estabelecem o convívio e o bem-estar da população.

3. O CAMINHO E DESCAMINHO DO ESTADO NA MARGEM FRONTEIRIÇA

Para este capítulo a reflexão será sobre a realidade imediata da economia informal vinculada ao mundo do trabalho na região de fronteira, mais precisamente entre em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, local onde muitas ocupações e atividades laborais encontram-se ilegalidade, destacando as estratégias que eles estabeleceram para sobreviver durante a pandemia da COVID-19. Bem como, aumentou das estruturas dos órgãos controladores, a intensificação do controle na Tríplice Fronteira pelo governo brasileiro para, dismantelar esquemas de contrabando e descaminho. E de como o Estado se faz presente na região fronteira, de refletir o Estado a partir da margem, ou seja, da fronteira para o centro, como a ausência do Estado é sentida, quais os momentos percebem a presença do Estado.

3.1 A fronteira do legal e do ilegal

A questão do trabalho informal ou ilegal permeia todas as esferas culturais, econômicas e políticas seja ela no mundo, no Brasil ou em regiões de fronteiras. Diante disso, sistematizaremos a realidade da economia subterrânea vinculada ao mundo do trabalho das cidades de Foz do Iguaçu, (Brasil) e Ciudad de Este, (Paraguay), local onde muitas ocupações e atividades laborais encontram-se entorno pelo ambulante, circuito inferior, informalidade, ilegalidade, marginalidade destacando as estratégias que eles estabeleceram para sobreviver. Nesse sentido, Vera da Silva Telles e Daniel Veloso Hirata, apontam:

É justamente nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. Oscilando entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociam a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e seus comportamentos. É isso propriamente que caracteriza o bazar metropolitano: esse embaralhamento do legal e do ilegal, esse permanente deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de mobilidade urbana, “mobilidades laterais”, de trabalhadores que transitam entre o legal, o informal e o ilícito, sem que por isso cheguem a se engajar em “carreiras delinquentes”. (TELLES e HIRATA, p. 174).

Uma dimensão próxima dessa das margens é a de ilegalismos, que em certa medida vai balizando essas vidas nas margens, mas também não as restringe, porque as vidas nas margens não são só ilegalismos, essa é uma dimensão que atravessa as sociabilidades – mesmo as atividades criminais e não criminais - vinculadas aos ilegalismos. O conceito de ilegalismo é trabalhado originalmente por Michel Foucault, como ferramenta analítica capaz de destrinchar e dar conta de localizar diferentes dimensões das práticas, que são classificadas como criminais pelo Estado nas diferentes instâncias legais e jurídicas (FOUCAULT, 2015).

Muitos trabalhadores estão ligados a esse universo da informalidade, o circuito sacoleiro ou atividade ambulante, vinculados a práticas ilegais no plano jurídico brasileiro, mas em certa medida legitimadas pela população local, e por vezes até pelos agentes estatais de segurança do espaço (CARDIN, 2018).

É importante indicar que a economia subterrânea, compreende uma série de agentes e práticas, quanto ao “circuito sacoleiro”, podemos visualizar os ambulantes, “atravessadores”ⁱ, os “laranjas”ⁱⁱ que atravessam os “volumes”ⁱⁱⁱ, atualmente somente uma parte está vinculada ao “trabalho de formiga” realizado em grande medida por “laranjas locais” e pequenos “sacoleiros”^{iv}.

Relembramos, que foi durante a construção da Usina de Itaipu (1974 – 1984), que o mercado Paraguayo passa a aparecer como fonte de renda para população em idade de economicamente ativa, que, no entanto, não se enquadrava no mercado formal, nos serviços vinculados a Hidrelétrica. Este é um movimento inicial do que se tornaria o “circuito sacoleiro” (CARDIN, RENOLDI, 2020).

O surgimento do circuito se deve, portanto, a uma forma de subsistência da população local, que desempenhava suas atividades tomando por referência a diferença dos valores dos produtos no Paraguay, em relação aos do mercado nacional, que permitia certa acumulação, e atenuava demandas que o Estado não precisaria responder (CARDIN, 2011).

no final da década de 1980 o município de Foz do Iguaçu/PR passava por um momento particular. A recessão econômica nacional era agravada no contexto local pelas especificidades promovidas pela aproximação do término da construção da Usina de Itaipu, que já não estava contratando os trabalhadores oriundos de outras localidades que buscavam emprego na barragem e, ao contrário, estava iniciando o processo de diminuição da mão-de-obra utilizada até então. Esta situação promoveu o aumento das atividades informais na região, contribuindo com o desenvolvimento da organização dos camelôs e ambulantes da cidade (CARDIN, 2011, p.113).

Com a abertura econômica neoliberal promovida durante a década de 1990, momento de facilitação das transações bancárias internacionais, e desemprego, surgem organizações de grupos informais e o qual Milton Santos (2004) e Luis E. Oliveira (2009) chamam de “circuito inferior”, que dão forma naquilo que entendemos como circuito sacoleiro, e atuam de forma sistemática, na compra e distribuição das mercadorias comercializadas nos municípios de fronteira.

Oliveira (2009) refere-se ao circuito inferior como, os espaços urbanos nos quais as divisões dos territórios demonstram um forte desenvolvimento do qual está ligada da ao circuito da economia urbana. Dessa forma com o projeto neoliberal em voga, passa a ser importante, nesse sentido intensificam a atividade dos trabalhadores “informais”. Com a intensificação do processo de urbanização a renda e o consumo acaba sendo a base para essa economia, além disso, há também a questão do desemprego e a pobreza que fortalece esse circuito inferior.

Durante o século XXI, com a eleição de Luis Inacio Lula da Silva e Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT), é possível observar medidas tomadas no sentido de controlar a fronteira e modificar o imaginário de espaço de ilegalidade, principalmente acerca do contrabando de armas e drogas, que em certa medida inserem neste circuito sacoleiro (CARDIN, RENOLDI, 2020; CARDIN, 2012).

Ao mesmo tempo, os governos centrais do Brasil e do Paraguai pensavam formas de alocar essa população economicamente ativa em atividades dentro da estrutura de mercado mais formal, a partir deste momento a fronteira não se coloca mais como espaço da oportunidade pela diferença de preços entre Brasil e Paraguai, “[...] hoje, a própria diferença é a mercadoria a ser vendida, dentro de um processo intensivo de mercantilização imagética do espaço e de gentrificação” (CARDIN, RENOLDI, 2020, p.338).

Nesse momento, devido a organização policial, o trabalhador ambulante precisou se reorganizar. Situando suas práticas efetivas, dividindo o espaço e o imaginário, próximo do contrabando^v de armas e drogas (CARDIN, RENOLDI, 2020). Com a conjuntura econômica e social abaladas pela pandemia da COVID19, tanto o mercado de trabalho legal, quanto o ilegal, suas práticas foram impactadas.

Nesse sentido, de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas “Framework for the immediate socio-economic response to covid-19” a crise do

Coronavírus mergulhou a economia mundial numa crise de desemprego sem precedentes. Segundo o boletim, pequenas e médias empresas, trabalhadores agrícolas, trabalhadores autônomos, diaristas, refugiados e trabalhadores migrantes são os mais atingidos (ONU, 2020, p.17).

Um boletim do International Labour Organization (ILO) estimou que em 2020, 8,8% das horas globais de trabalho foram perdidas, o que equivale a 255 milhões de empregos em tempo integral, numa crise aproximadamente quatro vezes mais grave que a crise de 2008. (ILO, 2021, p.5). Ainda, segundo o boletim, estas perdas foram particularmente altas na América Latina e Caribe, sul da Europa e sul da Ásia.

Esta situação é confirmada no Brasil, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). No trimestre encerrado em janeiro de 2020, o número de desempregados no Brasil era estimado em 14,2 milhões. As quedas foram principalmente no setor do Comércio (-11%), Alojamento e alimentação (-28,1%), na Indústria (-10,3%), Serviços Domésticos (-20,8%), Outros Serviços (-18,4%), de Transportes (-14,1%) e na Construção (-10,2%).

A taxa média de desocupação, em 2020, foi recorde em 20 Estados. As menores taxas de desocupação ocorreram nos estados da Região Sul: Santa Catarina (6,1%), Rio Grande do Sul (9,1%) e Paraná (9,4%). A taxa média de informalidade também recuou, passando de 41,1% em 2019, para 38,7% em 2020, somando ainda 39,9 milhões de pessoas. No entanto, segundo Adriana Beringuy, analista de Pesquisa da PNAD, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

A queda da informalidade não está relacionada a mais trabalhadores formais no mercado. Está relacionada ao fato de trabalhadores informais terem perdido sua ocupação ao longo do ano (IBGE, 2021).

Contudo, se apresenta uma recuperação de empregos no país, com base nos dados oficiais fornecidos pelo Ministério da Economia por meio do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em fevereiro de 2020, antes dos impactos da pandemia, o Brasil possuía um estoque de 39.629.688 trabalhadores, em junho, pior mês no quesito desemprego no país, contava com um estoque de 37.985.299 trabalhadores, e na última publicação dos dados do Novo CAGED, no mês de julho de 2021, apresentou um estoque de 41.211.272 trabalhadores.

O Paraná, em fevereiro de 2020, sem a pandemia, contava com um estoque de 2.743.370 trabalhadores, contudo, já nos meses de maio e junho foram observados os piores resultados no quesito desemprego do Estado, apresentando 2.642.017 e 2.643.767 trabalhadores, respectivamente. Apesar disso, na última publicação, em julho de 2021, apresentou um estoque de 2.877.226 trabalhadores, um relativo aumento.

Esta melhora apresentada no País e no Estado, não se apresenta em Foz do Iguaçu, que contava com um estoque de 60.775 trabalhadores empregados em fevereiro de 2020, e apontou para uma queda brusca de empregos entre março e abril, indo de 59.645, para 56.385 trabalhadores. Essa tendência continua em uma linha descendente até agosto, mês que apresenta o estoque de 53.562 trabalhadores, e, desde então, indica uma linha ascendente.

Entretanto, Foz do Iguaçu, em julho de 2021, apresentou um montante de 56.984 trabalhadores, portanto, ainda que com uma melhora considerável, se revelou uma perda de 3.791 empregos formais, em relação ao início da pandemia. Mesmo com os dados oficiais apresentando essa perda, a situação de Foz do Iguaçu foi agravada pela sua especificidade, pois, sendo uma cidade localizada na tríplice fronteira, possui uma economia formal e informal vinculada às demais cidades (Ciudad del Este e Puerto Iguazu). Este local comporta o território com maior densidade demográfica em espaço fronteiro da América do Sul, e é composto por grande diversidade étnica, alta circulação de pessoas, capitais e mercadorias, além de apresentar consideráveis índices de violência (CARDIN, 2012; 2013).

As relações econômicas existentes entre Brasil, Paraguay e Argentina, que possibilitam o crescimento de toda a região investigada, não são sustentadas exclusivamente por indicadores oficiais. Inúmeras pesquisas realizadas apontam para a possível existência de uma economia paralela que pode superar as quantias de capital movimentadas pelos setores de serviço e produtivo, fomentando um universo composto pelos conflitos entre as práticas, as posturas, os modos de viver e as ideologias [que] se perdem entre as definições do oficial/extra-oficial, do moral/imoral e do justo/injusto (CARDIN, 2012, p. 215-216).

Assim observamos que, Foz do Iguaçu perdeu empregos formais, e teve uma parte essencial da sua economia – a informal – comprometida. A ponte da Amizade, que liga Brasil e Paraguay, foi fechada pelo Governo Paraguaio em março de 2020, para conter os avanços da pandemia, e reaberta somente em outubro. Os

trabalhadores informais não se inseriram no mercado formal, e os desempregados tiveram problema de conseguir fontes de renda alternativa via ilegalidade.

A legitimidade das práticas, como de laranjas e sacoleiros já foi muito estudada (CARDIN, 2011; 2015; RABOSI 2004; PINHEIRO-MACHADO 2004), mas dada a especificidade do momento, se torna muito relevante e instigante pensar as estratégias que estes sujeitos lançaram mão para reproduzir suas existências.

No geral, como aponta Lindomar Albuquerque (2009) ao pensar os “brasiguaios”, as fronteiras, local de confluência entre duas ou mais nações, tem se apresentado como preocupação crescente de antropólogos e sociólogos, no sentido de olhar as microrrelações das populações locais, pois permite observar amplos deslocamentos e circulação de pessoas, e refletir sobre a polissemia de sentido do termo “fronteira”.

Os indivíduos que habitam estes espaços, exprimem suas diferenças culturais, mas ao mesmo tempo experienciam de forma privilegiada o contato com o outro diferente, com trocas materiais e simbólicas. (Albuquerque, 2009). A pesquisadora Brigida Renoldi, pensa essa experiência a partir do conceito de mobilidade, para demonstrar este trânsito entre realidades distintas.

Cada uno vive las fronteras como una experiencia de relaciones capaz de ir mucho más allá de los controles aduaneros o migratorios que pasan a ser apenas un aspecto de todo lo que habita estos espacios. No obstante, en las diferencias descritas, referidas a movimientos grandes y pequeños, a todos los une la movilidad. Si bien el concepto de movilidad permite englobar la diversidad de movimientos, considero que poder describir en qué consisten estos y cuánto de imprevisible puede constituirlos, nos da elementos para pensar su encarnadura. (RENOLDI, 2013, p. 137)

Fernando Rabossi (2004), em sua tese de doutorado, indica um esforço semelhante ao de Albuquerque e Renoldi, porque descola a violência como intrínseco as práticas deste espaço, e produz um relato tomando como ponto de partida a positividade das práticas, em vez da negatividade, da violência e das ilicitudes como elementos estruturantes.

E é importante pensar que os ilegalismos e violência não são coisas semelhantes e idênticos, e, por vezes, nem práticas próximas. Os ilegalismos são tomados como forma de subsistência, e nem sempre valorados negativamente, como indica Juan Martens (2020), ao pensar a região fronteira entre Paraguay, Mato Grosso do Sul e Paraná, os indivíduos:

Tampoco relacionan la actividad con la criminalidad, sino que la describen como un negocio fronterizo; una acción cuyo límite entre lo legal e ilegal podría ser difuso, pero que es tolerado social e institucionalmente, ya que es ejercida de manera pública y sistemática. Em esta categoría pueden incluirse diversas ocupaciones relacionadas con el comercio con Brasil, siendo el de cigarrillero el más significativo por sus implicancias sociales y políticas. (MARTENS, 2020, p.77)

Na trilha deste argumento, o espaço fronteiriço, mesmo que repleto de especificidades, traz aspectos que podem ser pensados a respeito do trabalho e do trabalhador de forma geral, de analisar a sua concepção do que é legal e ilegal, do lícito e ilícito de outros contextos, como aponta Telles e Hirata (2007), que demonstram que as práticas ilegais não estão naturalmente ligadas a violência, e que este é um aspecto muito mais moral do que empírico.

3.2A tentativa de controle do contrabando

Nas regiões transfronteiriças, podemos compreender enquanto um espaço de regionalidade que pode abranger a várias fronteiras. Neste contexto, Camilo Pereira Carneiro Filho (2013), aponta que existe ainda uma infinidade de diversidades que dizem respeito a sua dimensão, às suas características e ao nível de colaboração.

Também temos que compreender a fronteira como:

[...] lugar privilegiado da observação sociológica e de conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprias da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar as histórias. É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. (MARTINS, 2009, p. 10).

A autora Sandra Cristiana Kleinschmitt, ressalta algumas particularidades para refletirmos sobre os estudos de fronteira:

As fronteiras são essencialmente simbólicas, com exceção das linhas político-jurídicas, em que se estabelece um conjunto de referências materiais concretas como o controle dos fluxos transfronteiriços. A linha é somente um aspecto das múltiplas interações entre as sociedades no tempo e no espaço. Ela não se caracteriza como uma barreira, porque a realidade transnacional é contínua em seus aspectos socioeconômicos e espaciais por constituir-se em um lugar de trânsito de pessoas, de mercadorias e de mensagens simbólicas. (KLEINSCHMITT, 2016, p. 15).

Os Estados-Nações vêm desenvolvendo políticas de controle para tentar coibir o fluxo de mercadorias transnacionais. No Paraguai, há leis específicas que tratam sobre a regulamentação de mercadorias e seu trânsito no país, “Código Aduaneiro” (Lei 2422/2004)¹⁴ e a lei que trata em específico dos delitos e sanções atribuídas ao contrabando (Lei 71/1992).

O Brasil e o Paraguai possuem leis rígidas ao contrabando, descaminho e ao narcotráfico, porém em razão de problemas pontuais, não tem a devida atenção necessária nesses espaços. No Brasil, é comum os órgãos oficiais difundirem na mídia que além da extensão de mais de 17 mil quilômetros de fronteira, a falta de efetivo policial ou de fiscalização, a falta de investimento em segurança na fronteira, entre outros, contribuem com essa problemática.

O fortalecimento de penas para as práticas de contrabandos não diminuiu e há uma cadeia logística organizada a serviço do contrabando. Essa atividade envolve olheiros, hotéis e uma longa fila de desempregados que aceitam até serem presos, assumindo mercadorias que mal sabem o que é em troca da remuneração.

Assim, como assinala a Receita Federal, há um complexo organizacional para desenvolver atividade:

Batedores – responsáveis pelos contatos, vigilância a BR 277 e pontos de fiscalização e pela formação dos comboios;
Facilitadores – os quais juntamente com os batedores são responsáveis pela contratação de equipes e contatos que eliminam os riscos dos transportes;
Exército de cidadãos desempregados sequestrados pelas organizações criminosas – pessoas empregadas pelo crime organizado para transpassar mercadorias e assumir a responsabilidade tributária e criminal em nome de seus patrões;
Transportadores - empresas cadastradas para o turismo eventual e em menor escala e autorizadas a realizar o transporte regular de passageiros, bem como ônibus clandestinos utilizados para transportar os produtos do crime.
Hotéis e guarda-volumes – utilizados para armazenar temporariamente as mercadorias;
Veículos de passeio, vans, táxis e motos – utilizados para passar mercadoria pela fiscalização na fronteira e eventualmente, em condições adversas durante as operações, levá-las até o destino. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2005, p. 01).

Com isso, intensificou o controle nas Três Fronteiras do fim da década de 1990, o governo brasileiro passou a fazer forma efetiva a intensificar e direcionar operações, num primeiro momento, acabar com os esquemas de contrabando e

¹⁴ <https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/9046/ley-n-6417-modifica-y-amplia-los-articulos-336-y-345-de-la-ley-n-24222004-codigo-aduanero>.

descaminho na Fronteira Brasil-Paraguay, a chamada de Operação Sucuri (KLEINSCHMITT, 2016). Com isso, como aponta KLEINSCHMITT, 2016), houve um impacto destas primeiras políticas de controle no “circuito sacoleiro”, não eram apenas as mercadorias apreendidas em cima da Ponte da Amizade, mas também em hotéis e pousadas que serviam como depósito de mercadorias oriundas do país vizinho:

As ações da Receita Federal retraíram a estrutura de funcionamento do circuito sacoleiro e promoveram mudanças na forma de trabalho ao dificultar a manutenção de vários estabelecimentos comerciais no lado brasileiro e de todo o comércio paraguaio localizado no *microcentro* de Ciudad del Este. (KLEINSCHMITT 2016, p. 125).

A apreensão de mercadorias contrabandeadas, sendo estas retidas por falta de pagamento de impostos de importação ou destruídas por serem produtos falsificados dos mais variados tipos não são medidas que diminuem o contrabando. Desta forma, surge uma ideia de tirar a nomenclatura de ‘sacoleiro’ para microempreendedor de importação, sendo regulado pelo Estado, por meio da lei específica que nomeia-se Regime de Tributação Unificado ou, mais popularmente, a Lei dos Sacoleiros.

Com isso Jorge Henrique Baptista da Silva (2015, p. 4) analisa que:

Mesmo com o amparo de uma lei que vem ao encontro da legalidade (na perspectiva do Estado, que quer unicamente arrecadar impostos), não apenas do sacoleiro, mas do produto que consigo leva, a incidência da burocracia começa a pesar: pagamento de tributos (pagamento de alíquota única de 42,25% sobre o preço de aquisição de produtos importados) e limites de importação emperram o processo pois, alguns produtos que muitos destes laranjas e sacoleiros transportam não estão abarcados nesta lei, sendo proibidos de serem incluídos futuramente na mesma, como bebidas de qualquer tipo e cigarros, sendo o último produto com o maior número de apreensões efetuadas.

Silva (2015, p. 4) considera que “aquele que optar entrar em consonância com distinto Regime de Tributação, terá que se adequar a algumas especificidades que, antes, eram desnecessárias quando sacoleiro”. De tal modo, que a necessidade de ser cadastrado ao Simples Nacional como uma microempresa, e ficando aos cuidados do empresário o despacho das mercadorias.

Ainda com uma fiscalização rigorosa, o possível contrabando, ou a passagem de mercadorias de forma ilegal pelos agentes do Estado acontece, como Silva (2015, p. 4) sinaliza:

Aqui vemos que os atores no processo de aquisição, transporte e venda no destino, que antes eram vários, passam a poucos, incluindo já o agente federal de fiscalização das distintas mercadorias que, mesmo após vistoria para analisar se as mesmas se encaixam nas condições de importação através do regime, ainda não podem ser comercializadas, pois ainda falta o pagamento dos tributos que, mesmo diferenciado, acarreta um custo que faz pensar que a ilegalidade é lucrativa em mais de 100% e sem todo o processo dispendioso para legalizar tais produtos.

O pretensioso projeto vem ao encontro de responder as seguintes questões: Se a lei mostra-se pouco combativa, pois não coíbe o contrabando, mesmo os órgãos do governo fazendo operações constantes para a coerção, qual os elementos envolvidos direta e indiretamente para que o ciclo contrabandista não se encerra? Neste limiar legal/ilegal, onde encontra-se o trabalhador que encontra-se na condição de ambulante, laranja e/ou sacoleiro? E o Estado, mesmo com leis que amparem efetivamente no combate ao contrabando, onde encontram-se tais lacunas?

Para tanto, utilizaremos de fontes oriundas dos seguintes órgãos do Estado Brasileiro, em específico do Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, no qual explicita sobre as características de prevenção e fiscalização dos delitos transfronteiriços:

Art. 3º O Plano Estratégico de Fronteiras terá como objetivos:
I - a integração das ações de segurança pública, de controle aduaneiro e das Forças Armadas da União com a ação dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira;
II - a execução de ações conjuntas entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Forças Armadas;
III - a troca de informações entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Forças Armadas;
IV - a realização de parcerias com países vizinhos para atuação nas ações previstas no art. 1º; e
V - a ampliação do quadro de pessoal e da estrutura destinada à prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos na faixa de fronteira.

Porém, mesmo existindo contrabando, o comércio na fronteira foi absolutamente essencial para muitos trabalhadores (Souza, 2009). Tais pessoas tem como única renda a passagem das mercadorias entre Ciudad del Este a Foz do Iguaçu. Visto a flexibilização da economia, as mutações do mundo do trabalho também acompanham crises cíclicas do capital que, de forma proposital, fragmenta a todo custo novas organizações de trabalhadores e consciência prática de classe.

Neste momento a reflexão foi de como os trabalhadores fronteiriços, lidam com as características jurídicas do Regime de Tributação Unificado, lei esta que visa

colocar a luz da legalidade, mercadorias e trabalhadores oriundos do universo do contrabando.

3.3A fronteira na margem do Estado

O Estado para Weber (2013), se define pelo meio que lhe é peculiar, o monopólio do uso legítimo da força, mas o que faz com que haja uma unidade dos indivíduos no Estado não está relacionado a violência. E o autor busca, então, trabalhar a partir do conceito de nação (WEBER, 2004), que em certa medida baliza o sentido das ações dos agentes. A nação é, além da língua, um sentimento de comunitarização, ou seja, não é motivada só pela lealdade dos agentes que formam a unidade política, mas também pela particularidade dos costumes.

A partir desse sentimento de comunidade, que não significa necessariamente uma adesão a comunidade política, mas aos costumes. Neste sentido, a noção de espaço aparece de forma fundamental, a partir de Simmel (2013), é possível pensar como os processos ocorrem e transcorrem no espaço, porque o espaço, dentro da sua espacialidade, se destaca como local e objeto privilegiado de observação e transmissão dos costumes. Afinal de contas, é no espaço que se apresenta a documentação mais clara das forças reais.

Com isso, observamos a partir de Cardin e Albuquerque (2018), que o espaço das fronteiras não pode ser reduzido a limites político-jurídicos, controles migratórios, ou problemas de segurança da nação, e que sim, podem ser compreendidos de diversas formas, “como territórios de oportunidades, de trânsitos, fluxos de intercâmbio cultural e de expressões identitárias que permitem construir uma mirada específica e situada dos diversos fenômenos contemporâneos” (CARDIN; ALBUQUERQUE, 2018, p.119).

Então o jogo acontece no espaço, e o espaço da fronteira, possibilita uma particular expressão de heterogeneidade, e dessas relações é possível extrair as diferenças. Gabriel Feltran pensa as diferenças a partir da noção de categoria, que “não são palavras, conceitos ou expressões que se aprendem na escuta de explicações – mesmo as ‘nativas’” (FELTRAN, 2017, p. 3), e podem ser pensadas como “intervalos de sentido delineados pelas fronteiras do plausível, em cada contexto” (FELTRAN, 2017, p. 3).

Assim, compreender a atuação e a ausência do Estado nas regiões de fronteiras, tendo em vista que as ações efetivadas pelo Estado são em momentos específicos e/ou de agravamento estatal, manifestação, conflitos, nesse momento se mostra presente e muitas vezes impondo o seu poder coercitivo hierarquicamente do “centro” para a margem, não levando em consideração os sujeitos da localidade.

O Estado pode ser percebido de três dimensões diferentes: 1) soberano, tem domínio total do seu território; 2) administrativo, práticas burocráticas; 3) políticas públicas, ações elaboradas para manutenção do bem estar social. Essa configuração observada encontra-se no pensamento tradicional estatal, no entanto, outras formas são elencadas a esse pensamento, dando assim uma dinamicidade e outras percepções ao Estado.

Tendo a concentração burocrática do Estado no centro e visualizando a fronteira como o marco do fim do território nacional não considerando as pessoas, as sociabilidades, as práticas, as relações sociais que se fazem presente na fronteira. Deixando de lado todo um conjunto de configurações e relações que permeiam o cotidiano da vida em fronteira.

A fronteira expressa fundamental a ideia do Estado, pois nesse sentido pode ser observado propriamente os limites territoriais, população na qual socializa os hábitos culturais e um governo que se relaciona com outros Estados.

Nesse sentido os autores Marcos César Alvarez e Fernando Afonso Salla (2013, p. 9).

Considera-se que as funções centralizadoras e ordenadoras do Estado teriam como correlato as fronteiras, os limites da centralização estatal, espaços problemáticos de dominação e de conflito. Discussões contemporâneas nas Ciências Sociais, no entanto, apontam para novas possibilidades de análise, ao enfatizar a heterogeneidade das práticas de poder – que envolvem os dispositivos da soberania, das disciplinas e da gestão governamental. Deve-se pensar menos em fronteiras, como espaços limites e periféricos ao poder central, e mais em margens que se multiplicam e se deslocam tanto na periferia quanto no centro.

Assim, atuação do Estado nas margens, nas periferias, nas fronteiras deve ser de conotação em pensar a fronteira, o fronteiriço de outra forma, no sentido de especificidade local, o indivíduo e que tem a vida em região de fronteira não é o mesmo que está no centro e ao redor. São outras necessidades e vivências que precisam ser pensadas daquela localidade, assim como, pensar um trabalhador do meio rural e outro do urbano.

Para pensar o Estado é preciso conhecer a sua construção, formação e o seu desenvolvimento, e de como foi se constituindo ao longo dos anos. Busca-se esse entendimento, essa apreensão para que possamos entender as suas atividades desenvolvidas nos centros e nas margens.

A terminologia Estado era constantemente evocado pelos principados, republicanos para discursar sobre tempos de paz e de guerra e também serviria para uma série de atributos, como regular comportamentos desviantes, podendo penalizar cidadãos; captação e distribuição de recursos, conservar a manutenção do sistema e dos indivíduos, assegurando saúde, educação e demais serviços que o Estado poderia oferecer.

Talal Asad em seu texto “¿Donde estan los margenes del Estado” faz um processo histórico de como a utilização da palavra Estado vem sendo empregada, desde da idade média até a contemporaneidade. No qual no seu começo era empregada para se referir a soberanos, e ao passar dos tempos a palavra foi sofrendo outras adequações e significado, e mantendo o que entendemos atualmente de Estado.

Nessa atual configuração o Estado é controlador e centralizado, tanto no quesito burocrático como no físico, para além disso, enxergamos e ou entendemos o Estado como algo distante, intocável e abstrato, pois não pegamos, não sentimos e não o vemos, nos parece algo tão imaginável e disperso.

Nesse sentido Asad, observado a abstração do Estado ele aponta que alguns antropólogos caracterizam o Estado com o conceito de fetiche de Marx:

Em algunos escritos críticos acerca del estado (especialmente de la antropología) uno encuentra la noción de *fetichismo* usada para sugerir que el estado, dado su carácter abstracto, es meramente una construcción ideológica, razón por la cual su demanda de solidez y poder es totalmente vacía. Esta alusión al famoso fetichismo de la mercancía de Marx (1961) no resulta, a mi entender, demasiado útil.

Se recordará que, para Marx, el fetichismo de la mercancía refiere al hecho de que: “una relación social cierta entre hombres asume a sus ojos la forma de una relación entre cosas”. Esto nos lleva, según su argumentación, al imaginario mundo de la religión. (ASAD, p.3).

No entanto, para Asad isso não caracteriza de forma suficiente e concreta esta relação, pois não se encontra o poder produtivo dentro dessa esfera, já a estrutura abstrata do Estado contém as “condición esencial para el ejercicio de clases específicas de poder jurídico”. Assim:

“Un mundo en el que los productos del cerebro humano aparecen como seres independientes dotados de vida y entrando en relación entre ellos y con la raza humana en su totalidad. De igual manera acontece en el mundo de las mercancías con los productos de las manos de los hombres. Llamo a esto el fetichismo que se imprime a los productos del trabajo ni bien son producidos en forma de mercancía y que, por consiguiente, es aquello que es inseparable del proceso de producción de mercancías” (1961:72).

A ideia ser transmitida é de que não podemos abstrair o Estado, pensar nele como algo longe, imaginável ou intangível, no sentido de que, o Estado são as reações das quais nós fazemos e vivenciamos cotidianamente, nós somos o Estado, nós fazemos parte do estado, não podemos deixar meramente retido só a alguns, tais como representantes, fazedores de leis ou funcionários públicos.

É preciso pensar na descentralização do Estado, leva-lo e tê-lo nas margens, nas periferias nas fronteiras. Ao pensar Estado, a primeira coisa que se vem à cabeça é onde ele está localizado, pensamos fisicamente em Brasília de forma nacional e em Curitiba de forma local, pois são os locais onde se concentra o poder estatal.

Bem como diz o título do artigo produzido por Asad “¿Dónde están los márgenes del estado?” e indo mais além dessa pergunta “quem é/faz o Estado?” será que é unicamente aqueles que teoricamente nos governa, legisla, prende, puni, será que o Estado está somente no capital do país e do estado, ou o Estado está nas relações feitas diariamente tanto na esfera pública como as relações sociais e cotidianas.

Para poder deixar de ter um pensamento estadocêntrico, ou seja, do Estado estar no centro, e nesse sentido, de estar no centro de forma territorial, onde ele é geralmente localizado em grandes centros, metrópoles com enorme concentração populacional. Assim, ir a margem também é pensar e visualizar, enxergar as relações e as práticas cotidianas estabelecidas por esses sujeitos e agentes fronteiriços.

No entanto, há uma compreensão de que o Estado tem de se manifestar e atuar em momentos específicos e muitas vezes só de forma política e estratégica, dando assim sinais de tomadas de decisões sem questionamentos, hierarquicamente de cima para baixo, ou nesse caso do centro para a margem. Nesse sentido não corresponde e nem leva em consideração os sujeitos da localidade atingida.

Enfim, Asad reflete sobre o Estado a partir da margem, pois é um local, lugar, ambiente que o estado precisa entrar e se estabelecer, observando assim as

demandas e buscar compreender a totalidade e a sua amplitude, não concentrando os esforços e análise unicamente no estadocêntrico. Podendo assim fazer e obter outras conexões e ampliando os estudos e análises.

Para observarmos o Estado na margem, em região de fronteiras ou em qualquer outro lugar do qual necessariamente não é um centro urbano populacional basta ler ou ver jornais impressos, digitais e televisivos, as matérias geralmente quando se fala de estado, se remete as capitais e ao Distrito Federal, no entanto, em algo específico, como apreensões, operações, ou algo similar, nestes casos a periferia é demais localidades são lembradas.

As relações sociais mantidas entre os sujeitos dessa realidade fronteiriça, é totalmente diferente das que são mantidas em outros grandes centros, ou seja, as relações diárias de trabalho, de lazer, de estudos e as com os agentes do Estado.

Akil Gupta em seu texto intitulado “Fronteras Borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado”, fez uma etnografia em nos anos de 1984-1985 e 1989, em uma pequena aldeia chamada Alipur que fica ao norte da Índia, nesse trabalho Gupta percebeu que nas conversas dos nativos havia com uma certa frequência o tema da corrupção.

Essas conversas giravam em torno de pagar algumas propinas para conseguir algo que possa beneficiar a si próprio ou de burlar algo para ter acesso alguma informação.

A veces, la conversación giraba entorno a la forma en que alguien se las había arreglado para ser más listo que um funcionario que quiso cobrar um soborno; em otras ocasiones, sobre “el precio actual” de una conexión eléctrica para um nuevo pozo tubular o acerca de conseguir um préstamo para comprar un búfalo; otras veces, com respecto a qué funcionario había sido transferido o quién sería el más probable en ser nombrado para un cargo determinado y a quién sustituiría, quién había ayudado voluntariamente a los miembros de su casta o a familiares sin aceptar um soborno, y así sucesivamente (GUPTA, p. 47).

Esses casos de subornos, propinas não é diferente em outras localidades do mundo e nas fronteiras. Pegamos como exemplo a fronteira do Brasil com o Paraguai, mais especificamente a da cidade de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, pois nessa fronteira há uma grande passagem de produtos ilícitos, essas mercadorias vezes passam por rio outra pela ponte, muitas vezes são apreendidas, porém há um número de mercadorias que passam que não sabemos o valor em quantidade e monetária,

para que isso seja feito, há um contato do sujeito que está levando com o agente estatal, e essa relação de deixar passar é por meio de propinas e subornos

Para melhor salientar e evidenciar isso, segue um trecho de uma notícia que saiu no jornal Folha de São Paulo, onde prendeu 22 (vinte dois) policiais federais, 3 (três) agentes da Receita Federal, 2 (dois) policiais rodoviários federais e mais 9 (nove) que estavam ligados diretamente com o contrabando entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu.

Uma operação desencadeada ontem pela Polícia Federal para reprimir o contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Foz do Iguaçu (PR), levou 36 pessoas à prisão. Entre os presos estão 22 policiais da própria PF, acusados de receber propina para não fiscalizar carros que transportavam ilegalmente mercadorias na ponte da Amizade.

As prisões em flagrante ou temporárias começaram às 6h30 de ontem. Às 16h, o delegado-chefe da superintendência de Foz, Joaquim Mesquita, cumpriu os últimos mandados de prisão. (13 de mar. de 2003, p. 1).

Diante disso observamos por um lado a fragilidade de um Estado e por outro uma tentativa de manter um Estado forte, potente e presente, porém mesmo assim ele não consegue a sua manutenção de poder, pois quem faz esse estado são as pessoas.

Outro texto para pensarmos o Estado na fronteira é da Brígida Renoldi (2013) intitulado “Seus amigos são meus amigos: Agentes e Estado em um ponto argentino de passagem fronteiriça”, no qual ela nos traz uma dinâmica de relações de fronteira entre o legal e o ilegal. Parte do local de passagem fronteiriça de Encarnación/PI e Posadas/AR, assim como a fronteira de Foz do Iguaçu e Ciudad del está também tem sido historicamente constituída como local de circulação de pessoas e mercadorias de forma legal ou ilegal.

Para tanto Renoldi nos apresenta um cenário de dinâmica fronteiriça semelhante a tantas outras conhecidas, pela passagem, ilegalidade, contrabando, desvio e também, pelas reações sociais mantida entre essas pessoas fronteiriças. Nessa ocasião Renoldi atravessou o rio para também comprar alguns produtos eletrônicos dos quais estava precisando, e com ela estava alguns amigos brasileiros.

Renoldi então perguntou ao agente aduaneiro, o qual ela já havia entrevistado em outro momento, quais produtos poderiam ser trazidos do Paraguai, o agente a informou o que poderia trazer, aproveitou a ocasião e disse o que iria trazer e que os

amigos brasileiros precisavam de alguns produtos eletrônicos e ao final da conversa o agente lhes disse: *seus amigos são meus amigos*.

Podemos observar nesse texto da Renoldi que essa prática é tanto quanto humano, porém ilegal. Para mais além disso, considerando que ela e os amigos brasileiros são professores, pesquisadores de universidade será que teriam a mesma cordialidade do agente, mais ainda, por ela ter mantido relação antes com esse agente será que contribuiu para possível não fiscalização.

Enfim, possivelmente há dentro do setor público, especificamente esse do qual estamos tratando acontece o suborno e a propina, já foi mencionado em reportagens que isso acontece, mesmo tendo afinidade ou não. É válido pensar que muitos desses agentes são moradores da localidade, da comunidade, que se conhecem, participam da vida social em conjunto, frequentam os mesmos espaços.

Para refletir, a região de fronteira é um espaço de socialização, integração, de relações sociais, culturais, políticas. Tentamos pensar esse espaço fronteiriço como um lugar onde as relações se dão e se faz, nas práticas cotidianas entre trabalhador, agente estatal, sujeito fronteiriço.

O Estado não é intangível e muito menos distante de nós e das margens, necessitamos considerar que o Estado é concreto e que podemos tocá-lo, pois quem faz esse Estado são as pessoas que nele estão, não deixamos centraliza-lo e/ou acreditar que ele está somente nos grandes centros urbanos e metrópoles, também não podemos desassociar o Estado da sociedade e das outras esferas das quais o compõem.

4 A FRONTEIRA E OS TRABALHADORES FRONTEIRIÇOS EM FOZ DO IGUAÇU

Neste capítulo será analisada a realidade do trabalhador fronteiriço, mas para tanto nesse primeiro momento faremos uma reflexão acerca da fronteira de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, discutindo as dinâmicas e suas contradições. Apresentando a trajetória, o cotidiano e caracterizando quem são esses sujeitos trabalhadores que atravessa, a Ponte da Amizade. Por último analisaremos como a pandemia da Covid-19 impactou na vida desses trabalhadores fronteiriços com o “fechamento das cidades” e das fronteiras.

4.1 A fronteira, suas dinâmicas e suas contradições

É comum usarmos as palavras divisa e limite para se referir ou igualar o que é fronteira ao mesmo conceito. No entanto, há diferenças conceituais entre essas três palavras. O conceito fronteira tem uma proporção que vai além daquilo que entende-se por uma zona, faixa e uma região entre dois países, torna-se mais ampla, pois concebe em um espaço que estabelece relações culturais, políticas, simbólica e sociais. O sociólogo José Lindomar Albuquerque (2010) explica que a palavra fronteira adquire distintos sentidos, relacionados tanto ao aspecto territorial na delimitação de espaços geográficos, quanto no sentido metafórico.

O sociólogo José de Souza Martins (2018) entende a fronteira como um lugar de diferenças, marcado “pelo daqui e o do lado de lá”, pela intolerância, ambição e morte. Por outro lado, o autor também afirma que a fronteira é um lugar de esperança, justiça, alegria e fartura. Para além disso a fronteira é um ponto, um limite territorial que está em contínua redefinição, e disputado por diferentes grupos e formas para estabelecer seus hábitos, sua cultura, seu modo de vida. Portanto, “dentre as muitas disputas que caracterizam (fronteira), a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não é”. (MARTINS, 2018, p. 10).

Para Martins (2018, p. 11), a fronteira é muito mais que um ponto, um limite territorial resumido simplesmente à uma fronteira geográfica, a fronteira é carregada e marcada por várias dimensões:

fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias,

fronteiras da história e da historicidade do homem. E sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. (MARTINS, 2018, p. 11)

Assim, para o geógrafo Tito Carlos Machado de Oliveira (2005, p. 31), “a linha que divide um Estado de outro, a faixa que separa (ou une, mas não mistura) uma cultura de outra, conspira contra a organização compacta e isofórmica do território”. Ainda nesse sentido Oliveira (2005, p. 31) define a fronteira como “concreta e abstrata, física e metafísica simultaneamente” e termina “o axial que sustenta a transposição dos limites compulsórios à legalidade ou, melhor dizendo, adequação à realidade”.

A geografa Lia Osorio Machado (1998, p. 32), faz uma diferenciação entre fronteira e limite. “A palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere -- o que está na frente.”. A princípio o conceito não estava ligado ao pensamento político ou intelectual, assim, passou a ser categorizado por meio do “fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado”, ou seja, com o processo de povoamento dessas regiões, “as fronteiras entre ecúmenos¹⁵ tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político.” (MACHADO, p. 32-33). No entanto, ao contrário que muitos pensam, a fronteira no seu primeiro sentido, como está na sua etimologia, está mais ligada a questão do começo do Estado e do território, para a sua expansão territorial do que para o fim.

Gayoso (2003, p. 84-85) define limite como um símbolo de onde começa e termina o Estado, lugar no qual se mantém e legitima o “uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.)” elementos dos quais demonstra a soberania do Estado em seu território.

As diferenças são essenciais. A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite (MACHADO, 1998, p. 2).

¹⁵ Área geográfica que é permanentemente habitada.

Nesse sentido para a autora Letícia Núñez Almeida:

a fronteira contém em si uma realidade espacial e social, com características próprias de lugares de contato sendo o limite ligado a uma abstração política, um separador, uma criação feita através de acordos diplomáticos no intuito de delimitar soberanias e jurisdições. Neste caso, os limites do Estado-Nação. Então a fronteira é o ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados por grupos humanos dependendo de onde está situada, possui caráter dinâmico de articulador de trocas, mas também catalisador de conflitos, fora do controle estrito do Estado territorial (ALMEIDA, 2014, p. 31).

Segundo Antonio Luiz Rodrigues-Júnior:

A definição de fronteiras nacionais remete à figura de delimitações, que divide o espaço físico com linhas divisórias, gerando os limites geopolíticos, onde a responsabilidade de um Estado termina para começar a de outro. Este ideário busca definir o patrimônio do Estado, onde a soberania é legítima e para onde os investimentos devem ser direcionados; entretanto, estas delimitações não são absolutas e nem são capazes de impedir as interações sociais, os fenômenos naturais, as práticas religiosas, os movimentos culturais e a propagação de epidemias (RODRIGUES-JÚNIOR, 2007, P. 1).

Para Almeida (2014, p. 31) as regiões fronteiriças, são espaços transfronteiriços, são zonas de fluxos de culturas, pessoas, mercadorias, “a partir das desigualdades socioculturais, níveis de cooperação e interação social, tanto no campo simbólico, como no campo político e econômico”. As atuações dos Estados no âmbito supranacional não levam em conta a complexidade da interação local, como explica a autora Lia Osorio Machado (1998, p. 2), “o limite não está ligado à população, sendo uma abstração generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira”.

Compreendendo o conceito de regiões de fronteira, podemos observar também alguns conceitos elaborados por outras áreas do conhecimento, da História e da Geografia. Nesse sentido o interesse é de tentar traduzir teoricamente as questões territoriais, tendo em vista as linhas que separam e/ou unem dois ou mais territórios distintos. Assim as “chamadas de “fronteiras vivas” ou ainda, cidades-gêmeas (Foz do Iguaçu/BR e Ciudad del Este/PI), entendidas como aquelas onde oposições e interpenetrações de toda ordem marcam o contato entre povos”. (ALMEIDA, 2015 apud VÁRZEA, 1939).

Não há extensão precisa e varia em cada situação, mas muitas vezes, os Estados nacionais definem juridicamente uma faixa de fronteira como área de

segurança nacional. “O Brasil definiu uma faixa de 150 km a partir do limite internacional¹⁶ e o Paraguai delimitou no final de 2005, uma faixa de 50 km”¹⁷ (FURTADO, 2011, p. 377).

Nesse sentido Albuquerque (2005, p. 44) esclarece que “o limite internacional é denominado de linha de fronteira. O limite é abstrato e invisível, fruto de um tratado jurídico internacional ou delimitação. A divisa representa a visibilidade na paisagem geográfica deste limite invisível”. Assim, é percebido nas construções de marcos visíveis (Ponte Internacional da Amizade) e dos postos de controles aduaneiros e alfandegários e de instituições de policiamento que fiscalizam a saída e entrada de mercadorias e pessoas.

A fronteira, para além da sua compreensão estritamente ligada à defesa do território e limite do espaço geográfico enquanto Estado-nação, constituindo um espaço de heterogeneidade, plural e múltipla, no qual podem ser observadas dinâmicas culturais, sociais, políticas, fluxos de indivíduos e de pensar a construção de identidade e da alteridade em relação ao outro. Como aponta Renata Furtado (2011, p. 29), “um espaço de interação diversa e complexa entre povos e nações, cuja linha divisória, ao mesmo tempo em que determina a separação de soberanias e também ponto de interseção para a promoção do desenvolvimento”.

Assim, trazemos dois termos, “situação de fronteira” e “situação geográfica”, esse último utilizado pela María Laura Silveira (1999, p. 40), no qual corresponde e está ligado a noção de “evento”, portanto, “o evento é um veículo de uma ou algumas possibilidades existentes no mundo, na formação socioespacial, na região, que se depositam, isso é, se geografizam no lugar”. A respeito da situação de fronteira geográfica, é a faixa, a zona a região onde a fronteira está situada, por meio de elementos naturais e/ou por delimitação juridicamente estabelecida.

¹⁶ “A Constituição de 1937, em seu artigo 165, mantém as regras de concessão e utilização da terra, bem como o predomínio de brasileiros na exploração econômica, mas amplia a faixa de fronteira de cem para cento e cinquenta quilômetros, largura que prevalece até hoje”. (MARQUEZINI, 2011, p. 29)

¹⁷ Lei nº 2.532, de 17 de fevereiro de 2005. “Salvo autorización por decreto del Poder Ejecutivo, fundada en razones de interés público, como aquellas actividades que generan ocupación de mano de obra en la zona de seguridad fronteriza, los extranjeros oriundos de cualquiera de los países limítrofes de la República o las personas jurídicas integradas mayoritariamente por extranjeros oriundos de cualquiera de los países limítrofes de la República, no podrán ser propietarios, condóminos o usufructuarios de inmuebles rurales”. Disponível em: https://www.catastro.gov.py/public/439bc5_ley%202532-05%20seguridad%20fronteriza.pdf

Derivado do conceito de “situação geográfica”, o termo “situação de fronteira” proposto por Ana Carolina Torelli Marquezini (2011, p. 40), “nos permite analisar os vários eventos ocorrentes nessa porção, nessa faixa espacial do território brasileiro, onde inúmeras forças, agentes se encontram e realizam transformações no espaço”. Assim, segundo Marquezini (2011, p. 40):

é estabelecida de maneira singular nos lugares, com característica e coerência própria. Dentro desse entendimento, cada díade teria em sua fragmentação inúmeras situações de fronteira, com distintas e variadas causas e efeitos.

Portanto, por meio desse termo conseguimos analisar e compreender a circulação de mercadorias, de pessoas e o cotidiano das cidades abordada em específico. Outro termo importante trazido pela autora e o “efeito-fronteira”, nos permitirá analisar de forma profunda os aspectos cotidianos da cidade de fronteira. Nesse sentido o conceito “efeito-fronteira” expressa e reflete nos habitantes da região de fronteira, mesmo que seja separada por uma barreira física ou seca. Tais reflexos são visíveis em diversas esferas públicas e sociais, na vida dos cidadãos, nas políticas adotadas pelos municípios, estado e federal, e também nas circulações de capitais, no fluxo de pessoas, de trabalhadores e de mercadorias.

Por muito tempo o efeito-fronteira ligado ao contato de duas soberanias foi limitado a uma zona de alguns quilômetros, de um lado e de outro – aquilo que se pode facilmente percorrer no âmbito dos deslocamentos cotidianos para trabalho ou compras. Os operários iam trabalhar em fábricas estrangeiras para conseguir remuneração maior; os industriais instalavam suas oficinas a dois passos de sua sede social, mas além das alfândegas, para que seus produtos escapassem às proteções tarifárias. Todos lucravam com as facilidades de que dispunham os moradores da fronteira na aquisição de artigos de que tenham necessidade, ao melhor preço. Hoje a faixa em que essas migrações são praticadas tem, com frequência, 30 a 40 quilômetros de largura; aos deslocamentos cotidianos se acrescentam as viagens de fim de semana ou férias; uma grande parte da população sofre as tentações de fronteira. (CLAVAL, 1979 apud MARQUEZINI, 2011, p. 46).

O fluxo de pessoas em direção as cidades fronteiriças provocam um crescimento populacional considerável, ou seja, para utilizar o sistema educacional, o de saúde, para o lazer e/ou trabalho e em tempos de compras por turistas, sacoleiros e compristas¹⁸. Com isso há um aumento nas demandas por serviços de alimentação,

¹⁸ “Na região da Tríplíce Fronteira, o termo comprista refere-se ao conjunto de pessoas que vai a Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este com o objetivo de visitar e gastar no mercado paraguaio, isso envolve

estacionamentos, de transportes rápidos, entre outros e a intensificação da fiscalização pela Receita Federal na aduana brasileira e pela Polícia Rodoviária Federal nas estradas, fazendo com que as filas da entrada e saída nos países fiquem quilométricas.

4.2 As especificidades da fronteira Brasil-Paraguay em Foz do Iguaçu

A “região fronteiriça” em análise envolve os lados fronteiriços do Brasil, do Paraguay e da Argentina e se caracteriza por ser um dos espaços mais expressivos do continente americano, em circulação de mercadorias, de pessoas e de interação sociocultural. Destaca-se, também, como um lugar de grande circulação de capital.

O traslado fronteiriço para as atividades laborais, entre Brasil e Paraguay, ocorre com trabalhadores de lojas, de supermercados, de taxistas, mototaxis e outras atividades, bem como aqueles que fazem trabalhos sazonais, como os sacoleiros.

Podemos observar isso na dissertação do Coronel (2013), que estuda as práticas sociais e trajetória dos trabalhadores brasileiros nas empresas de Ciudad del Este. Davi (2008), também desenvolveu a sua dissertação sobre sacoleiros e laranjas, pensando na relação do trabalho com a cidade, sabendo que o sacoleiro, em sua maioria, é advindo de outras regiões do Brasil, especificamente do estado de São Paulo. A geógrafa Masuzaki (2010), estudou o deslocamento diário e as condições do trabalhador brasileiro no comércio de Salto del Guairá/PI.

Nessa região, encontram-se inúmeros trabalhadores transfronteiriços, mas essa mobilidade pode ser observada em várias outras fronteiras, por exemplo, entre o Uruguai e o Brasil com os chamados *quileros*, que são pessoas de baixa renda, predominantemente desempregadas, que fazem traslados de mercadorias por caminhos não convencionais para burlar a fiscalização. A passagem é feita por cavalo, carro de pequeno porte, bicicleta e/ou moto. As compras são feitas em pouca quantidade para a revenda ou para buscar pedidos de terceiros (FARINA, 2015).

Para além das produções acadêmicas essa prática fronteiriça pode ser visualizada em duas obras: a primeira no poema Osiris Rodriguez Castillos “*Camino*

tanto os sujeitos sociais que praticam o turismo de compras quanto todas as categorias de trabalhadores que atuam na compra e venda de produtos disponibilizados no Paraguai, como é o caso dos sacoleiros e os laranjas” (CARDIN, 2006, p. 20).

de los quileros”¹⁹; e a segunda no filme “*Baño del Papa*”, em que o protagonista decide construir um banheiro para a população que vai visitar o Papa. Dessa forma, ele acaba fazendo várias viagens à fronteira para comprar mercadorias para revender e para o banheiro que irá construir, por exemplo.

Há, também, na fronteira entre Paraguai e Argentina e entre Bolívia e Argentina, as “*paseras*”. No Brasil, esses trabalhadores são conhecidos como “*los pasadores*” ou por “*los chiveros*”, por serem trabalhadores que passam poucas mercadorias de um lado da fronteira para outro (GRIMSON, 1999).

O trabalhador fronteiro é um sujeito corriqueiro nas várias regiões de fronteiras, tanto no Brasil como no mundo. Na União Europeia, a atividade exercida por esses trabalhadores é comum, pois há leis que regulamentam e garantem que o sujeito fronteiro preste seu serviço sem que haja alguma forma de repreensão pelas autoridades locais. Por outro lado, a migração massiva para aquele continente, por trabalho, perseguição político-religiosa e por guerras, está estremecendo os acordos de livre circulação nas fronteiras.

A busca por trabalho e por estudos fora do país de origem é um fenômeno que vem crescendo gradativamente nos últimos anos no Brasil. O deslocamento de pessoas que se mobilizaram para trabalhar ou estudar no exterior, em 2010, apresentou um universo de 14.803.149 pessoas. Desse universo, o montante maior saiu para trabalhar foi de 34.975 (0,24%) e 34.335 (0,23%) para estudar no exterior. Ainda 741 (0,01%) desenvolvem as duas práticas. No caso do deslocamento para o exterior, só foi possível registrar o movimento de saída do Brasil (CARDOSO; MOURA, 2012, p. 10).

Do total de 72.302 pessoas que fazem a mobilidade para o exterior, a maior concentração desse fluxo de origem é dos grandes centros (14,85%). A maioria das pessoas saem de São Paulo e região, para as fronteiras de Foz do Iguaçu (9,10%),

¹⁹ “Camino de Los Quileros: Hay un camino en mi tierra. Del pobre que va por pan. Camino de los quileros. Por la sierra de Aceguá. Tal vez, sin ser tan baqueano. Cualquiera lo ha de encontrar. Pues tiene el pecho de piedra. Pero el corazón de pan. Gurisit'e pierna flaca. Barriguita de melón. Donde hay tanta vaca gorda. No hay ni charque para vos. Tu bisabuelo hizo pátria. Tu abuelo fue servidor. Tu padre carneó una oveja. Y está preso por ladrón. Toma café con fariña. Y andá guapeando por ahí. Mañana mate cocido. Pasado, Dios proberá. Mañana busco el camincho. Del pobre que va por pan. Si no me para una bala. Pasando te traigo más. Yerba, caña, rapadura. Un rollo'e naco, nomás. Los pobres contrabandeamos. A gatas pa' remediar. ¡Bien gaucho es el tal camino! Pero duro de pelar. Camino de los quileros. Por la Sierra de Aceguá”. (JORGE CAFRUNE, 1975). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/jorge-cafrune/camino-de-los-quileros/>.

Sant'Ana do Livramento (3,84%), Ponta Porã (2,910%), Chuí (1,75%) e Tabatinga (1,3%) (CARDOSO; MOURA, 2012, p. 10).

Por outro lado, apresentamos uma tabela no qual demonstra um processo cronológico de migração da Argentina, Chile, Paraguay e Uruguai para o Brasil, datando desde a década de 1960 até 2010, conforme a Tabela 2:

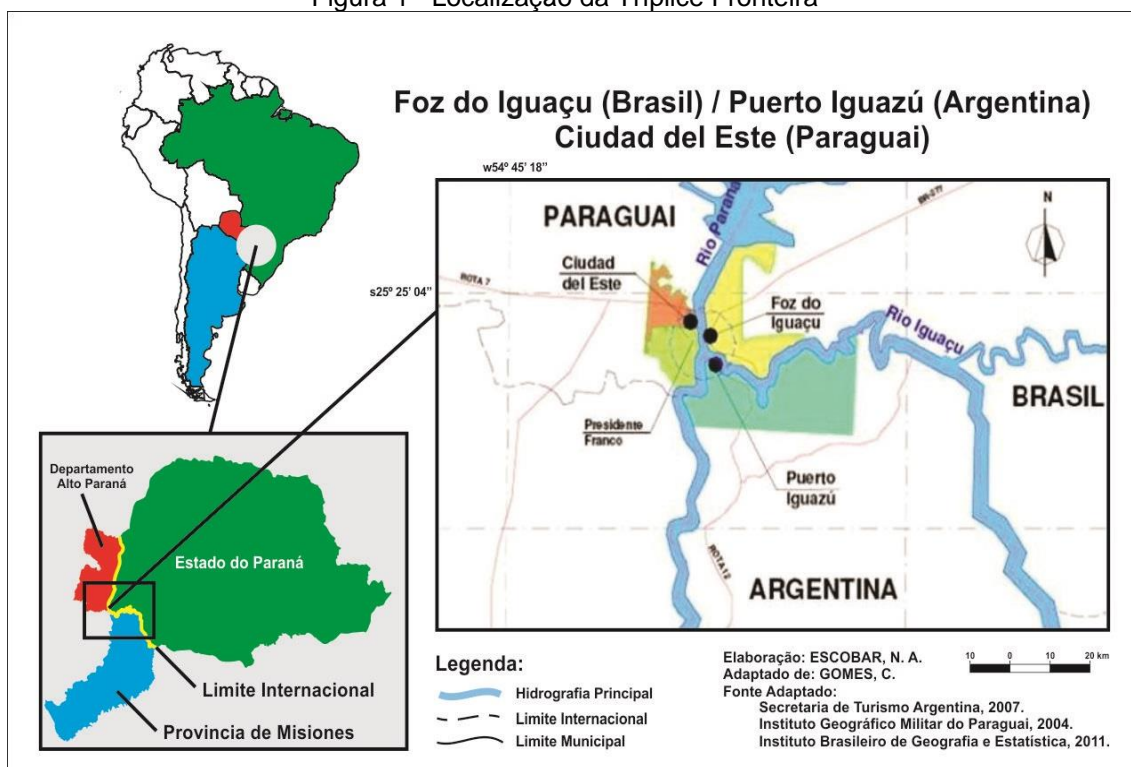
Tabela 2 – Evolução temporal da migração para o Brasil (1960 a 2010)

ANO	ARGENTINA	CHILE	PARAGUAY	URUGUAI	SUBTOTAL
1960	15.877	1.458	17.748	11.890	46.973
1970	17.213	1.900	20.025	12.853	51.991
1980	26.633	17.830	17.560	21.238	83.261
1991	25.468	20.437	19.018	22.141	87.064
2000	27.501	17.731	28.822	22.740	96.794
2010	29.066	15.432	39.251	24.048	107.797

Fonte:(Adaptado de BERARDI, 2013).

A Tabela 2 demonstra o processo migratório cronológico de alguns países Sul Americanos. Especificamente na coluna que descreve o comportamento migratório do Paraguay, podemos visualizar um crescimento até a década de 1970, isso por conta da baixa economia e da ditadura instalada pelo General Alfredo Stroessner no Paraguay; Na década de 1980, o país ainda sofria com a ditadura, tornando difícil a saída, embora ao final da ditadura, nas décadas de 1990 à 2010, passou a ter maior fluxo de saída do país por causa da recessão e do desemprego (BERARDI, 2014). Por fim, para visualizar e nortear o espaço e localizar geograficamente no qual está ocorrendo a mobilidade, o mapa a seguir demonstra a região em análise:

Figura 1 –Localização da Trílice Fronteira



Fonte: (ESCOBAR, 2013 apud RELATÓRIOSGEO, 2013, p. 1).

Como visto, a Trílice Fronteira abrange os três países com cidades urbanizadas. Sua população total chega perto de um milhão de habitantes. Transitar na cidade de Foz do Iguaçu, principalmente em suas vias principais e nas regiões mais próximas a fronteira do Brasil com o Paraguay, possibilita a observação de um conjunto de práticas laborais informais. Muito além daqueles trabalhadores inseridos no “circuito sacoleiro”²⁰, visualiza-se uma multiplicidade de vendedores ambulantes que negociam os mais diferentes tipos de produtos, flanelinhas²¹, divulgadores de lojas e de serviços de transportes.

Entre estes trabalhadores que atuam nas ruas da cidade também se destaca o fato de muitos não serem brasileiros. Chilenos, bolivianos, argentinos, Paraguaiois, dividem o espaço da cidade e os pontos de maior circulação para vender artesanato, comida, bebida e para apresentarem números circenses. No entanto, entre estes

²⁰ Para saber mais sobre o “circuito sacoleiro” e os trabalhadores que atuam nele, ler: CARDIN, Eric Gustavo. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguay. **Geopolítica(s) – Revista de estudos sobre espacio y poder**, Madrid, v. 3, n. 2, p. 207-234, jul./dez. 2012.

²¹ Sujeito que presta serviço de forma autônoma, limpa, auxilia no estacionamento e cuida dos carros estacionados nas vias públicas

existem diferenças e uma que é decisiva para o recorte de nosso estudo diz respeito à circularidade destes trabalhadores.

Existem trabalhadores que atuam em Foz do Iguaçu de uma maneira temporária, são jovens que param no município e ficam apenas alguns dias para depois continuarem viajando a diferentes destinos. Nesta curta estadia, frequentemente desenvolvem atividades nas ruas para levantar algum recurso para cobrir as despesas pessoais. Além destes “trabalhadores estrangeiros temporários”, existe um grande contingente de garotas de programa de nacionalidade Paraguaia, assim como de trabalhadores da construção civil e empregadas domésticas tentam fixar residência no Brasil (FARINA, 2015, p. 149).

Estas três últimas categorias correspondem ou se enquadram naquilo que é definido pelo campo legislativo como trabalhadores fronteiriços. Outra categoria que também se aproxima desta definição diz respeito aos vendedores ambulantes Paraguaio, cuja dinâmica de trabalho detalharemos a seguir. (LOZANO, 2018, p. 873).

4.3 O trabalhador fronteiriço

Observando aqueles trabalhadores estrangeiros temporários ou o conjunto de inquiridos policiais que investigam a exploração de trabalhadores Paraguaio em Foz do Iguaçu (FARINA, 2015), a primeira coisa que nos vem em mente é referente à legalidade de tais ocupações. Neste sentido, independentemente da nacionalidade, destacamos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos²², em seu preâmbulo e artigos XXII e XXIII, reconhece o trabalho e a assistência social como direitos inalienáveis e essenciais à dignidade do ser humano.

A Carta da ONU (Organização das Nações Unidas) é uma demonstração que a comunidade internacional reconhece os direitos fundamentais para todos os seres humanos, repudiando qualquer afronta aos mesmos, independentemente do gênero, da raça ou da nacionalidade. Dentro da mesma perspectiva, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, observa e busca garantir os direitos e as garantias fundamentais inspiradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

²² Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

Entre os diversos elementos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos existem aqueles que apresentam conexão direta com os interesses do trabalhador fronteiriço: direito de migração; direito à educação; ao trabalho; à seguridade social; à saúde; a não discriminação por nacionalidade; direito à igualdade perante a lei; à dignidade; à liberdade de locomoção; à segurança social; ao trabalho em condições justas e favoráveis; à proteção contra o desemprego; à remuneração justa e satisfatória; à organização sindical; à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Farina (2015, p. 20) observa que na:

Convenção da ONU sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias²³, definiu trabalhador fronteiriço como sendo todo trabalhador migrante que conserve sua residência habitual no país vizinho ao que trabalha e para onde retorna diariamente ou ao menos uma vez por semana”.

O conceito de trabalhador fronteiriço defendido e divulgado pela ONU é reproduzido e utilizado em diferentes convenções e documentos jurídicos, como a Convenção nº. 97 de 1949 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que entende o trabalhador fronteiriço como “trabalhador migrante”, assim no art. 11, 1 designa, “toda pessoa que emigra de um país para outro com o fim de ocupar um emprego que não será exercido por sua própria conta, e compreende qualquer pessoa normalmente admitida como trabalhador migrante”. Farina (2015) apresenta casos de julgamentos de exploração de trabalhadores migrantes onde a decisão judicial é fundamentada por meio da utilização de princípios defendidos pela ONU.

Apesar de observamos um aparato legislativo que protege o trabalhador migrante e o trabalhador fronteiriço, ainda que esses sujeitos fazem parte da paisagem urbana das cidades limítrofes, nem sempre as atividades desempenhadas por estes trabalhadores são devidamente regulamentadas. Embora exista uma convenção internacional que vem se tornando referência sobre o assunto, os direitos a tais trabalhadores encontram-se em processo de conquista e ampliação.

²³ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/917816.pdf>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

Neste sentido, Farina (2015, p. 19) observa a tendência de sua implantação nos blocos econômicos regionais, como, por exemplo, no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Atualmente, constata-se a ausência de uma autoridade de um poder supranacional ou de marco jurídico comum, o que existe são autoridades nacionais com seus órgãos e conjuntos normativos internos, dificultando a uniformização e a aplicação das leis trabalhistas e previdenciárias para os trabalhadores do bloco.

Farina ainda salienta que:

No Brasil, o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980) em seu artigo 21²⁴ adotou o mesmo conceito da ONU ao descrever o trabalhador fronteiriço como sendo o natural de país limítrofe, que tenha domicílio em cidade contígua ao território nacional, conferindo-lhe direito de exercer trabalho remunerado e a estudar no Brasil, sem fazer referência, contudo a qual periodicidade de retorno ao país de origem deve ser observada (FARINA, 2015, p. 20).

No MERCOSUL, tomando uma posição mais progressista e diferente do conceito mais limitado adotado pela ONU e pelo Estatuto do Estrangeiro, os direitos do trabalhador fronteiriço foram ampliados por força de Acordos Internacionais Bilaterais celebrados entre países membros e pelo Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile, dessa forma conferindo permissão legal para exercer atividade remunerada, frequentar estabelecimento de ensino podendo também usufruir de outros espaços e residir na cidade fronteiriça do país vizinho, à cidade de seu domicílio original (FARINA, 2015).

Farina ainda ressalta que os trabalhadores estrangeiros no Brasil tem os mesmos direitos de acesso que o trabalhador nacional:

No Brasil, os trabalhadores imigrantes de países do MERCOSUL e os fronteiriços possuem igualdade jurídica com o trabalhador nacional e, respeitadas as exigências legais, podem obter Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ter acesso à saúde pública, à educação e à previdência social, somar tempo de contribuição para aposentadoria com o tempo já computado em seu país de origem, sindicalizar-se, assim como

²⁴ “Art. 21. Ao natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, respeitados os interesses da segurança nacional, poder-se-á permitir a entrada nos municípios fronteiriços a seu respectivo país, desde que apresente prova de identidade.

§ 1º Ao estrangeiro, referido neste artigo, que pretenda exercer atividade remunerada ou frequentar estabelecimento de ensino naqueles municípios, será fornecido documento especial que o identifique e caracterize a sua condição, e, ainda, Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando for o caso.

§ 2º Os documentos referidos no parágrafo anterior não conferem o direito de residência no Brasil, nem autorizam o afastamento dos limites territoriais daqueles municípios”. (FARINA, 2015, p. 20).

exercer todos os demais direitos trabalhistas que o trabalhador brasileiro possui, conforme será a seguir aprofundado (FARINA, 2015, p. 29).

Uma diferenciação entre os nacionais e os estrangeiros é que a estes últimos não se aplica o artigo 17²⁵ da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ou seja:

não poderão obter a CTPS mediante declarações verbais de duas testemunhas, pois, nesse caso precisam ter o documento especial de identidade de fronteiroço ou minimamente o visto de imigração, emitido pela Delegacia da Polícia Federal, antes de requerer a carteira laboral.

Portanto, ao trabalhador fronteiroço, cumprida as exigências legais, após sua admissão e autorização para trabalhar, aplica-se toda a legislação trabalhista pátria. O artigo 359 da CLT estabelece que toda empresa, ao contratar estrangeiro, deve exigir a carteira de identidade de estrangeiro e anotar no registro de empregado seus dados referentes à sua nacionalidade, o que se aplica inclusive ao fronteiroço²⁶.

Com isso podemos observar que o trabalhador fronteiroço ou também conhecido como trabalhador migrante, é amparado e assegurado em acordos e convenções internacionais, bem como o MTE coloca que todo migrante regularizado, devidamente documentado dentro do país está sujeito ao tratamento igualitário e justo como um cidadão brasileiro, porém, já aos que não possuem documentos ou está de forma irregular, sofrerá alguma forma infração administrativa.

Assim, encontramos muitos trabalhadores em zonas de fronteiras na situação de ilegalidade/informalidade, na qual não se tem um documento expedido por órgão responsável ou pela migração para especificar e de identificar-se como um trabalhador fronteiroço.

²⁵ “CLT, Art. 17, *caput* - Na impossibilidade de apresentação, pelo interessado, de documento idôneo que o qualifique, a Carteira de Trabalho e Previdência Social será fornecida com base em declarações verbais confirmadas por 2 (duas) testemunhas, lavrando-se, na primeira folha de anotações gerais da carteira, termo assinado pelas mesmas testemunhas” (FARINA, 2015, p. 31).

²⁶ “O procedimento para obtenção de Carteira de Trabalho e Previdência Social, por parte do trabalhador fronteiroço, regulamentado pela Portaria nº 1, de 28 de janeiro de 1997²⁶, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é o descrito a seguir: a) requerer documento especial de identidade de fronteiroço, junto à Delegacia da Polícia Federal da circunscrição da cidade fronteiroça onde se pretenda trabalhar, juntando prova de identidade, de residência no município fronteiroço limítrofe, declaração de emprego ou contrato de trabalho e certidão de antecedentes criminais (frise-se que não há exigência de qualquer tipo de visto migratório); b) a seguir, perante a delegacia da Receita Federal, efetuar a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda; c) a seguir, munido dos documentos retroreferenciados, requerer à Gerência Regional do Trabalho e Emprego a Carteira de Trabalho e Previdência Social” FARINA, 2015, p. 30). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEDF47B0516F3/p_19970128_01.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

Encontramos isso nos sujeitos pesquisados, pois são informais por não terem uma documentação específica que regulam e os normatizam na região enquanto trabalhador fronteiro, estão na ilegalidade ao trazerem mercadorias escondidas sem passar pela fiscalização aduaneira e nem pelos órgãos de inspeções específicos, como no caso desses trabalhadores que na maioria passam produtos alimentícios.

4.4 As especificidades do trabalhador ambulante fronteiro em Foz do Iguaçu

A atividade desenvolvida de venda de mercadorias nas ruas, calçadas e em pontos não fixos como lojas, comércios, prédios, galerias é datada de muito tempo atrás, quando vendedores se utilizavam de barracas, mesinhas, lençóis, panos, papelões e até mesmo em cima de carrinhos de mão, assim se locomovendo pela cidade, tudo isso de forma improvisada e simples.

Na cidade de Foz do Iguaçu é comum encontrar vendedores ambulantes caminhando pelas ruas da cidade ou parados em um determinado ponto, vendendo uma infinita variedade de produtos que vai de roupas a produtos alimentícios. Exercendo essa atividade encontram-se vendedores de várias nacionalidades, tais como argentinos, brasileiros, bolivianos, chilenos, Paraguaio e haitianos, sendo que alguns estão de passagens e outros permanentemente.

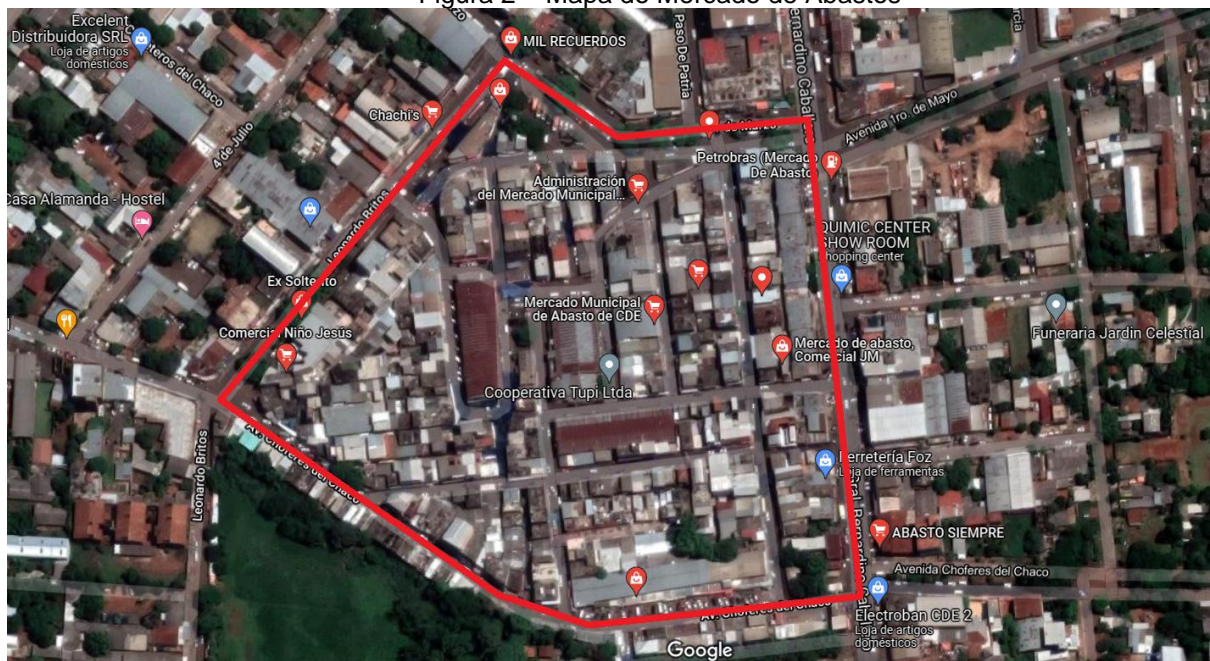
Com o passar do tempo podemos ver um crescimento de vendedores de rua, não somente aquele que vende roupas, panos de pratos, cintos, carteiras, óculos escuros, frutas, entre outros. Mas também aqueles que vendem alimentos, cachorro quente, coxinhas, pasteis, caldo-de-cana. Há uma parcela da população que está migrando para esse tipo de função no sentido de aumentar a renda familiar e por estarem excluídos da oportunidade de encontrar outra ocupação no mercado de trabalho, apesar dessa dura realidade muitas vezes isso é mistificado pela ideia de ser um “microempresário”, “empreendedor”, “trabalhador autônomo” ou mesmo o “próprio patrão”.

Os vendedores ambulantes Paraguaio, que trabalham em Foz do Iguaçu, têm uma longa jornada a cumprir em cada dia de trabalho. Morando em Ciudad del Leste ou na cidade vizinha chamada Puerto Presidente Franco, eles iniciam suas atividades antes das 5h da manhã, dirigindo-se ao Mercado de Abasto, onde compram as mercadorias a serem vendidas durante o dia. O mercado abre às 5h30 e é importante

chegar cedo para ganhar tempo e poder escolher as mercadorias mais frescas e em melhores condições.

O mercado é formado por um conglomerado de barracas, lojas e tendas para negociação de produtos como frutas, verduras, artesanatos, utensílios domésticos, roupas, calçados entre outros. É uma espécie de feira, com vários tipos de produtos sendo comercializados no mesmo lugar. Não se tem um número preciso de comerciantes, mas a estimativa que tenha mais de 1.000 vendedores e lojas. As imagens a seguir permitem visualizar a organização do ambiente, primeiramente por uma vista de cima e, em seguida, por uma visão panorâmica:

Figura 2 – Mapa do Mercado de Abastos



Fonte: Elaborado pelo autor (GOOGLE MAPS, 2021).

Figura 3 – Foto parcial do Mercado de Abasto



Fonte: Disponível em: <<https://www.abc.com.py/edicion-impres/suplementos/tres-fronteras/precios-bajos-en-el-mercado-de-abasto-de-ciudad-del-este-554072.html>>. Acesso em 10 de set. de 2021.

Depois de fazer as compras necessárias no mercado, os trabalhadores vão em sentido a Ponte da Amizade para fazer a travessia da fronteira, o que pode ser realizado por várias formas de condução: a pé, carro, taxi, mototáxi, ônibus/circular, van e barco.

Antes de chegar na aduana, na avenida que dá acesso à Ponte da Amizade, visualizamos ao longo da avenida uma série de barracas vendendo água, refrigerante, suco, salgadinhos, espetinho de carne e outros produtos alimentícios, mototaxistas, taxistas e motoristas de vans oferecendo serviços de transportes. Ao chegar na Ponte da Amizade, os trabalhadores tem o primeiro contato com a aduana Paraguaya, mas nesse primeiro momento não há uma fiscalização rigorosa e também não se faz a migração, que é dar saída de um país e entrar em outro (normalmente é feita quando se vai ficar mais de um dia ou quando adentra mais ao país). Tem uma estrutura alta e metálica, com várias vias, separando carros, motos e caminhões. Há policiais ao longo de toda aduana, no entanto estão dando mais atenção aos que entram no país do que aos que saem. Dessa forma passam tranquilamente pela aduana.

Na ponte, há uma passarela de cada lado para os pedestres, com uma cobertura de ferro e alumínio, sendo geralmente a da direita é para quem vai em direção a Foz do Iguaçu, e a da esquerda em direção a Ciudad del Este. As faixas para veículos são três: duas do lado direito, em direção a Foz do Iguaçu, e uma a esquerda em direção a Ciudad de Este. Ao final dos 552 metros de comprimento, já do lado brasileiro, enxergamos a aduana brasileira, onde se encontram duas construções, a de entrada, sendo a inferior, por onde os pedestres, carros, motos, caminhões fazem a entrada para irem à Ciudad del Este, na qual, assim como na aduana paraguaia, há várias vias de acesso, que servem para o controle. Há um posto de migração, mas assim como na aduana paraguaia, só se faz o registro caso for ficar mais de um dia no país ou for mais para o interior – ou ainda, se estiver vindo de outro país. Alguns metros para chegar na Ponte da Amizade do lado esquerdo há alguns instrumentos como correntes, arames com pregos, barreiras de concretos, e também um caminhão com um scanner acoplado para fazer a verificação dos caminhões que transportam mercadorias. Na entrada, do lado direito, sentido Paraguay, há um posto policial da Polícia Federal, que faz o monitoramento de entrada.

Na parte superior à de saída, é por onde os pedestres, carros, ônibus e motos passam para adentrar ao país, e fazem o controle e fiscalização. Essa estrutura, assim como as outras, alta, de ferro e alumínio, possuindo várias vias para motos, carros e ônibus, contando com um estacionamento na transversal para fazer a fiscalização de carros suspeitos, de modo que não se interrompa o fluxo de veículos. Ainda do lado direito há um posto da Receita Federal para fazer o controle e fiscalização de cotas, servindo para os compristas, turistas fazerem a declaração das mercadorias. No entanto algumas mercadorias, produtos e itens são proibidos ou restritos, como no caso dos alimentos que são produtos com restrições e por isso precisam passar por controle específico da agência reguladora, nesse caso a Vigilância Agropecuária – Vigiaagro²⁷. De forma geral, itens e bens que não são proibidos e nem restritos

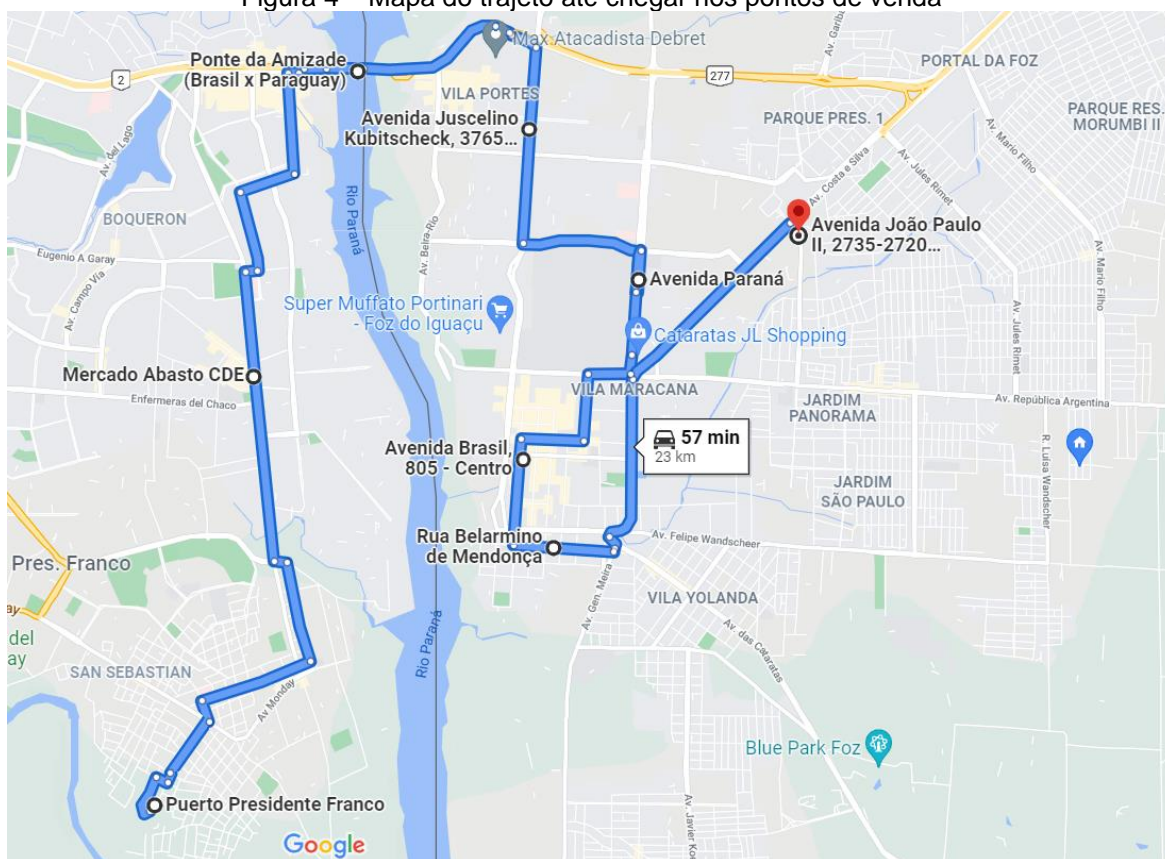
²⁷ Bens restritos: Para poderem entrar no Brasil, alguns bens estão sujeitos a controles específicos e, independentemente do valor e quantidade, necessitam da anuência de outros órgãos que, preferencialmente, deve ser obtida antes da passagem pela Alfândega, evitando-se que os bens fiquem retidos. Exemplos: Animais, vegetais, ou suas partes, produtos de origem animal ou vegetal, inclusive alimentos, sementes, produtos veterinários ou agrotóxicos. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/viagens-internacionais/guia-do-viajante/entrada-no-brasil/proibicoes-restricoes#Bens_restritos>. Acesso: 7 de nov. de 2021.

comprados em Ciudad del Este podem passar, no entanto, não excedendo o valor de US\$: 500,00 (quinhentos dólares) por pessoa ao mês, caso esse valor ultrapasse será registrado na Receita Federal.

No caso aqui estudado o trabalhador deveria passar pela fiscalização por ser produtos alimentícios, mas como o trâmite é demorado preferem passar escondido, caso o trabalhador não se seja pego com as mercadorias e tenha que voltar para Ciudad del Este, segue o caminho, saindo da aduana, encontra-se uma rua que dá acesso a BR-277 para o lado esquerdo e a ruas marginais ao lado direito, a maioria dos trabalhadores preferem as ruas marginais para não serem pegos por policiais.

Segue uma figura para ilustrar e ter a dimensão do trajeto desses trabalhadores. O mapa a abaixo é um esboço, exemplo de como esses trabalhadores fazem o trajeto para atravessar a Ponte da Amizade e vender as mercadorias. Esse percurso exemplificado no mapa em média se desloca pelo menos 23km, isso é relativo ao carro, a quilometragem pode variar dependendo da condução ou fazendo parte do percurso a pé. Os pontos que estão listado no mapa, são os quais cotidianamente se encontram, e são pontos centrais da cidade com maior concentração de fluxo de carros e de pessoas.

Figura 4 – Mapa do trajeto até chegar nos pontos de venda



Fonte: Elaborado pelo autor (GOOGLE MAPS, 2021)

Já em Foz do Iguaçu os locais em que esses vendedores mais atuam são em semáforo de avenidas e ruas com grande movimento, como na Avenida Juscelino Kubitschek (JK), próximo ao viaduto da BR-277; no cruzamento da Avenida Venezuela com a Avenida Paraná, próximo a Polícia Civil e Receita Federal; na Avenida Brasil, próximo ao ponto de taxi; na Avenida Brasil próximo ao Colégio Vicentino São José; na Rua Belarmino de Mendonça, em frente ao Colégio Vicentino São José; e na Avenida João Paulo II, próximo ao Hotel Luz e a Rodoviária.

Alguns desses trabalhadores têm um ponto fixo de venda, já estabelecido. Estes não precisam se locomover de tempos em tempos para outros locais, diferente de outros vendedores que algumas semanas ficam em uma avenida e depois mudam de lugar.

Existem também aqueles trabalhadores que não detêm um ponto fixo, por isso uma semana podem ficar em uma ponta da avenida/rua/calçada e outra semana em outra ponta ou em outra avenida, para ter uma clientela mais ampla.

De forma geral nos pontos fixos são dispostas mesas de metais com tábua ao centro e do outro lado o carrinho de mão pequeno, fazendo assim uma mesa grande. As mercadorias são colocadas em cima e na frente. Em cima há um guarda sol para proteger do sol, o espaço é pequeno e tem uma cadeira de plástico para o vendedor sentar. A outra mesinha possui mais produtos e os vendedores a utilizam para embalar amendoins, alhos e bolachas. Existe também outro espaço, com caixas de feira com produtos em cima e outro carrinho de mão grande, com tábua em cima expondo mais mercadorias e um guarda sol. Com esse carrinho eles visitam alguns clientes. Há várias mercadorias em caixas de papelão, caixas de madeiras, uma ao lado da outra, com frutas, biscoitos e caixas com erva-mate.

Figura 5 – Banca de uma trabalhadora em Foz do Iguaçu



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Já naqueles que não tem um ponto fixo, as mercadorias ficam expostas em pequenas mesinhas dobráveis para o fácil manejo e em caixas de madeira de feira. Alguns produtos são expostos sobre mesinhas ou caixas de madeira, como: as frutas, biscoitos, amendoim, alho, especiarias, entre outros como erva-mate e caixas de chá

ficam no chão. Para facilitar o traslado eles têm uma cadeira dobrável e sempre uma ou duas garrafas de água.

Assim que chegam nos pontos de venda, os produtos são expostos em mesinhas, em cima de caixas de madeiras. Eles chegam por volta das 7h da manhã no ponto de venda para organizar o local de trabalho. Aqueles que ficam no semáforo, oferecem os produtos entre os carros ao sinal ficar vermelho. Quando o semáforo está com sinal verde ficam sentados na espera de clientes.

Os trabalhadores que não ficam em semáforos, ficam sentados esperando os consumidores, se levantando apenas eventualmente para fazer alguma venda, isso só ocorre quando algum carro estaciona por perto e eles vão ver o que desejam. Geralmente esses vendedores têm alguns clientes fixos, que compram seus produtos nesses locais de venda. A maioria compra alho, cebola, erva-mate e outros condimentos.

Por fim, depois de um dia exaustivo de trabalho, segue-se para a última jornada de trabalho, o retorno para casa. A maioria dos trabalhadores ficam por volta das 19h horário de Brasília, para que consigam os compradores e clientes que saem do trabalho as 18h. Após esse horário, começam a desmontar as banquinhas e guardar as mercadorias, assim como a vinda, esses mesmos trabalhadores pegam as mesmas conduções para voltarem para casa. O caminho de volta, novamente passam pela aduana brasileira, mas não com tanta tensão, pois já venderam basicamente todas as mercadorias. A jornada de volta já não é tão conturbada como é a da vinda, são menos carros e pessoas atravessam.

Por alguns produtos terem o prazo de validade longo acabam vendendo grande parte ou levam de volta para o Mercado de Abasto em Ciudad del Este, de onde vem a maioria das mercadorias. Porém, a maioria dos ambulantes não traz muitas mercadorias, pelo fato do traslado depender de van, taxi ou mototáxis.

4.5 As restrições e impactos da pandemia para os trabalhadores ambulantes

A realidade acima descrita foi completamente alterada em 2020, com o início da pandemia que ainda assola todo planeta e as fronteiras, fechando e impedindo o traslado de pessoas e de qualquer outro tipo de transporte. A crise sanitária instaurada pela pandemia da Covid-19 evidenciou e deixou mais acentuada as

assimetrias econômicas, sociais e políticas pelo mundo afetando principalmente as relações trabalhistas, os trabalhadores e sobretudo os trabalhadores informais.

O Coronavírus viajou pelo mundo, em questão de meses uma grande parcela da população estava contaminada levando a internamentos e a óbitos. A América Latina foi uma das últimas regiões a ser afetada pela pandemia, porém é um dos maiores índices de contágio e de mortalidade pela doença. No Brasil, o primeiro caso ocorreu em março em de 2020, desde então passou a ocupar um lugar de destaque, pois estava sempre entre os 4 países com maior taxa de infectados e mortes no mundo.

A pandemia do Covid-19 evidenciou e potencializou as desigualdades sociais no Brasil e nas fronteiras. Em março as primeiras medidas de enfrentamento da pandemia foram de controlar as fronteiras brasileiras cerceando o trânsito fronteiriço, do qual muitos brasileiros, Paraguaio e outros migrantes dependem para a renda familiar.

Com isso, alguns países da América Latina passaram a fechar parcialmente ou totalmente suas fronteiras e a realizaram lockdown na tentativa de conter o avanço do vírus. No dia 15 de março de 2020 o presidente do Peru, Martín Vizcarra, decretou o fechamento das fronteiras e quarentena da população por 40 dias. Juan Orlando Hernández, presidente de Honduras, decidiu fechar as fronteiras e o comércio por 7 dias. O presidente da Argentina, Alberto Fernández no dia 15 de março de 2020 anuncia o fechamento das fronteiras entre outras restrições tendo o prazo de 15 dias podendo ser prorrogado.

No Paraguay, no dia 16 de março de 2020 o presidente Mario Abdo Benítez, decidiu pelo fechamento parcial das fronteiras, e no dia 18 de março de 2020 anunciou o fechamento da Ponte Internacional da Amizade, considerando que, “uma das propostas é o fechamento parcial da fronteira para as pessoas, não para as mercadorias”, sendo estendida para toda a região do Mercosul, Argentina, Brasil e Uruguay. (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/paises-fecham-fronteiras-para-evitar-propagacao-do-coronavirus>). O governa brasileiro seguido as mesmas medidas de segurança, no dia 18 de março de 2020 publicou a portaria que determina o fechamento de fronteiras do Brasil com países vizinhos da América do Sul.

Com a atual conjuntura pandêmica causada pela Covid-19 essa dinâmica encontra ameaçada, pois o governo Paraguai no dia 17 de março de 2020 determina o fechamento da fronteira com o Brasil, impossibilitando a circulação de cerca de 100 mil pessoas segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF)²⁸ o trânsito fronteiriço diário de brasileiros e Paraguaio que trabalham, estudam e desenvolvem suas atividades profissionais ambos os lados. A partir disso, são adotadas diversas medidas para frear a contaminação, e assim modificando a dinâmica social da fronteira.

Verifica-se que na fronteira entre Brasil e Paraguay, são muitos trabalhadores que precisam atravessar a ponte para trabalhar ambos os países. Com o fechamento e controle mais rígido, esse movimento fronteiriço se torna inacessível aos trabalhadores, sofrendo em não poder sair de casa para vender e nem mesmo ir ao trabalho. O governo exige que as pessoas fiquem em casa, mas não os ampara ou auxilia de forma eficaz, muitas vezes retraindo, negando e atrasando os processos que poderia auxiliar os pobres, migrantes e trabalhadores informais.

Ainda assim, o Paraguay assim como o Brasil, desenvolveu um programa de auxílio aos trabalhadores para que consigam minimamente pagar suas contas e comprar mantimentos e materiais de higiene. Por meio da Lei nº 6.524, de 26 de março de 2020 – Lei de Emergência Sanitária Nacional, o Paraguay declarou estado de emergência em todo o território, estabelecendo medidas de enfretamento de caráter administrativo, fiscal e financeira durante o confinamento social.

Com isso, por meio da Lei Nº 6587/2020 foi criado o programa *Pytyvõ*, que iria beneficiar mais de 2 milhões de trabalhadores entre informais, formais e profissionais da saúde em forma de gratificação.

La Ley Nº 6587/2020, que establece el Programa "Pytyvó 2.0 - como salvaguarda de los ingresos de los trabajadores en situación de informalidad con énfasis en ciudades de frontera, y otras medidas que impulsen la Economía Nacional". Ainda como consta no Artículo 1º de la Ley Nº 6587/2020 tiene por objeto implementar um Programa de assistência a trabajadores em situación de infomalidad de algunos sectores de la economía, priorizando a aquellos trabajadores que residen em ciudades de frontera, denominado «PYTYVO 2.0» ... Que resulta necesario establecer medidas de sostenimiento de los ingresos con relación a los trabajadores informales, por cuenta própria, dependientes de Micro, Pequeña o Mediana Empresa (MIPYMES) y despedidos durante el Estado de Emergencia, priorizando a los trabajadores que residen em ciudades de frontera, que demuestran un alto impacto económico y social, ante las medidas sanitárias

²⁸<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2020/03/18/coronavirus-Paraguay-fecha-ponte-da-amizade-em-foz-do-iguacu.ghtml>

impulsadas en el marco de la Pandemia COVID-19. (<https://www.bacn.gov.py/archivos/9309/DECRETO3913%20%20Ley%206587.pdf>)

A partir do dia 17 de abril de 2020, depois de um mês de isolamento social o Ministério da Fazenda do Paraguai disponibilizou mais de U\$: 1,6 bilhões em subsídios, os trabalhadores informais previamente inscritos puderam sacar a primeira rodada do auxílio emergencial por meio de um bilhete eletrônico pelo período mínimo de dois meses.

Ainda com a inconstância da propagação do vírus da Covid-19, o governo Paraguai decidiu prorrogar o auxílio aos trabalhadores que ainda estavam sendo atingidos pela crise da pandemia. Nesse sentido, o auxílio seria para subsidiar os produtos básicos de alimentação e matérias de higiene e limpeza.

De acordo com o Decreto N° 3913, de 4 agosto de 2020 do Artigo 1°:

Art. 1°, Dispónese que de acuerdo a lo contemplado en los Artículos 1° al 7° de la Ley N° 6587/2020, «Que establece el Programa "Pytyvó 2.0" como salvaguarda de los ingresos de los trabajadores en situación de informalidad con énfasis en ciudades de frontera, y otras medidas que impulsen la economía Nacional», y a los efectos de su aplicación se entenderá por:

1) Subsidio: Asistencia de carácter económica y de duración temporal realizada por el Estado Paraguayo, consistente en transferencias monetarias a los beneficiarios, en el marco de la Ley N° 6587/2020.

El subsidio será de guaraníes quinientos mil (G\$: 500.000), el cual podrá ser otorgado en el periodo de vigencia de la Ley N° 6524/2020, hasta en cuatro ocasiones, y del mismo monto sujeto a disponibilidad presupuestaria y financiera. El presente Decreto autoriza el primer pago, quedando los pagos siguientes sujetos a autorización por Resolución del Ministerio de Hacienda. La transferencia monetaria de los recursos del Subsidio es única y exclusivamente para la adquisición de productos básicos de la canasta familiar, así como lo necesario en materia sanitaria y limpieza. (<https://www.bacn.gov.py/archivos/9309/DECRETO3913%20%20Ley%206587.pdf>)

Os valores a serem pagos aos trabalhadores informais seriam de G\$: 548.210 (R\$: 378,00), 25% do salário mínimo, destinado a 1,5 milhão de pessoas; aos formais a ajuda seria de 50% do salário mínimo Paraguai G\$: 1.096.419 (R\$: 756,00) de 300 a 500 mil pessoas seriam beneficiariam; outro grupo a ser beneficiado são os profissionais da saúde, receberam até 3 salários mínimo, G\$ 6.578.571 (R\$ 4.500) para 22 mil profissionais. (<https://www.radioculturafoz.com.br/2020/04/15/governo-do-Paraguay-inicia-pagamento-de-subsidio-para-trabalhadores-informais/>)

Para fim de esclarecimento e entendimento ao trabalhador informal para receber o benefício o Artigo 2° do Decreto:

A los efectos de la presente normativa, conforme a la declaración jurada de los potenciales beneficiarios, se entenderá como trabajadores informales a:

a) Trabajadores por cuenta propia que no coticen a la Seguridad Social, estén o no inscriptos en el Registro Único de Contribuyentes (RUC) de la Subsecretaría de Estado de Tributación (SET).

b) Trabajadores dependientes de alguna Micro, Pequeña o Mediana Empresa (MIPYME), conforme a los alcances de la Ley N° 4457/2012, que no coticen a la Seguridad Social, estén o no inscriptos en el RUC de la SET. (<https://www.bacn.gov.py/archivos/9309/DECRETO3913%20%20Ley%206587.pdf>).

No Artigo 3º do Decreto, para que os trabalhadores possam receber o benefício estabelecido pela Lei N° 6587/2020 é preciso também considerar algumas disposições:

- 1) Los trabajadores que hayan sido Beneficiarios del Subsidio en la Primera Edición del Programa Pytyvó, que residen en las ciudades fronterizas de Ciudad del Este, Domingo Martínez de Irala, Hernandarias, Los Cedrales, Mbaracayú, Ñacunday, Presidente Franco, San Alberto y Santa Fe d' Paraná, serán priorizados para el pago del presente Subsidio. (<https://www.bacn.gov.py/archivos/9309/DECRETO3913%20%20Ley%206587.pdf>).

Mesmo que o governo comemorasse, o pagamento do auxílio, não teve um alcance necessário e não atingiu a todos que precisavam, o pagamento atingiu 21% da população Paraguaia alcançando 1,5 milhões de pessoas. Ainda há contestações sobre o pagamento e a quantidade do subsídio, há quem recebeu três, duas ou somente uma parcela. A primeira parcela foi paga na data de 8 de maio de 2020 no qual foram beneficiados um total de 1.151.341 pessoas, e no final da semana passada (15 de maio de 2020) mais de 1.100.000 foram creditados, o ministro da Fazenda, Benigno López, afirmou em diversas vezes que a segunda parcela seria realizada até o dia 15 de maio de 2020. (<https://www.lanacion.com.py/negocios/2020/05/20/pytyvo-beneficiarios-esperan-segundo-pago-pero-todavia-no-hay-una-lista-final/>).

No entanto, há aqueles que estavam inscritos no programa e não receberam nenhuma parcela, como o comerciante Tiago, que afirma que “o governo ofereceu empréstimos com requisitos absurdos, ao qual a gente e muitos outros comércios não conseguiram aderir”. (<https://www.cartacapital.com.br/mundo/la-gota-que-colma-el-vaso-como-o-colapso-na-saude-levou-m-no-Paraguay/>).

Nas regiões fronteiriças a doença demorou em torno de um mês após o primeiro contágio, pois a maioria dos casos se concentravam em grandes centros urbanos,

onde a movimentação populacional é maior. Com o aumento de contaminados os trabalhadores informais precisaram parar de desenvolver suas atividades, conseqüentemente afetou a renda e o ganho diário, fecharam lojas, barracas de mercadorias e as fronteiras, muitos desses trabalhadores dependiam de comprar mercadorias de um lado ou do outro lado da fronteira, assim afetando diretamente suas vidas.

Com esse fechamento, muitas Paraguias e Paraguios que perderam o trabalho no Brasil ficaram presos não podendo voltar ao Paraguai. Muitos deles ficavam esperando em cima da Ponte da Amizade, perto de onde foi feita a barreira sanitária na linha do limite de cada país. Ficavam homens, mulheres e famílias aguardando espaço nos albergues públicos para fazer a quarentena. No entanto, a maioria permanecia na ponte por dias na esperança que abrissem. Em uma entrevista para o jornal O Tempo, Everton Mateus, vice-presidente da Associação Amigos do Johnson Anjos da Madrugada²⁹, relata que há um rapaz que ficou seis dias em cima da ponte, a Polícia Federal da baixa no passaporte, mas fica impedido de passar para o lado Paraguaio.

Segundo o presidente da Câmara de Comércio e Serviços, Said Taigen, na entrevista concedida ao jornal La Nación no dia 2 de fevereiro de 2021, e reproduzida pelo jornal digital H2FOZ, dos 30 mil empregos perdidos com a pandemia e o fechamento da fronteira com o Brasil, o comércio de fronteira recuperou 10 mil no período da reabertura no mês de outubro de 2020. Com o fechamento das lojas o comércio fronteiriço foi um dos mais afetados. Começou uma recuperação lenta, a partir das fases da “quarentena inteligente”, no primeiro momento, reativar as indústrias, construção civil e prestação de serviços gerais; segundo momento, possibilitando que as pessoas pudessem fazer as atividades físicas em ambientes abertos, desde que seja individual e com distanciamento social; no terceiro momento, abrirá para shoppings, mercados, lojas e atividades afins, desde que respeitem o uso de máscaras e o distanciamento social; a última fase será de abrir as fronteiras em horário específico, com entrada a partir das 5h da manhã e saída até 14h, para evitar o aglomerado e restringir a vinculação excessiva. (H2FOZ, 2/2/2021).

²⁹ Associação sediada na cidade de Foz do Iguaçu, tem por finalidade ajudar moradores de rua e pessoas em vulnerabilidade social, com distribuição de refeições, roupas, e banhos com água quente, fornecidos em trailer que percorrem diferentes bairros de Foz do Iguaçu.

Com a interrupção da fronteira, intensificou as tensões entre governo e população de Ciudad del Este. Havendo uma possibilidade de reabertura gradual da fronteira no dia 26 de setembro, ambulantes, comerciantes, lojistas e outros trabalhadores fora para Ponte da Amizade protestar para que a abertura seja de forma total

No dia 30 de setembro de 2020 depois de alguns dias de restrições para entrar e sair do Paraguay, foi aberta totalmente a fronteira sem impedimentos de horários e de locomoção, agora podendo transitar sem qualquer problema, entrada e saída. Com a reabertura, os comerciantes em geral veem boas expectativas de retomada da economia e de vendas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização que orientou esta pesquisa se concentrou nos trabalhadores fronteiriços, os sujeitos que atravessam a Ponte da Amizade para desenvolver suas atividades na cidade de Foz do Iguaçu, e de como esses trabalhadores se relacionam com a cidade, e de como a cidade se relaciona com os trabalhadores transfronteiriços.

Com isso, pensando que o espaço urbano é uma construção e socialmente produzido no qual as pessoas de diversos status estão envolvidas nesse processo. Nesse sentido, Foz do Iguaçu passou por várias transformações ao longo das décadas, desde quando era uma vila militar até os dias atuais.

Assim, a questão do trabalho informal ou ilegal permeia todas as esferas culturais, econômicas e políticas seja ela no mundo, no Brasil ou em regiões de fronteiras. Diante disso, o esforço foi de trazer a realidade da economia subterrânea, da informalidade vinculada ao mundo do trabalho das cidades de Foz do Iguaçu, (Brasil) e Ciudad de Este, (Paraguay), local onde muitas ocupações e atividades laborais encontram-se entorno pelo ambulante, circuito inferior, informalidade, ilegalidade, marginalidade destacando as estratégias que eles estabeleceram para sobreviver.

Contudo, ao tentarmos pesquisarmos os vendedores ambulantes paraguaios, nos deparamos com uma pandemia, na qual atingiu todos os países, e logicamente as fronteiras foram fechadas, assim a impedindo desses trabalhadores atravessarem a ponte para desenvolverem as suas atividades laborais.

Portanto, com a pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021 as estratégias e o tráfego de pessoas foram paralisadas e reduzidas. em Foz do Iguaçu por ser um polo turístico internacional e pela sua localização regional foi a primeira cidade fronteira a registrar casos de infecção pelo coronavírus.

A fronteira não é meramente uma imagem panorâmica, um posto aduaneiro e de controle ou um espaço militarizado (CARDIN, 2012), vai além disso, um espaço vivido, um território usado, onde as relações sociais se desenvolvem, espaço também no qual as relações históricas, assimétricas e conflitivas encontram bem como as ações estatal e local (GRIMSON, 2000).

Podemos entender a fronteira como um espaço dialético: de um lado, território condensador das desigualdades sociais, das assimetrias de poder, dos conflitos identitários, das heterogeneidades culturais, assim como das violências e,

particularmente, das violências de gênero (SEGATO, 2003; GRIMSON, 2000). No entanto, há outro aspecto a ser notado, a fronteira pode representar possibilidades de ruptura das situações de violência e desigualdade, representando oportunidades de construção de autonomia, agência, resistência e ação política (BOSCO *et al.*, 2011, CARDIN, 2012; WRIGLEY-ASANTE, 2013; WILKINS, 2017).

Ao longo do tempo, a fronteira, além de ser utilizada para demarcação de território, nação, também é utilizada como barreira sanitária, impedindo aqueles que desejam de alguma forma buscar uma possível cura ou tratamento do outro lado da fronteira, assim violando direitos humanos da pessoa migrante em buscar melhores condições de vida. Para Ventura (2016, p. 61), “a associação entre o estrangeiro e a doença acompanha a história das epidemias e faz parte do processo de construção das identidades nacionais no Ocidente, mantendo na contemporaneidade o potencial de induzir ou justificar violações de direitos humanos”.

Mesmo com um controle aduaneiro e vigilância não se prioriza o direito a saúde, pois os investimentos não são voltados para uma política de controle sanitário adequado e sim para impedir um processo migratório.

A região das Três Fronteiras, tem um grande fluxo de atividades ilícitas, capital, mercadorias, pessoas da América do Sul (ALBUQUERQUE, 2008). Sua localização nas margens dos Rios Iguaçu e Paraná, contando com uma população aproximadamente em 800.000 pessoas distribuídas entre as cidades de Ciudad del Este (Paraguay), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina).

Para essa análise nos concentraremos nas duas cidades fronteiriças com maior relevância comercial, fluxo populacional e um controle menos intenso, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, já em Puerto Iguazú, o controle é mais rigoroso e o comércio não é tão intenso e relativo como é visto nas outras duas cidades.

Com a globalização e estabelecimento do circuito transfronteiriço sendo uma atividade rentável explorando e aumentando desigualdades históricas de gênero, de classe e discriminação racial, expondo alguns grupos a condições desfavoráveis (SASSEN, 2003). A Guerra do Paraguai (1864-1870) um evento histórico que marca e compreendemos as marcas da desigualdade na atualidade da fronteira. Com a vitória do Brasil e da Argentina cria-se um imaginário e suposta superioridade racial-étnico, cultura, moral e civilizatória sobre o Paraguay, inferiorizando homens e

mulheres por perpetuarem, darem continuidade e manterem os hábitos de tradições indígenas.

A partir de 1986, Ciudad del Este se transforma em um grande polo comercial, estrutura-se e expande-se a sua Zona Franca, atraindo vários compradores de todas as localidades do mundo e de cidades brasileiras, desenvolvendo um intenso circuito sacoleiro (CARDIN, 2012), cujo objetivo era de comprar mercadorias em Ciudad del Este e revender em outras cidades do Brasil ou em outros países, teve o auge entre os anos de 1991 ha 2004.

Depois desse apogeu de compra e venda mercadorias houve uma desaceleração devido aos seguintes fatores: “a) a queda do poder aquisitivo da moeda brasileira em 2004 e a valorização do dólar no mercado internacional; b) o aumento do controle do Estado brasileiro em 2003 no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas na região; c) a instituição em 2009 do Regime de Tributação Unificada (Lei 11.881), cujo objetivo era controlar as pequenas importações vindas do Paraguai” (CARDIN, 2012).

Assim, a questão do trabalho informal ou ilegal permeia todas as esferas culturais, econômicas e políticas seja ela no mundo, no Brasil ou em regiões de fronteiras. Diante disso, o esforço foi de trazer a realidade da economia subterrânea, da informalidade vinculada ao mundo do trabalho das cidades de Foz do Iguaçu, (Brasil) e Ciudad de Este, (Paraguay), local onde muitas ocupações e atividades laborais encontram-se entorno pelo ambulante, circuito inferior, informalidade, ilegalidade, marginalidade destacando as estratégias que eles estabeleceram para sobreviver.

Diante disso homens e mulheres ambos os lados da fronteira precisaram buscar outras formas para garantir a sobrevivência da família, assim se inserido no comércio formal ou informal transfronteiriço, no mercado ilegal, clandestino e no turismo (CARDIN, 2012), há outras duas atividades que essa população precisou se inserir, no trabalho doméstico e no trabalho sexual, esses dois majoritariamente ocupados por mulheres. “Nesse caso fronteiriço esses migrantes desempenham um papel fundamental na economia, principalmente por meio das atividades informais, ilegais e precárias” (CARDIN, 2012, p. 213).

Em 2017, Brasil e o Paraguai assinaram um acordo Binacional que contemplava benefícios aos “trabalhadores fronteiriços”, contudo, eram localidades predeterminadas, nesse caso, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Há também a

possibilidade de ser retirada a Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriça³⁰, essa carteira é designada aos residentes de uma região fronteiriça previamente delimitada, favorecendo o livre acesso e circulação de pessoas e garantindo o exercício dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Podemos entender, que nesse cenário o Estado se faz presente para garantir sua legitimidade e administração firmando acordos e/ou tratados. Para além disso, o Estado não se resume a soberania, burocracia e política públicas, é preciso pensar nas questões culturais, simbólicas, sociais, isso leva em consideração o todo, de margem a margem, ou seja, é preciso pensar cada região à sua forma, e sair do pensamento estadocêntrico, aquele que só leva em consideração as grandes regiões e metrópoles.

Com isso, a fronteira, acaba ficando de lado ou melhor a margem do Estado, pois o Estado, só aparece em momentos de grandes conflitos ou de crises. Dessa forma agindo de modo hierárquico sem considerar as relações mantidas e construídas ao logos dos anos já estabelecidas.

Por mais que tenha um documento que possa garantir essas trabalhadoras e trabalhadores para desenvolver suas atividades laborais dentro de um espaço fronteiriço, não há seguridade total, pois, ainda esses sujeitos sofrem, por não saberem desse direito e dos órgãos oficiais atacarem por julgarem serem contrabandista. Assim essas trabalhadoras e trabalhadores seguem resistindo as investidas do Estado repressor e do capitalismo opressor.

³⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8636.htm

6 BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza, 2005. 265 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades. 2005. Disponível em: < https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1528/1/2005_tese_JLCA.pdf>. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

_____, José Lindomar. **Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil**. *Cadernos Ceru*, v. 19, n. 1, p. 49-63, 2008.

_____, José Lindomar Coelho. Fronteiras: Entre os caminhos da observação e os labirintos da interpretação. In: CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio Antônio (Orgs). **As ciências sociais nas fronteiras: Teoria e metodologia de pesquisa**. 1^o. ed. Cascavel, PR: JB, 2014.

_____. **A dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguay**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2010.

ALMEIDA, Letícia Núñez. **O estado e os ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai: um estudo de caso sobre a fronteira de Sant’ana do Livramento (BR) e Rivera (UY)**. São Paulo, 2015. 249 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11122015-120153/publico/2015_LeticiaNunezAlmeida_VOrig.pdf>. Acesso em 19 de dez. de 2022.

_____, Letícia Núñez. **O contrabando e a criminalidade na fronteira brasileira: algumas hipóteses sobre o caso Rivera e Sant’Ana do Livramento**. *Revista Segurança, Justiça e Cidadania*, n. 8, p. 29-52, 2014. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/Revista-8-Senasp.pdf>. Acesso em: 19 de dez. de 2022.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando Afonso. **Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo**. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 13, p. 9-26, 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/civitas/a/VrT4sBxz7xPJ47bJRsvZy9g/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 de dez. de 2022.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **América do Sul se consolida como epicentro da pandemia**. *Ecodebate*, 2020. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2020/06/10/america-do-sul-se-consolida-como-epicentro-da-pandemia-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

ANTUNES, Ricardo. Como se trama a uberização total. **Outras palavras**, 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-se-trama-a-uberizacao-total/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

BARRUCHO, Luis. Coronavírus: pandemia pode jogar até 14 milhões de brasileiros na pobreza, diz estudo. **BBC**, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53020785>>. Acesso em 03 de abr. de 2021.

BENETTA, Claudio Dalla. Comércio de Ciudad del Este recupera um terço dos empregos perdidos com fronteira fechada. **H2Foz**, 2020. Disponível em: <<https://www.h2foz.com.br/fronteira/comercio-de-ciudad-del-este-recuperou-um-terco-dos-empregos-perdidos-com-fronteira-fechada/>>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

BOSCO, Fernando; AITKEN, Stuart; HERMAN, Thomas. **Mujeres y niños en un grupo de promoción barrial: participación comunitaria y recreación de ciudadanía en la frontera EE.UU. – México**. *Gender, Place & Culture*, v. 18, n. 02, p. 155-178, 2011.

BRASIL. Atos Institucionais. **Planalto**, 1964. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

_____. **LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020**. **Planalto**, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Revalidação de diplomas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/revalidacao-de-diplomas>>. Acesso em: 16 de jun. de 2021.

CARDIN, Eric Gustavo. **Sacoleiros e Laranjas na Tríplice Fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2006.

_____, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira**. 2010. 195 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2010.

_____. Notas para o estudo dos processos migratórios no Brasil. In: COLOGNESE, Silvio Antônio (Org.). **Fronteiras do saber sociológico**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

_____, Eric. **Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai**. *Revista Geopolíticas*, Madrid, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012.

_____, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio Antônio (Orgs). **As ciências sociais nas fronteiras: Teoria e metodologia de pesquisa**. 1. ed. Cascavel, PR: JB, 2014.

CARDOSO, Adalberto; PERES, Thiago Brandão. A estreita relação entre o trabalho informal e a covid. **Outras palavras**, 2020. Disponível em:

<<https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/a-estreita-relacao-entre-o-trabalho-informal-e-a-covid/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

CARDOSO, Nelson Ari.; MOURA, Rosa.; CINTRA, A. (2012). **Mobilidade transfronteiriça: o ir vir na fronteira do possível**. Caderno Ipardes – Estudos e Pesquisas, v., n.2, jul./dez. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19950937-284-mobilidade-transfronteirica-o-ir-e-vir-na.html>. Acesso em: 19 de dez. de 2022.

CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Florianópolis, 1994. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

CMFI – Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. **Plano diretor de desenvolvimento integrado sustentável 2016**. Disponível em: http://www.cmfi.pr.gov.br/pdf/projetos/2565_3.pdf

COMO a América do Sul se tornou o novo epicentro da pandemia de coronavírus. **Uol**, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/05/22/como-a-america-do-sul-se-tornou-o-novo-epicentro-da-pandemia-de-covid-19.htm>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

CORONEL, Oberty. **Práticas Sociais e Trajetórias dos Trabalhadores Brasileiros nas Empresas de Ciudad Del Este – Paraguay**. 2013. 117 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, 2013.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. Etnografia na fronteira Brasil-Bolívia, em Corumbá-MS: Por uma antropologia “Nas” Fronteiras. In: CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio Antônio (Orgs). **As ciências sociais nas fronteiras: Teoria e metodologia de pesquisa**. 1. ed. Cascavel, PR: JB, 2014.

DAVI, Elen Patricia de Jesus Silva. **Trabalhadores na “fronteira”: experiência dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este (1990/2006)**. 2008. Dissertação. 140 f. (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Marechal Cândido Rondon-PR, 2008.

DESIGUALDADE social e econômica em tempos de covid-19. **Portal Fiocruz**, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

DIAS, Guilherme Soares. ‘Fiquei 3 dias comendo pão com água’: o drama dos migrantes africanos que não conseguem receber o auxílio do governo. **Repórter Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/05/fiquei-3-dias-comendo-pao-com-agua-o-drama-dos-migrantes-africanos-que-nao-conseguem-receber-o-auxilio-do-governo/>>. Acesso em 03 de abr. de 2020.

DIAS JUNIOR, Waldson de Almeida. **A ponte da “modernidade”: representações e relações Brasil-Paraguay durante a construção da ponte da amizade 1956-1965**.

2018. Dissertação. 130 f. (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Foz do Iguaçu-PR, 2018.

DORFMAN, Adriana.; ROSÉS, Gladys. Teresa. Bentacor. (2005). Regionalismo fronteiriço e o “acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros uruguaios”. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS. 195-228. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/07/2005-Territorio-sem-limites-TCMO.pdf>>. Acesso em: 19 de dez. de 2022.

FARINA, Bernardo Cunha. **Trabalhadores Fronteiriços na Tríplice Fronteira: confronto entre a igualdade jurídica e a realidade**. 2015. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras). Foz do Iguaçu: UNIOESTE. 2015.

FIOROTTI, Cíntia. **Fronteira Brasil-Paraguay: trabalhadores no transporte não regulamentado de café em 1960**. Disponível em: http://www.seminarioamericaplatina.com/restrito/trabalho/Cintia-Fiorotti-Lima-291014-2258-Cintia%20Fiorotti%20-%20Texto%20Dourados%20_1_.pdf. Acesso em: 20 de maio 2019.

_____. **História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguay (1960-2015)**. 2015. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 12, de 7 de julho de 1915**. Receita do Município de Iguaçu.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1208, de 17 de dezembro de 1984**. Regula o exercício do comércio ambulante e atividades afins na cidade de Foz do Iguaçu, e dá outras providências.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 17 (Projeto Nº 20)**. Regulamento da Receita para 1937.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 21, de 24 de abril de 1916**. Receita do Município de Iguaçu.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 30, de 16 de junho de 1917**. Renda do Município de Iguaçu.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 624, de 17 de dezembro de 1970**. Institui o Código de Posturas do Município de Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1970/63/624/lei-ordinaria-n-624-1970-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-foz-do-iguacu?q=ambulante>. Acesso em: 1 de abril de 2018

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 8, de 4 de novembro de 1914**. Código de Postura.

FURTADO, Renata de S. **As fronteiras no âmbito do Mercosul: apontamentos sobre a formação da agenda política de integração fronteiriça.** *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 371-381, 2011. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/1368>>. Acesso em: 18 de jan. de 2023.

GAYOSO, Celso Francisco. **Espaços latino-americanos: comunicação, interculturalidade e cidades da fronteira Brasil-Bolívia.** Rio de Janeiro, 2013. Tese. 194f. (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/30/teses/819022.pdf>>. Acesso em: 21 de jan. de 2023.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2012.

GÊNERO x trabalho: olhando para as condições socioeconômicas de mulheres migrantes em conflito com a lei. **Instituto terra, trabalho e cidadania**, 2020. Disponível em <<http://ittc.org.br/genero-trabalho-mulheres-migrantes/>>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

GERMANI, Giomar Inez. **Expropriados, Terra e água: o conflito de Itaipu.** Salvador: 2ª Ed. EDUFBA/ULBRA, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=qHnI9LluwL4C&oi=fnd&pg=PA9&ots=Vz5Z5oQAqV&sig=OEB-w322jh5SnNDkaSHlwE8FJy8&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. **BBC**, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

GRIMSON, Alejandro. Introducción ¿Fronteras políticas versus fronteras Culturales. In: GRIMSON, A. (Org.). **Fronteras, Naciones e Identidades.** Buenos Aires: CICCUS, 2000, p. 9-40.

JUNIOR, Jorge Fofano. Migrantes e os labirintos da economia informal. **Instituto terra, trabalho e cidadania**, 2020. Disponível em: <<http://ittc.org.br/imigrantes-e-os-labirintos-da-economia-informal/>>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil.** Serviço Social e Sociedade, Nº. 122, p. 1-19, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpmm/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 23 de maio de 2021.

LOZANO, Giovane da Silva. Movimento pendular transfronteiriço: trabalhadores paraguaios nas ruas de Foz do Iguaçu/BR. In: I Congresso Paraguayo de Ciencias

Sociales, 1. ed: 2017, Asunción, **Memorias del I Congreso Paraguayo de Ciencias Sociales**. 2017, p. 871-887.

LUPION, Bruno. Como o novo coronavírus acentua as desigualdades no Brasil. **DW**, 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-o-novo-coronav%C3%ADrus-acentua-as-desigualdades-no-brasil/a-53256164>>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

MACHADO, Lia, Osorio. 1998. Limites, Fronteiras, Redes. Em: T.M.Strohaecker et ali. (Orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB. pp. 41-49. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1998-Limites-fronteiras-redes-LOM.pdf>. Acesso em: 19 de dez. de 2023.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. Traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. 2. ed. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2º. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARQUEZINI, Ana Carolina Torelli. **Circulação de mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai: as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porá (MS)**. 2011. Dissertação. 112f. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2011.

MARQUEZINI; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org). **Território sem limites. Estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

MASUZAKI, Teresa Itsumi. **As condições de Trabalho dos Brasileiros no Comércio em Salto del Guairá – Paraguai**. 2010. 80f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus Marechal Cândido Rondon*, 2010.

MELO, Caroline Andressa Momente. **O trabalho infantil em salto del guairá/Paraguai**. 2013. 74f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). UNIOESTE, Campus Toledo, 2013.

MELLO, Michele. América latina: contrastes em uma das regiões mais afetadas pela pandemia de covid-19. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/28/america-latina-contrastes-em-uma-das-regioes-mais-afetadas-pela-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

NETTO, José. Paulo. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES, Úrsula. Covid-19: a América do Sul se tornou o novo epicentro da pandemia? **Portal Pedmed**, 2020. Disponível em: <<https://pebmed.com.br/covid-19-a-america-do-sul-se-tornou-o-novo-epicentro-da-pandemia/>>. Acesso em 04 de abr. de 2021.

OJIMA, Ricardo; SILVA, Robson Bonifácio; PEREIRA, Rafael Moraes. **A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira.** Disponível em: <[HTTP://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf)>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

OLIVERO, Pedro. Saiba qual a situação do coronavírus na América do Sul. **Poder360**, 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/saiba-qual-a-situacao-do-coronavirus-na-america-do-sul/>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.** Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 8 de jan. de 2023.

PARO, Denise. A pandemia pode apressar o fim dos sacoleiros na ponte da amizade. **Veja**, 2020. Disponível: <<https://veja.abril.com.br/brasil/a-pandemia-pode-apressar-o-fim-dos-sacoleiros-na-ponte-da-amizade/>>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **“A garantia soy yo”**: Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguay). 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. **Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguay-Brasil.** 2009. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PORTAL G1. **Cataratas do Iguaçu já receberam 1 milhão de visitantes em 2017.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/cataratas-do-iguacu-ja-receberam-1-milhao-de-visitantes-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 1 de abril de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Alvará de licença para ambulante.** 2016. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3Da400c6092f81ac7eb0cd1931a918?idMenu=337>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **O Território Federal do Iguaçu.** pp. 59-74. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>. Acesso em: 1 de abr. de 2019

RABOSSA, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira.** 2004. 318f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

_____, Fernando. **Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguay).** *Etnográfica*, v. 15, n. 1, p. 83-107, 2011.

RIBEIRO, Danilo George. **Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Unioeste, Toledo, 2016.

RIBEIRO, Maria de Fátima. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu.** Cascavel-PR, EDUNIOESTE, 2002.

RENOLDI, Brígida. Seus amigos são meus amigos: agentes e Estado em um ponto argentino. In. CARDIN, Eric Gustavo (org.). **As múltiplas faces das fronteiras.** Curitiba: CRV, 2013.

RODRIGUES-JÚNIOR, Antonio Luiz. Epidemias na faixa de fronteira brasileira. **VII encontro nacional de estudos estratégico.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263447434_EPIDEMIAS_NA_FAIXA_DE_FRONTEIRA_BRASILEIRA. Acesso em: 26 de jul. de 2021.

ROMBALDI, Maurício. Contenção de crises no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho sob as lentes da sociologia. **ANPOCS, 2020.** Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2310-boletim-n-3-as-ciencias-sociais-e-a-saude-coletiva-frente-a-atual-epidemia-de-ignorancia-irresponsabilidade-e-ma-fe-2>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

ROUBICEK, Marcelo. Os números que mostram o impacto da pandemia no emprego. **Nexo Jornal,** 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/28/Os-n%C3%BAmeros-que-mostram-o-impacto-da-pandemia-no-emprego>

SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia.** Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2003.

SILVA, Jorge Henrique Baptista da. **Regime de Tributação Unificado (RTU): do descaminho a falsa perspectiva de autonomia dos sacoleiros.** Encarnación. P. 1-7, 2013. Disponível em: <https://humanidades.uni.edu.py/geofronteras/eje-2-fronteras-produccion-y-trabajo-fronterizas-producao-e-trabalho/>. Acessado em 19 de dez. de 2022.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008).** 2009. 218f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOUZA, Marina Duarte de. Sem direitos, trabalhadores informais ficam mais expostos ao coronavírus e à crise. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/17/sem-direitos-trabalhadores-informais-ficam-mais-expostos-ao-coronavirus-e-a-crise>>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

STAMM, Cristiano. **O fenômeno entre cidades de porte médio: o caso de Cascavel e Toledo (PR)**. 2005. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef. **A expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios: o caso de Foz do Iguaçu**. 2012. 150 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá da Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106437/thaumaturgo_lry_dr_guar_a.pdf;jsessionid=325F2C26778AC127D2A26CEB68D9473B?sequence=1>. Acesso em: 21 de jan. de 2023.

VENDEDORES ambulantes estão revoltados com os fiscais da prefeitura. Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, 11-17 ago. 1989, p. 4. Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/arquivo/nosso_tempo_368/nosso_tempo_368.pdf>. Acesso em: 1 abril. 2019.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. **A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil**. *Revista Direito e Práxis*, v. 20, n. 10, p. 1-38, 2020.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

WILKINS, Annabelle. **Gender, migration and intimategeopolitics: shifting senses of home among women on the Myanmar-Thailandborder**. *Gender, Place&Culture*, v. 24 n. 11, p. 1- 20, 2017.

WRIGLEY-ASANTE, Charlotte. **Survivalorescapingpoverty: the perspectives of poverty and well-being among Ghanaianwomen in cross-border trading**. *Journal of Gender Studies*, v. 22, n. 3, p. 320-334, 2013.